

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Centro de Letras e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Letras
Área de Concentração em Linguística Aplicada



Tese

La Madre em lei:

sujeito e sentido no discurso de luta pela Terra

Cristina Zanella Rodrigues

Pelotas, 2018

Cristina Zanella Rodrigues

La Madre em lei:

sujeito e sentido no discurso de luta pela Terra

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do Título de Doutora em Letras.

Orientadora: Aracy Graça Ernst

Pelotas, 2018

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

R696l Rodrigues, Cristina Zanella

La madre em lei : sujeito e sentido no discurso de luta pela terra / Cristina Zanella Rodrigues ; Aracy Graça Ernst, orientadora. — Pelotas, 2018.

167 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Madre tierra. 2. Subjetividade. 3. Lei. 4. Discurso. 5. Linguística. I. Ernst, Aracy Graça, orient. II. Título.

CDD : 418

Cristina Zanella Rodrigues

La Madre em lei: sujeito e sentido no discurso de luta pela Terra

Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutora em Letras, Área de concentração Linguística Aplicada, do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Pelotas.

21 de agosto de 2018

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Aracy Graça Ernst
Orientadora/Presidente da Banca
Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Pelotas

Prof. Dr. Alessandro Nobre Galvão
Membro da Banca
Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Pará

Prof^a. Dr^a. Clóris Maria Freire Dorow
Membro da Banca
Doutora em Linguística pela Universidade Católica de Pelotas

Prof^a. Dr^a. Eliane Terezinha do Amaral Campello
Membro da Banca
Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Luciana Iost Vinhas
Membro da Banca
Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Ao Ernesto,
meu filho.**

Agradecimentos

Minha gratidão às pessoas que se fizeram presentes na produção escrita deste texto.

Aos parentes. Minha mãe, por ter sido a mensageira da notícia sobre a *Ley de Derechos de La Madre Tierra* e aquela que deu o pontapé inicial com a pergunta: “não daria uma tese?”. Meu pai, pelas caronas e pelos baurus noturnos. Meu irmão, por tentar encarnar o bem viver no cotidiano, à sua moda. Aos tios e tias. Aos primos e primas. Aos agregados.

À orientadora Aracy Ernst, pelo incentivo constante em direção à liberdade.

Aos colegas de LEAD, pela capacidade do humor com refinamento teórico.

Aos mais que amigos, *aqueles que* estão presentes com uma memória heterogênea de afetos. Os responsáveis pelos lapsos de linguagem, de sorrisos, de lágrimas e de caminhos. Cláudia Godinho, Everton Felix, Gessi Borges, Iná Grabin, Fernanda Neves, Janaína Brum, Laura Nunes, Luciana Pestano, Luciana Vinhas, Magnun Madruga, Rebeca Fiss, Ricardo Bezerra, Suzana Teixeira e companheiros da canoada pelo Xingu.

Em especial, à Márcia Pires Borges, pela leitura acurada da primeira versão e pelas traduções das citações em inglês. E à Júlia Costa Mendes, pelo *resumé* e pelas aulas de francês.

À parceria de Barão Geraldo e do IEL, pelo abrigo amável e pela oportunidade de vivenciar outra coisa.

Ao PPGL da UCPel, pelo acolhimento do projeto de pesquisa.

Ao PPGL da UFPel, pelo acolhimento do PPGL da UCPel.

Ao IFSul e ao câmpus Santana do Livramento, pela confiança na qualificação do servidor público e concessão do afastamento.

À CAPEs, pela bolsa de pesquisa.

À banca, pela leitura crítica.

*“Indígena sem terra
é todos sem a Terra”.*

Carlos Rennó e Chico César

*“Yo soy todo lo que recuerdo y vos, todo lo que has olvidado
Yo me muevo entre las cosas, vos entre fantasmas cansados”.*

Gabo Ferro

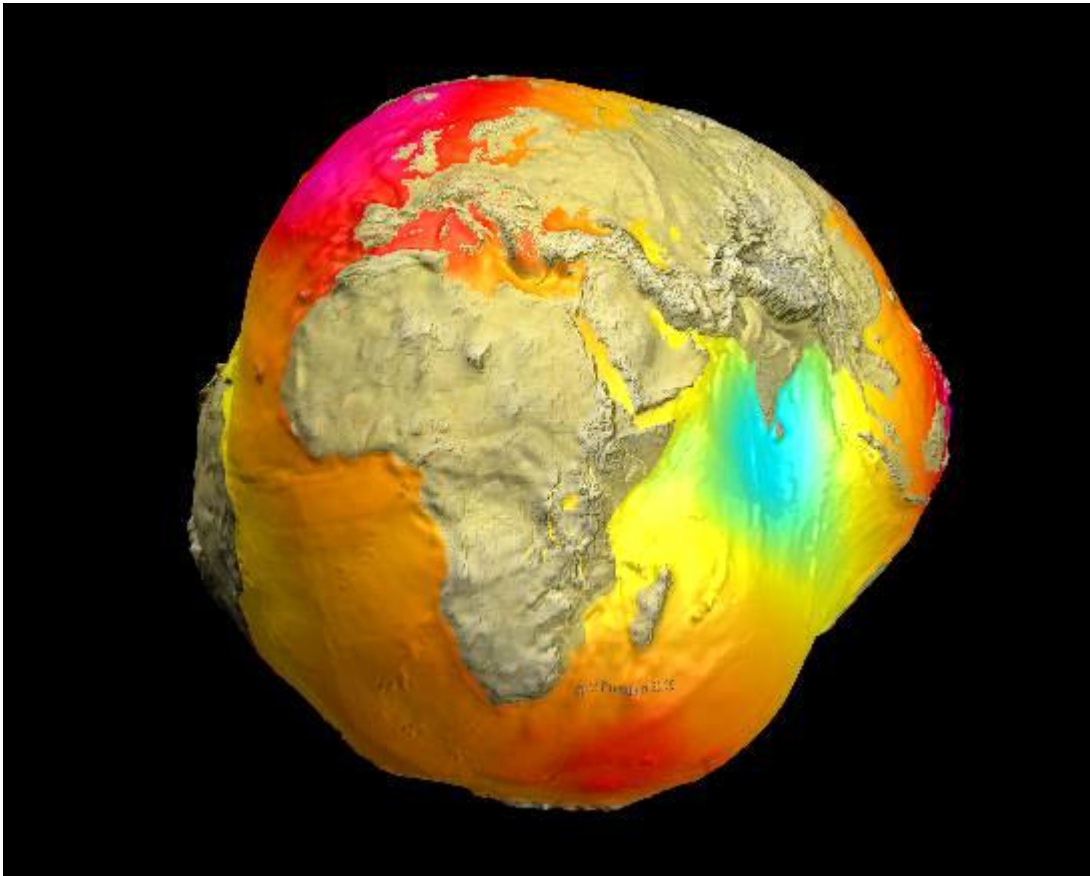


Figura 1 - Imagem da Terra a partir dos dados do satélite GOCE que, ao levantar dados sobre o campo gravitacional do planeta, possibilitou esta figura de rocha, sem mares ou ares, em que habitam mais de 7 bilhões de almas.

Fonte: ESA, [20--]¹

¹ Disponível em: <<https://www.esa.int/spaceimages/Missions/GOCE>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

Resumo

A proposta da presente tese de doutorado é, a partir da Análise do Discurso pechêuxtiana, apresentar uma análise de duas leis: Ley nº 71/2010 (Lei de Derechos de *La Madre Tierra*) e a Ley nº 300/2012 (Ley Marco de *La Madre Tierra* y Desarrollo Integral para Vivir Bien), promulgadas no Estado Plurinacional de Bolivia e observar como a concessão de uma subjetividade jurídica à *Madre Tierra* irrompe na ordem do discurso jurídico positivista movimentando uma série de efeitos de sentido. A *Madre Tierra* passa a ser sujeito de direito e sua descrição legal fazem ecoar, do lugar da voz dos povos indígenas, uma cosmovisão como discurso da resistência contra o silenciamento de uma memória, a vir a ser atualizada no acontecimento da urgência em buscar outra forma de convívio e de produção de energia devido ao aumento da temperatura do planeta. O gesto de interpretação sobre o nomear e o descrever a *Madre Tierra* desnudaram o movimento de luta ideológica e de disputa de sentidos a partir do embate discursivo funcionando num texto de lei.

Palavras-chave: *Madre Tierra*; subjetividade; lei; discurso.

Resumé

Cette thèse de doctorat a pour but de, à partir de l'Analyse du Discours de Pêcheux, présenter une analyse de deux lois: Loi n° 71/2010 (Loi sur les Droits de la Terre-Mère), (Ley de Derechos de *La Madre Tierra*), et Loi n° 300/2012 (Loi-cadre de la Terre Mère et Développement Intégral pour Bien Vivre), (Ley Marco de *La Madre Tierra* y Desarrollo Integral para Vivir Bien), promulguées dans l'État plurinational de la Bolivie et d'observer comment la concession d'une subjectivité légale à la Terre-Mère arrive à l'ordre du discours juridique positiviste déclenchant toute une série d'effets de sens. La Terre-Mère devient sujet de droit et sa description légale fait écho à partir de la voix des peuples indigènes à une vision du monde comme discours de résistance contre l'étouffement d'une mémoire, à être actualisée en raison de l'urgence de chercher une autre manière de cohabitation et de production d'énergie à cause de l'augmentation de la température de la planète. Le geste d'interprétation à propos de la dénomination et de la description ont dépouillé le mouvement de lutte idéologique et de conflit de sens à partir du choc discursif en cours dans un texte de loi.

Mots-clés: Terre-Mère; subjectivité; loi; discours.

Abstract

The present doctoral dissertation's proposal is, stemming from Pecheutian Discourse Analysis, to present an analysis of two Laws: *Ley no 71/2010 (Ley de Derechos de La Madre Tierra)* and *Ley no 300/2012 (Ley Marco de La Madre Tierra y Desarrollo Integral para Vivir Bien)* enacted in the Plurinational State of Bolivia. It also aims at observing how the concession of judicial subjectivity to *Madre Tierra* bursts in the order of a positivist judicial discourse by actifying a series of effects of meaning. *Madre Tierra* becomes a subject of law and its legal description echoes — through the indigenous peoples's voices—a worldview acting as a resistance speech against the silencing of a memory; being updated in the occurring urgency in order to seek another way of coexisting and of energy production due to the planet's raising temperature. The gesture of interpretation of *Madre Tierra's* naming and describing despoils the ideological struggle's and the meaning dispute's movements as a result of the discursive struggle employed in a text of Law.

Keywords: *Madre Tierra*; subjectivity; law; discourse.

Lista de Ilustrações

Figura 1	Imagem da Terra a partir dos dados do satélite GOCE.....	07
Figura 2	Gráfico que aponta a concentração de CO ₂ na história do planeta....	22
Figura 3	Gráfico que aponta o aumento de temperatura no planeta.....	23

Lista de Abreviaturas e Siglas

AD	Análise do Discurso
BASIC	Coalizão Brasil/África do Sul/Índia/China
CIDOB	Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia
CNMCIQB "BS"	Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia "Bartolina Sisa"
CMPPC	Conferencia Mundial de los Pueblos sobre em Cambio Climático
CONAMAQ	Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu
CSCIB	Confederación Sindical de Comunidades Interculturales Originarios de Bolivia
CSUTCB	Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia
COP	Conferência das Partes
CO2	Óxido de Carbono
CP	Condições de Produção
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
ISA	Instituto Socioambiental
FD	Formação Discursiva
FI	Formação Ideológica
GOCE	Gravity field and steady-state Ocean Circulation Explorer
NASA	National Aeronautics and Space Administration
NOAA	Nacional Oceanic and Atmospheric Administration
OC	Observatório do Clima
OMM	Organização Meteorológica Mundial
ONU	Organização das Nações Unidas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
SD	Sequência Discursiva
UN-NGLS	United Nations Non-Governmental Liaison Service
WMO	World Meteorological Organization

Sumário

1	Introdução.....	16
2	A história legal: a construção das condições de produção.....	20
2.1	A terra febril: sintomas do aquecimento.....	21
2.2	Antropoceno, Capitaloceno e Chthuluceno.....	29
2.3	Estado Plurinacional, Pacto de la Unidad y Anteproyecto de la <i>Ley de La Madre Tierra</i>.....	37
3	O nome da lei tem mãe.....	46
3.1	O nomear entre a falta e o excesso.....	47
3.2	Em análise, o nome de lei.....	52
4	Da descrição legal à subjetivação: entrecruzamento de discursos.....	59
4.1	O sujeito de direito e o sujeito coletivo: entre o discursivo e o ameríndio.....	61
4.2	Sujeito em corpo na lei e na mata.....	71
5	Considerações finais.....	86
	Epílogo.....	89
	Referências.....	90
	Anexo 1 – Ley nº 71.....	98
	Anexo 2 – Ley nº 300.....	106

Prólogo

As questões levantadas pelo pensamento ecológico sempre foram objeto de estudo desejado e acabaram materializando-se na escritura desta tese. Em minha dissertação de mestrado, o enunciado “luta pela terra” já tinha se feito presente, mesmo que silenciosamente. Sob o título “As mudas romperam o silêncio: discurso ecológico e movimento camponês” (RODRIGUES, 2009), procurei apresentar minha inquietação acerca da produção de sentidos a partir da relação entre os discursos de luta dos movimentos ecológicos/ambientalistas e camponeses, através dos discursos das mulheres camponesas frente ao discurso da empresa produtora de eucalipto. Tal feito deu-se a partir de um acontecimento – a tomada do horto florestal da empresa Aracruz Celulose® por cerca de 1.500 mulheres da Via Camponesa –, quando, na madrugada do dia 8 de março de 2006, elas inutilizaram mais de mil mudas de eucalipto geneticamente modificadas. O *corpus* da análise constituiu-se pelos dizeres da empresa em sua página virtual e pelo documento produzido pelo movimento camponês, que tinha por título: “As mudas romperam o silêncio”.

Lá, retomei algumas linhas de pensamento a partir da palavra ecologia: [1] trouxe o momento considerado pela academia como aquele em que a palavra ecologia fora usado pela primeira vez, por Haeckel; [2] apresentei a proposta ecossistêmica de Odum; [3] incluí o que ressoava como novo na época, a proposta ecossocialista na voz de Michel Löwy, numa espécie de releitura marxista da ecologia na luta de classes. Movimentei esses saberes numa busca para encontrar algo, pelo menos, semelhante ao que se poderia chamar discurso ecológico para, então, entremear com o discurso das mulheres camponesas e com o discurso da empresa. Foi a partir da análise das orações relativas que foi possível observar as duas origens simultâneas para um quase mesmo efeito de sentido. O “ecológico” das mulheres camponesas parecia ser, ao mesmo tempo, o “ecológico” dos movimentos ecológicos [socioambientais]. A origem da crítica ao discurso da empresa é um ponto de encontro discursivo de duas forças discursivas. O discurso posto em movimento pela posição das mulheres encontrava-se

com uma posição do discurso ecológico, mas com esta não se confundia, colocando em evidência dois lugares de dizer, mas com um ponto de encontro que era antagônico ao discurso da empresa.

Essa é relação que, na atual reflexão que faço sobre o que escrevi na dissertação, pareceu ainda incompleta: como se dá o contato entre o que vem do ecológico (no sentido próximo ao funcionamento discursivo do termo Ecologia enquanto área de saber acadêmico-filosófico) com o que vem do campesinato (no sentido relativo aos movimentos da agricultura familiar e agroecologia) e do índio (no sentido que lhe dá Viveiros de Castro (2014), quando explica que o índio é aquele não branco, membro de uma comunidade)? Como se entrelaça a batalha discursiva pela posse de sentido da extinção de uma espécie com o discurso da luta contra a extinção de uma etnia e uma forma de vida? Como o enunciado *luta pela terra* fractaliza sentidos?

No íterim de pensar no prosseguimento da pesquisa, tornei-me docente de línguas num instituto federal de educação construído no princípio da binacionalidade. Fiz a mudança para a “Fronteira da Paz”, um lugar situado no limite geográfico-político entre Santana do Livramento, no Brasil, e Rivera, no Uruguai, chamado também de fronteira conturbada. Encontrei o fronteiro e, ali, me vi uma alienígena num lugar marcado pelo duo. Por dois anos e meio, participei do processo de construção de uma escola binacional e convivo no espaço urbano onde se diz que a fronteira não separa, ela une. Essa experiência faz pensar sobre como o limite, a fração, o recorte, a interpelação, em suma, como podem as fronteiras significar no lugar uno-dividido.

Talvez o prólogo, com esse breve relato sobre a história de minhas motivações, seja um tanto inoportuno, todavia a inquietação em pensar sobre a luta pela terra, a fronteira e o sentido materializam-se neste trabalho de análise discursiva e escrita. Portanto, essa história de pesquisa, aliada a uma melancolia acerca do futuro do planeta e de nós mesmos, é oferecida como mais uma reflexão discursiva sobre discurso de luta pela terra.

1 Introdução

O ano era 2018.
No planeta terra.
Quando se perdia a ternura.
E o nada parecia imparável.

Desde a sociedade primitiva, de longínquos tempos, é um imperativo humano conhecer o seu ambiente para sobreviver, a fim de compreender as forças da natureza que o circundam. Desde o surgimento da humanidade, criam-se instrumentos e técnicas que dão conta de modificar o meio ambiente para a sobrevivência. Entretanto, essa relação não vem sendo harmoniosa, especialmente nas últimas décadas. As mudanças significativas que estão acontecendo no planeta são resultado do desequilíbrio no diálogo entre humanidade e natureza.

O planeta, enquanto sistema físico terrestre, está num processo de aquecimento global acelerado. A humanidade tem sido capaz de gerar drástica mudança na arquitetura e paisagem do planeta a ponto de criar uma nova era geológica. A concepção, segundo a qual os recursos naturais podem progredir indefinidamente em direção ao futuro e a terra ser infinitamente apta para absorver nossos dejetos, é impossível de sustentar.

Sobrevivemos num tempo de alvoroço de guerras humanas e desgastes ecológicos, tornando imprescindível a configuração de um agir em prol de uma mudança radical, sob o risco de nos distanciarmos profundamente do ponto de equilíbrio e virmos a sucumbir no esvaziamento de sentido, que diz respeito a viver coletivamente num sistema desigual de distribuição de riquezas e energia.

No desenrolar dos acontecimentos de desastres políticos e ambientais, determinadas comunidades científicas, algumas mídias independentes, organizações não-governamentais, diversos movimentos sociais, coletivos internacionais procuram trazer a debate e alertar a imprescindibilidade de repensarmos o consumo exacerbado, o crescimento demográfico, a destruição e a modificação dos ecossistemas, o esgotamento de formas de produção de energia, pois já se ultrapassou o limite do dano além do irreparável.

Começar uma tese alicerçada na Análise do Discurso (AD) de viés pêncheuxiano e informar que ela, mesmo pensada antes, começou a ser escrita no primeiro mês do ano de 2017 confirma ser imprescindível trazer à tona discursos de resistência que irrompem na ordem do discurso, promovendo o entrecruzamento de campos de saberes na produção de conhecimento de vital importância para realização da justiça social.

Este texto, num suspiro de trazer uma discussão relevante para a análise da conjuntura que se anuncia atualmente, apresenta-se como um elemento do algo além que precisa ser mudado, como uma contribuição no intuito de fazer emergir, no âmbito de estudos linguísticos, uma perspectiva do discurso do movimento indígena como uma força que irrompe fortemente contra um sistema opressor e que parece ser a via para pensar-se outra relação com a natureza e a subsistência da vida no planeta. O presente estudo contrubi, também, ao apresentar uma faceta do discurso capaz de romper barreiras estabilizadas por certas ordens ideológicas institucionais, especialmente neste momento, em que o debate sobre o aquecimento global e as decisões sobre a forma de produção [capitalista] e a distribuição [desigual] de energia no mundo são imprescindíveis na pauta de construção de um mundo com justiça social e ambiental.

O colapso ecológico aliado à incapacidade de viver coletivamente desenha um futuro da vida no planeta: um tempo presente em que o uso desigual de energia atravessa a luta de classes. Os campos discursivos da ciência do clima, da ecologia e dos movimentos indígenas são vastos, mas, no seio dessa nebulosa, é possível encontrar discursos de destaque, os quais sempre procuram atentar ao fato de que o discurso dos movimentos indígenas não tem origem no discurso ecológico, mas, devido às problemáticas urgentes da contemporaneidade acerca da temperatura do planeta e da preservação do que resta, notar que eles se encontram em determinados espaços e tempos.

O Anteproyecto da *Ley de La Madre Tierra*, da *Ley de Derechos de La Madre Tierra* (Ley n. 71/2010) e da *Ley Marco de La Madre Tierra y Desarrollo Integral para Vivir Bien* (Ley n. 300/2012), vigentes no Estado Plurinacional da Bolívia, são um desses focos de resistência.

O gesto analítico colocado em movimento foi tomado por essa apreensão acerca dos discursos sobre o fim do mundo, sendo seu objetivo contribuir para os estudos sobre o sujeito a partir da AD. A escolha pelo estudo analítico das leis n. 71 e n. 300 se sustenta no fato de que há um encontro de saberes e um embate de posições em discurso que se materializam num texto de lei e emergem no sistema institucional que se quer democrático, constituído a partir de uma política do corpo a corpo nas assembleias, criando a imprescindibilidade de comprometer performativamente os interlocutores em relação jurídica: o Estado, a Sociedade e a *Madre Tierra*.

As questões norteadoras que conduzem as análises desta tese podem assim ser formuladas: como se constituem as condições de produção do discurso jurídico sobre a *Madre Tierra*? Como trabalhar os sentidos das leis a partir dos dispositivos teóricos da AD, e como pensá-los atravessados pelo perspectivismo ameríndio enquanto teoria indígena? O que veio antes e de outro lugar que produz efeitos a partir do texto legal? Que ruídos a asserção jurídica da *Madre Tierra* como sujeito de direito faz ecoar na estrutura teórica de formulações sobre o sujeito teorizado por Pêcheux?

A trilha histórica das leis é criada no capítulo primeiro. É feito um trabalho com a memória numa atualidade, levando em conta as discussões sobre o clima do planeta. É, por efeito desse capítulo, que se realiza o primeiro recorte: a tomada das duas leis como corpus discursivo da tese. Ali, na junção entre a política sobre aquecimento global, os movimentos indígenas e as relações de poder, surge a *Madre Tierra* como nome de lei e como descrição de sujeito de direitos.

O capítulo seguinte representa o segundo movimento do recorte, é o processo de (des)sintagmatização, tomando as marcas linguísticas como indícios de relação com o perspectivismo ameríndio, através do deslocamento pendular entre teoria e análise (ERNST, 2009), no sentido ter um olho no fósforo e outro na fagulha. No recorte do corpus linguístico, o momento do nome se marca no discurso, e é apresentada a análise da lei com nome de mãe e as implicações teóricas e analíticas que daí decorrem.

O último capítulo aborda o processo discursivo de descrição jurídica da *Madre Tierra* como sujeito de direitos. A análise das marcas linguísticas nos artigos legais selecionados possibilitou observar as posições em jogo na constituição dos sentidos na

ordem e no inesperado do discurso. Através de uma retomada teórica sobre o sujeito de direito e sobre o sujeito coletivo, buscou-se observar as possíveis relações de resistência marcadas discursivamente, e o que emergiu foi um sujeito em corpo na lei e na mata, consolidando uma posição convergente de diferentes raios de interdiscurso, os quais colocam em evidência a crise do sujeito e a crise ambiental.

A tese, desta feita, consiste em sustentar que a asserção jurídica da *Madre Tierra* como sujeito de direitos faz ecoar um discurso de resistência na estrutura de formulações sobre a constituição de novas subjetividades, que irrompem na atualidade, consolidando uma outra forma de dizer-se sujeito. O texto que segue, em última instância, faz, da angústia de estar vivo num planeta febril, uma análise de discurso sobre o fim de mundo, num tempo em que por vir já foi.

2 A história legal: a constituição das condições de produção

Este capítulo destina-se a transcorrer sobre o caminho onde o discurso dos povos indígenas e o discurso ecológico enredam-se através do discurso jurídico. É uma tentativa de colocar em movimento memórias que, em algum momento e espaço, ensejam metáforas deslizantes na produção de sentidos. Metáfora entendida sob a perspectiva discursiva, ou seja,

como processo sócio-histórico que serve como fundamento da “*apresentação*” (*donation*) de *objetos para sujeitos*, e não como uma simples *forma de falar* que viria secundariamente a se desenvolver com base em um sentido primeiro, não-metafórico, para o qual o objeto seria um dado “natural”, literalmente *pré-social* e *pré-histórico* (PÉCHEUX, 1995, p. 132, grifos do autor).

Trata-se de uma busca por oferecer uma narrativa na qual se relacionam diversas posições, no intuito de observar onde a língua “como real específico do desdobramento das discursividades” (ORLANDI, 2013, p. 25), aliada ao funcionamento da memória, atua como base material dos processos discursivos; uma narrativa, portanto, de como a *Madre Tierra* veio a tornar-se *sujeito de direito* – *aquela que, numa determinada formação social, goza da garantia de ocupar um lugar jurídico frente a outro perante um sistema jurídico*. No caso da *Madre Tierra*, trata-se de descolá-la do lugar de objeto [natureza, meio ambiente] para o de sujeito.

Os textos das leis estudados aqui têm uma história vinculada às reivindicações dos movimentos indígenas, e, ao mesmo tempo, entrelaçam-se com as reivindicações dos movimentos ecológicos, produzindo efeitos a partir do lugar estatal. Essa narrativa, pensada sempre na tensão entre a descrição e a interpretação, no trabalho da produção de efeitos de sentido, inclui abordar os seguintes acontecimentos: o desequilíbrio térmico da terra (o debate acerca do aquecimento global nas esferas científica e política) e a emergência do Estado Plurinacional como consequência política da chegada das vozes do movimento indígena ao poder, promovendo a institucionalização dos direitos da mãe terra e de outro conhecimento, alheio ao exclusivamente eurocêntrico nas instâncias estatais. Seriam esses os elementos do enredo para a constituição das condições de produção do discurso que propõe a *Madre*

Tierra como sujeito de direitos e institui o *Vivir Bien* como horizonte social a ser alcançado.

A primeira razão para se juntarem esses elementos remete à discussão presente na arena política das Conferências das Partes (COPs) e no âmbito acadêmico de discussão sobre o Antropoceno, o Capitaloceno e o Cthuluceno e a relação disso com a finitude do planeta tal como reconhecemos, a distribuição não-equânime de energia e o impacto da humanidade como criadora de uma nova era. A segunda aponta ao acontecimento do processo constituinte da Bolívia, que trouxe outra forma de pensar o Estado, institucionalizando o Plurinacionalismo e mobilizando o deslizamento de sentidos de palavras como nação e povo(s). Tais leis vêm, portanto, de um lugar, numa trajetória política a partir da ascensão, organização e fortalecimento dos movimentos indígenas na América Latina.

2.1 A terra febril: sintomas do aquecimento

“A natureza não faz milagres, faz revelações”.

Carlos Drummond de Andrade

*“What threatens us has no face but
a complex interrelated set of
models and data”.*

Isabelle Stengers

“Por que o pássaro que traz a chuva não vem?”

Ancião Kawaiweté

O alerta de Drummond parece ser bem propício para o período que estamos vivendo: a natureza está revelando-nos que algo está em processo de mudança. A observação de Stengers alerta sobre o que há de temeroso nos dados sobre a temperatura da terra: há algo que nos assusta, e é esse complexo de dados que indica que o fim está próximo, ou pelo menos o fim daquilo que reconhecemos como mundo. Outros ciclos, outras horas no cotidiano, que o ancião Kawaiweté traz marcada na pergunta da narrativa da vida na mata.

Os dados disponibilizados pelos cientistas do clima indicam que a temperatura do planeta está aumentando. De acordo com a página virtual do Observatório do Clima,

[j]á era sabido que 2016 seria o ano mais quente de todos os tempos desde o início dos registros globais, em 1880. Nesta quarta-feira (18/01/2017), três dos principais centros de monitoramento climático do planeta disseram quanto: a Nasa e a Noaa (Agência Nacional de Oceanos e Atmosfera), nos EUA, e o MetOffice, o serviço britânico de meteorologia. Eles apontam que o planeta fechou o ano passado 1,1°C mais quente que a média do período pré-industrial. Os dados foram referendados pela Organização Meteorológica Mundial, a OMM (ANGELO, 2017, s/n).

Os dados e análises feitos pela NASA (National Aeronautics and Space Administration) e pela NOAA (National Oceanic and Atmospheric Administration) indicam que, se a ideia é chegar a 2025 com a temperatura em até 1,5° C, há muito ainda que se fazer para mudar o quadro. Os cientistas do clima são praticamente unânimes em afirmar que a mudança climática é consequência da ação humana. “Most of the warming occurred in the past 35 years, with 16 of the 17 warmest years on record occurring since 2001” (POTTER; CABBAGE; MCCARTHY, 2017, s/n), alertam. Assim, o que os gráficos monstruosos apresentados pelos cientistas do clima ilustram não é apenas o aumento significativo da temperatura, mas a expectativa de vida no futuro.

A seguir, dois gráficos, a título de exemplo, do quanto e do quão rápido está aumentando a temperatura do planeta:

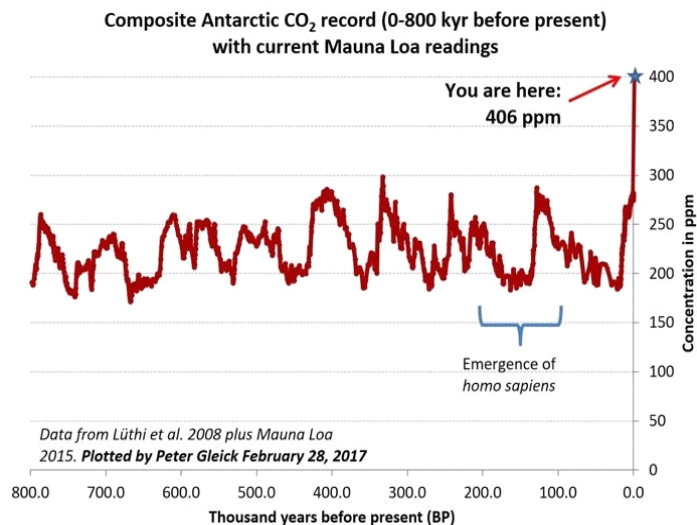
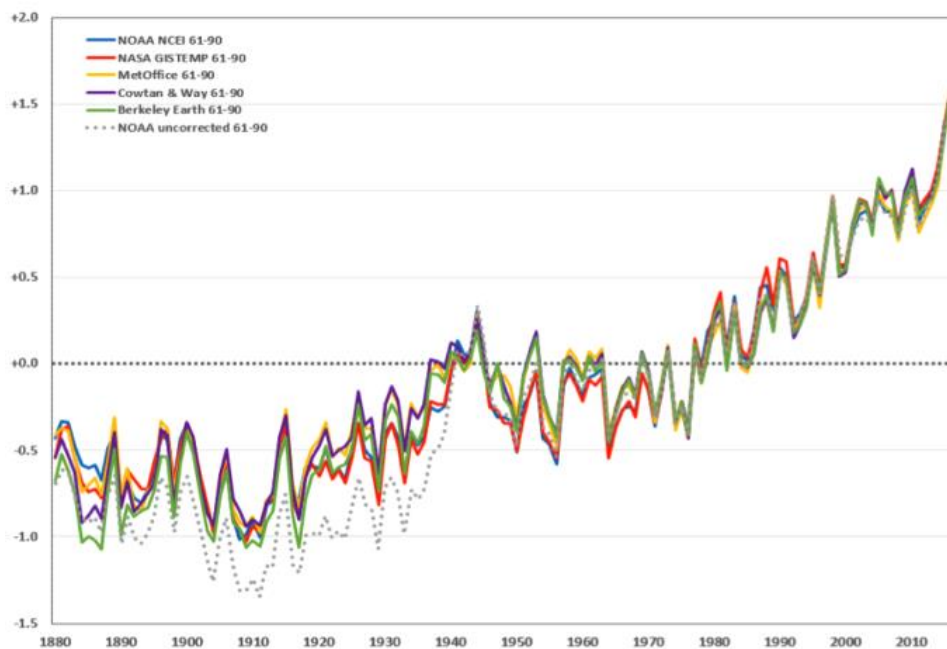


Figura 2 - Gráfico que aponta a concentração de CO₂ na história do planeta.



GISTEMP LOTI (incl. 2016 prediction)

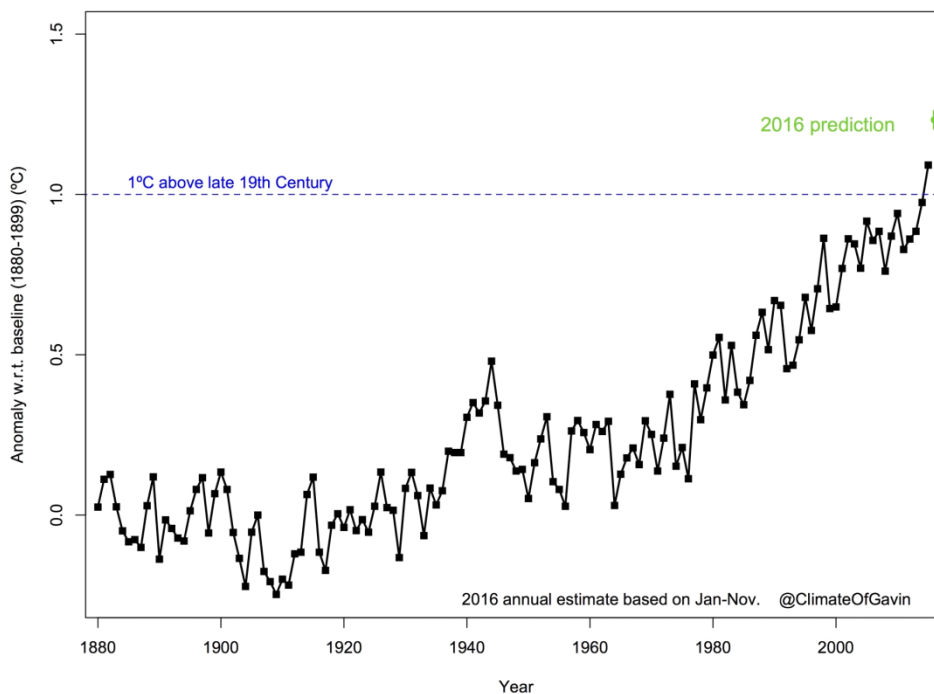


Figura 3 - Gráfico que aponta o aumento de temperatura no planeta.

Se é por força humana que estamos sendo capazes de fazer emergir uma nova era geológica (mais adiante falaremos no Antropoceno), a esperança é que, também pela força humana, sejamos, enquanto humanidade, capazes de reverter o quadro que

nos leva ao fim dos tempos, daí falarmos em crise civilizatória e não apenas em crise ecológica.

Apresento, através das palavras de Costa, algumas das consequências das nossas escolhas de produção e consumo.

A contaminação química do ecossistema terrestre é global. São exemplos o plástico nos oceanos; os metais pesados no solo, rios e penetrando por toda a biota via cadeia alimentar; o ozônio (desejável em camadas elevadas da atmosfera mas extremamente prejudicial próximo à superfície) produzido por reações fotoquímicas que se originam em motores e caldeiras de combustão que geram *smogs*, aerossóis, combustão de combustíveis fósseis e queimadas; gases que não existem naturalmente e agora fazem parte do ar que respiramos, gases como óxido nitroso (resultante da decomposição de fertilizantes e outros agroquímicos nitrogenados), metano, dióxido de Carbono ou CO₂” (COSTA, 2014, p. 04).

Infelizmente, a lista de intervenções humanas na biosfera, geosfera, hidrosfera e atmosfera não se reduz às elencadas por Costa (2014), temos ainda a contaminação radioativa, para recordar o caso de Fukushima e Chernobyl; as drásticas mudanças no curso dos rios para hidrelétricas (o caso de Belo Monte); o rápido aumento da lista de extinção de diversas espécies, tanto da fauna como da flora; o extermínio da vida indígena, que é afetada violentamente (a influência de grandes empreendimentos e a mudança imposta na vida dos nativos dos lugares atingidos faz emergir uma palavra: etnocídio, entendido como o aniquilamento de uma forma de vida de forma bastante violenta, e isso atinge desde os ribeirinhos e índios do rio Xingu até os que vivem em ilhas que estão submergindo devido à suba dos oceanos); desastres ambientais, como o vazamento de petróleo no Golfo do México ou o rompimento da barragem da Samarco; incêndios e queimadas de grandes áreas de florestas (como o ocorrido no Chile em 2016).

Poderia seguir elencando toda a sorte de desastres ambientais que reverberaram na história da humanidade nos últimos 30 anos, porém, além de crer ser tarefa impossível, dado que a lista, infelizmente, é muito grande, os exemplos trazidos até aqui servem para ilustrar a necessidade de um debate sério sobre a maneira como tem sido construída e mantida a exploração de “recursos naturais” na produção de bens e distribuição de energia.

O relatório organizado pelos grupos de trabalho do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) para orientar os políticos nas tomadas de decisões acerca do desequilíbrio térmico apresenta uma caricatura desoladora do futuro da vida no planeta caso mudanças urgentes e drásticas não sejam feitas no sentido de preservar e dividir equanimemente o que resta do meio ambiente. De acordo com o último relatório, apresentado em 2014, que trata dos efeitos do aquecimento global, a atmosfera e os oceanos têm ficado mais quentes, a quantidade de gelo e neve tem diminuído rapidamente, o nível do mar aumentou e a concentração de gases responsáveis pelo efeito estufa, longe de diminuir, está cada vez mais alta. A cada grau, tantas consequências: escassez de água, mudanças nos ecossistemas, branqueamento e mortandade de corais, mudanças nos períodos de chuvas e secas, alteração na produção de alimentos com o aumento da fome dos mais vulneráveis, só para ficar com alguns exemplos.

A Organização das Nações Unidas (ONU), através das Conferências das Partes (COPs), vem discutindo formas de mitigação do efeito da concentração de gases na atmosfera. “As COPs ocorrem desde 1995, e os textos de três delas são especialmente importantes para a trajetória do regime: a COP 03 [Kyoto], a COP 15 [Copenhague] e a COP 21 [Paris]” (VIOLA; BASSO, 2016, p. 06-07).

A COP 3, ocorrida em 1997, foi o berço do chamado Protocolo de Quioto. “O protocolo estabelece [...] limites compulsórios para emissões, reduzindo-as em pelo menos 5% entre 2008 e 2012 em relação aos patamares de 1990” (VIOLA; BASSO, 2016, p. 07), entretanto, diante da desigualdade entre a emissão promovida pelos países “desenvolvidos” em comparação à emissão promovida pelos países “não desenvolvidos” (as chamadas economias emergentes), um grupo formado principalmente por Brasil, China e Índia rejeitou o compromisso de redução, “utilizando o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e a responsabilidade histórica das economias desenvolvidas para justificar seu posicionamento” (VIOLA; BASSO, 2016, p. 07). Nós, latinos, os ex-colonizados, vimos, com certa força, a repercussão do argumento apresentado, porém não aos olhos de uma das potências mais poluidoras do planeta, os Estados Unidos da América, que, “alegando que sua

competição em mercados internacionais com economias emergentes não obrigadas a reduzir emissões era desleal” (VIOLA; BASSO, 2016, p. 07), não ratificou o acordo.

A COP 15 aconteceu em 2009, em Copenhague, e o texto, que exigia apenas voluntariedade dos países signatários,

foi construído pelos Estados Unidos e a coalizão BASIC – Brasil, África do Sul, Índia e China [...] resistentes a assumir obrigações de redução de emissões, mas [que] não queriam ser taxados de culpados pelo fracasso da Conferência (VIOLA; BASSO, 2016, p. 07).

O texto reconhece que é preciso limitar o aumento da temperatura global em até 2º C. Não houve consenso: Bolívia, Sudão e Venezuela se opuseram aos seus termos, fazendo com que, em 2010, Evo Morales – presidente da Bolívia – oferecesse seu país como sede da *Conferencia Mundial de los Pueblos sobre el Cambio Climático y los Derechos de La Madre Tierra* (CMPCC), ocorrida em Cochabamba, como uma resposta à *Conferência de Copenhague*. De acordo com a United Nations Non-Governmental Liaison Service (UN-NGLS),

El encuentro convocado por el gobierno boliviano en cabeza del presidente Evo Morales al término de la Conferencia intergubernamental de Copenhague en diciembre de 2009, reunió representantes de los pueblos, de los grupos indígenas, campesinos, movimientos sociales, científicos, académicos y delegaciones oficiales. Se estima que aproximadamente 142 países fueron representados, 90 delegaciones oficiales participaron en el evento (UN-NGLS, 2010, s/n).

O principal objetivo da CMPCC era tornar-se um espaço alternativo à COP15, pois buscava trazer um enfoque menos baseado em tecnicidades sobre a temperatura da terra e mais sustentado na cosmoética e na relação com o meio ambiente. A conferência propunha: analisar as causas do aquecimento global, propor ações para uma relação em harmonia com a natureza, debater o Protocolo de Quioto, propor um Referéndum Mundial de los Pueblos sobre a mudança climática, traçar um plano para constituição de um Tribunal de Justiça Climática, definir estratégias de ação para garantir os direitos da *Mãe Terra*. Após o debate em 17 grupos de trabalho, cada um com uma temática, foi elaborado um documento: o *Acuerdo de los Pueblos*, que traz as

principais considerações e encaminhamentos discutidos. Conforme tal texto, vê-se que a posição de crítica à Copenhague é bem explícita:

Rechazamos de manera absoluta el ilegítimo “Entendimiento de Copenhague”, que permite a estos países desarrollados ofertar reducciones insuficientes de gases de efecto invernadero, basadas en compromisos voluntarios e individuales, que violan la integridad ambiental de *La Madre Tierra* conduciéndonos a un aumento de alrededor de 4°C (Acuerdo de los Pueblos, 2010, s/n).

O tom discursivo da conferência ocorrida na Bolívia, em 2010, é dos movimentos sociais, leia-se, movimento indígena, campesino, ambientalista, feminista etc. É relevante aqui anotar que Evo Morales, de descendência *aymara*, foi eleito presidente em 2005 e a nova Constituição foi aprovada por referendo popular em janeiro de 2009, com a proposta de surgimento do Estado Plurinacional.

El movimiento cocalero se organizó en confederaciones sindicales desde principios de los ochenta y fue protagónico en los noventa en el interior de la CSUTCB. Aunque inicialmente no se definió como un movimiento indígena sino como un movimiento campesino de productores de coca, poco a poco articuló elementos indígenas con el fin de defender la coca como “hoja sagrada” en un proceso de etnización. Los cocaleros se convirtieron en el principal articulador del movimiento indígena y de otros sectores populares en la segunda mitad de los noventa (RODRÍGUEZ, 2012, p. 152-153).

Assim,

La declaración de Bolívia y Ecuador como Estados unitários plurinacionales en sus nuevas constituciones políticas confirma una ruptura profunda en el imaginario nacional y en la relación Estado-indígenas. Tal declaración constituye además uno de los fenómenos políticos más relevantes en América Latina contemporánea, tanto porque instituye una forma de Estado sin antecedentes en la región, como porque reconoce la principal demanda de los movimientos indígenas (RODRÍGUEZ, 2012, p. 326).

O discurso produzido na Conferência pelo trabalho dos movimentos sociais tem muito mais pendor para o resgate de um conhecimento barrado pelas instâncias burocráticas das COPs. O *Acuerdo*, já no seu preâmbulo, alerta:

Hoy, nuestra *Madre Tierra* está herida y el futuro de la humanidad está en peligro. De incrementarse el calentamiento global en más de 2° C, a lo que nos conduciría el llamado “Entendimiento de Copenhague” existe el 50% de

probabilidades de que los daños provocados a nuestra *Madre Tierra* sean totalmente irreversibles. [...] Las corporaciones y los gobiernos de los países denominados “más desarrollados”, en complicidad con un segmento de la comunidad científica, nos ponen a discutir el cambio climático como un problema reducido a la elevación de la temperatura sin cuestionar la causa que es el sistema capitalista (Acuerdo de los Pueblos, 2010, p. 1).

Foi também durante a Conferência que se redigiu o texto do *Proyecto de Declaración de los Derechos de La Madre Tierra*. A título de ilustração, eis um excerto do documento:

Proclamamos esta Declaración Universal de Derechos de *La Madre Tierra*, y hacemos un llamado a la Asamblea General de las Naciones Unidas para adoptarla, como propósito común para todos los pueblos y naciones del mundo, a fin de que tanto los individuos como las instituciones, se responsabilicen por promover mediante la enseñanza, la educación, y la concientización, el respeto a estos derechos reconocidos en esta Declaración, y asegurar a través de medidas y mecanismos prontos y progresivos de carácter nacional e internacional, su reconocimiento y aplicación universal y efectivos, entre todos los pueblos y los Estados del Mundo (Proyecto de Declaración de los Derechos de *La Madre Tierra*, 2010, s/n).

A Conferência, em suma, foi um espaço de debate e escuta daqueles que compreendem o aquecimento global não somente a partir de um conjunto de dados monstruosos e pessimistas dos pesquisadores do clima, mas, também, a partir da perspectiva dos povos indígenas e de uma crítica anticapitalista, a qual não se encontra tão fortemente nos debates das COPs.

A COP 21, que originou o Acordo de Paris, é outro marco importante na disputa mundial política acerca do aquecimento global. O acordo estipula o limite de até 2°C acima da temperatura pré-industrial, com esforço para manter em até 1,5°C. O Acordo de Paris entrou em vigor em novembro de 2016, e, em 2020, como compactuado na COP, será realizada uma nova reunião-chave internacional com vistas ao estabelecimento de novas metas. Isso ocorreu em razão de um fato político relevante: a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, um dos países que mais emite CO₂ na atmosfera. O republicano defende a postura dos negacionistas do clima e, até o momento, não poupou esforços para colocar em prática ações no sentido de boicotar a mitigação do clima.

Assim, consoante informação do Observatório do Clima (OC),

Motivada em parte pelo medo de que a eleição americana pudesse dar no que deu, a ONU iniciou no começo uma ofensiva diplomática sem precedentes para botar o Acordo de Paris em vigor ainda em 2016, quatro anos antes do prazo oficial. O esforço foi liderado pelo secretário-geral, Ban Ki-moon, com forte apoio dos líderes dos EUA, Barack Obama, da China, Xi Jinping, e da ministra do Meio Ambiente da França, Segolène Royal. E contou com uma esperta manobra jurídica da União Europeia para dispensar a ratificação em bloco e permitir que cada um dos 28 países pudesse somar seu esforço de corte individualmente, de forma a cumprir os critérios para a entrada em vigor. Desde 4 de novembro, Paris é lei no mundo inteiro, inclusive no Brasil (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2016, s/n).

Mesmo com o comprometimento em tomar medidas individuais no sentido de mitigar a mudança climática para manter a temperatura da terra abaixo dos 2°C, concentrando esforços para que não ultrapasse 1,5°C, o ano de 2016 mostrou-se o ano mais quente e já está 1,1°C acima da temperatura da era pré-industrial. Adiantar o acordo para forçar ações é reconhecer, junto aos cientistas do clima, que o tempo urge. Ou que o tempo é outro.

2.2 Antropoceno, Capitaloceno e Chthuluceno

*“O mundo é um orvalho,
O mundo é um orvalho sim,
Mas há um porém...”*
Kobayashi Issa

Há certo tempo, intelectuais, estudiosos, militantes, criadores, cientistas têm defendido que é necessário um novo nome para a era em que estamos vivendo. O Holoceno, período que começou entre 10.000 e 12.000 anos depois da última era glacial, parece não dar conta das intervenções do homem no planeta terra.

Esse clima ameno e estável proporcionou à humanidade condições de desenvolvimento não presentes em épocas anteriores para outras espécies; por isso, ao longo do Holoceno, ela passou de alguns grupos de caçadores coletores para uma população de 6 bilhões de pessoas agrupada em complexas organizações sociais com nacionalidades, culturas e modos de vida diversos (VIOLA; BASSO, 2016, p. 02).

O Antropoceno é um dos novos nomes que têm surgido para designar este período geológico de intervenções humanas. Foi proposto por Paul Crutzen e Eugene Stoermer em 2000 e tem como fundamento o fato de que é o homem o grande responsável pelas mudanças climáticas.

The expansion of mankind, both in numbers and per capita exploitation of Earth's resources has been astounding. (...) it seems to us more than appropriate to emphasize the central role of mankind in geology and ecology by proposing to use the term "anthropocene" for the current geological epoch (CRUTZEN; STOERMER, 2000, p. 17).

As autoras Luz e Marcal (2016) resumem a proposta de Crutzen e Stoermer de 2007 para o marco inicial do Antropoceno:

Os autores examinaram a trajetória do empreendimento humano através do tempo, desde a chegada dos seres humanos na Terra até os séculos recentes, e definiram três grandes fases que marcam o período Antropoceno. A primeira fase corresponde à Era Industrial (1800-1945): que é marcada pelo o início da industrialização. Esta primeira etapa do Antropoceno terminou abruptamente por volta de 1945, quando a mudança mais rápida e avassaladora na relação homem-meio ambiente começou. A segunda fase é chamada de Grande Aceleração (1945-2015): foi quando o empreendimento humano de repente acelerou após o fim da Segunda Guerra Mundial. Ao longo dos últimos 50 anos, o homem modificou os ecossistemas do mundo mais rápido e profundamente que em qualquer outro período comparável na história humana. E a terceira fase, que começa agora, corresponde à fase atual em que estamos vivendo (2015 - até o futuro) onde a humanidade continuará a ser uma grande força geológica por muitos milênios, talvez milhões de anos (LUZ; MARCAL, 2016, p. 145-146).

Em vista disso, todos aqueles exemplos trazidos anteriormente, referentes às consequências da ação humana que reverberam no aquecimento global e no desequilíbrio ecossistêmico, corroboram significativamente para uma mudança drástica, em que, provavelmente, seja impossível, para a própria humanidade, sobreviver.

Os limites planetários – mudança do clima, integridade da biosfera, fluxos biogeoquímicos de nitrogênio e do fósforo, diminuição da camada de ozônio, acidificação dos oceanos, uso da água doce, uso dos solos, poluição agregada global por aerossóis e contaminação química [Rockstorm et al., 2009; Stefen et al., 2015] – são limites de resiliência do planeta: se ultrapassados, a estabilidade ambiental é perdida. Dois limites encontram-se ultrapassados: os fluxos biogeoquímicos do nitrogênio e do fósforo, em razão do uso massivo de fertilizantes desde os anos de 1950, e a integridade da biosfera, como consequência da expansão da população humana, que impactou ecossistemas

naturais e outras espécies a ponto de extingui-las – é a sexta grande extinção em 4 bilhões de anos de história da vida, a primeira produzida pela humanidade (VIOLA; BASSO, 2016, p. 03).

Como era geológica, o Antropoceno “é caracterizado pelo estabelecimento de uma continuidade inédita entre a história humana e a história natural” e sobreviverá a nós (VIVEIROS DE CASTRO, 2014, s/n). Para o autor, Gaia seria o inverso do Antropoceno, ela seria um “agente político”, uma “personagem actante”, ou seja,

o homem se torna uma força natural e a terra se torna um agente político, constituindo a imprescindibilidade em pensar sobre a crise *do* tempo e do espaço, o onde e quando o fim do mundo está chegando mais rápido do que a revolução (VIVEIROS DE CASTRO, 2014, s/n).

Há os que criticam o termo Antropoceno e propõem outro nome para este novo tempo, qual seja, Capitaloceno, argumentando que o problema não é propriamente o homem, pois, além de nem todos serem os culpados pelo desequilíbrio biosférico, há uma questão sistemática mais forte funcionando aí, que é a força do capital. De acordo com Haraway (2016), a palavra Capitaloceno foi usada pela primeira vez em 2009 por Andreas Malm e Jason Moore em um seminário na Suécia.

De acordo com Moore (2014), o Antropoceno leva em conta apenas o aquecimento global e considera o antropos como um todo, promovendo o apagamento de outras questões mais relevantes. Para o autor,

The Anthropocene makes for an easy story. Easy, because it does not challenge the naturalized inequalities, alienation, and violence inscribed in modernity’s strategic relations of power and production. It is an easy story to tell because it does not ask us to think about these relations at all. The mosaic of human activity in the web of life is reduced to an abstract humanity as homogeneous acting unit (MOORE, 2014, p. 02).

A questão levantada pelo autor é a que concerne ao trabalho como energia e qual tipo de trabalho é considerado valor para o sistema capitalista: “only some energy becomes work, and only some work becomes value” (MOORE, 2014, p. 7).

Outra crítica feita pelos proponentes do Capitaloceno é a questão do marco temporal para início de uma era. O erro que aí se apresenta, conforme os “capitalocenistas”, é que o Antropoceno propõe

an unduly narrow conceptualization of historical time. This plays out at two levels. One is an awkward conflation of geological notions of time with the periodization of historical change. The other is the Anthropocene's recuperation of an older historiographical vista which saw the "real" changes of "real" modernity beginning in the later 18th century.

Prior to the 1970s, a significant historiography had long emphasized industrialization, not as a singular event, but as a succession of industrializations, commencing in Europe as far back as the thirteenth century (Carus-Wilson, 1941; Gimpel, 1976; Nef, 1964). This would appear favor a conceptualization of world history in which successive waves of industrialization took shape out of successive of eras of socio-ecological innovation and thence crisis (MOORE, 2014, p.10).

A crítica que o defensor do Capitaloceno faz em detrimento do Antropoceno vai ao encontro da crítica feita pelos movimentos indígenas, a de que a história de destruição da natureza não começa a partir da industrialização, marcada pela revolução industrial, vem de bem antes, do processo de colonização imposto pelos europeus iniciado quando na América chegaram, em 1492. O genocídio dos povos indígenas, a doutrinação religiosa, o racismo e a visão da natureza como objeto e são os grandes responsáveis pelas crises ambiental e civilizatória.

Para os defensores do Capitaloceno,

The rise of capitalism after 1450 was accompanied, and made possible, by an epochal shift in the scale, speed, and scope of landscape transformation across the geographical expanse of early capitalism. The long 17th century forest clearances of the Vistula Basin and Brazil's Atlantic Rainforest occurred on a scale, and at a speed, between five and ten times greater than anything seen in medieval Europe (Moore, 2007, 2010b; Darby, 1956; Williams, 2003). Feudal Europe had taken centuries to deforest large expanses of western and central Europe; after 1450, comparable deforestation occurred in decades, not centuries. To take but one example, in medieval Picardy (northeastern France), it took 200 years to clear 12,000 hectares of forest, beginning in the 12th century (Fossier, 1968: 315). Four centuries later, in northeastern Brazil at the height of the sugar boom in the 1650s, 12,000 hectares of forest would be cleared in a single year (Moore, 2007: ch. 6). These are precious clues to an epochal transition in the relations of power, wealth, and nature that occurred over the course of the long medieval crisis and the expansion that commenced after 1450 (MOORE, 2014, p. 16-17).

Como resposta a essas críticas, aqueles que preferem o termo Antropoceno, apontam duas questões. Não se trata propriamente de determinar o início, isso serviria apenas do ponto de vista acadêmico, pois esse futuro-que-acabou "talvez nunca tenha

cessado de já ter começado: no Neolítico? na Revolução Industrial? a partir da 2ª Grande Guerra?”, como questionam Danowski e Viveiros de Castro (2017, p. 18).

Há aí o atravessamento do pré-construído da grande pergunta da humanidade: qual é o tempo da Terra? E nosso tempo nisso, enquanto humanidade, como passamos? Que sujeito é esse da relação com a terra que se constitui de forma tão violenta na historicidade presente?

O Homem vem violentamente corrompendo as relações. O falo fazendo um papel preponderante nesta relação humanidade e planeta? Estamos brigando de espadas com o outro? Estamos lutando em pé de igualdade com a terra? O planeta tem bilhões de anos: diversas eras estão encravadas nesta pedra que demora 365 dias, na velocidade de 400 milhões de segundos por quilômetro, para dar a volta em torno do sol. Nós é que estamos efetivamente sendo capazes de produzir um estrago tão absurdo a ponto de fazer surgir uma nova era geológica.

A raça humana, enquanto espécie e sujeito e interlocutor está mudando o planeta, se relacionando tal qual numa luta violenta. No ringue-relação entre humanidade e planeta, é a gigante que viaja no espaço de bilhões de galáxias que está perdendo.

Não interessa se são europeus, americanos ou índios. Mesmo os povos extramodernos foram obrigados a absorver as tecnologias e práticas oriundas do capitalismo central e estão contribuindo também, de uma forma ou de outra, para o aquecimento global do planeta. De alguma forma o Antropoceno é causado por todos (VIVEIROS DE CASTRO, 2017, p. 03).

O passar o tempo no capitalismo extramoderno está vinculado à capacidade de absorção das novas tecnologias e aos discursos que as sustentam num mundo de luta de classes e de povos. Estamos enredados numa rede discursiva e sintomática de sobrevivência, num encontro com a onça no concreto do cotidiano de cidade. Trata-se de um enredo gastronômico e filosófico numa narrativa tecnológica de criação do mundo.

O termo Antropoceno abarca a reflexão sobre o conceito de *antrophos* de outra perspectiva. Viveiros de Castro, no Colóquio Mil Nomes de Gaia, ocorrido em 2014 no Rio de Janeiro, nos comentários sobre a entrevista de Donna Haraway, que fez junto a Juliana Fausto, pondera que, para a entrevistada, existem

três coisas em jogo, três nomes em jogo – tem dois nomes para, digamos, o Antropoceno, que é o Antropoceno e o Capitaloceno, e um novo nome para uma outra coisa, um outro personagem conceitual, que ela chama de Chthuluceno, que não é simplesmente um outro nome para o Antropoceno ou Capitaloceno (...) O problema que ela tem com o conceito de Antropoceno não diz respeito apenas à oposição e extensão, ou seja, são “todos” os humanos ou “parte” dos humanos, são “todos” os humanos ou só os capitalistas, o problema que ela tem com o conceito de *anthropos* é em relação a sua compreensão de oposição e extensão. Ela propõe um outro conceito de humano (...) um outro conceito de espécie (...) de relações entre as espécies (VIVEIROS; FAUSTO, 2014, s/n).

No discurso sobre o fim do mundo, esse sujeito (enquanto ser que come), é o personagem nessa narrativa tecnológica de sobrevivência. Um sujeito que come e é comido, num ambiente nada sutil, num planeta em que a relação de interlocução, sempre já aí no discurso, é intersecta à relação gastronômica com outra espécie. Essa que poderá sobreviver ao Chthuluceno.

À parte do nome que se dê, ao final do debate, o relevante é que os refúgios remanescentes estão sendo atacados e exauridos. Conforme Haraway,

Anna Tsing (2015), em um artigo recente chamado “Feral Biologies”, sugere que o ponto de inflexão entre o Holoceno e o Antropoceno pode eliminar a maior parte dos refúgios a partir dos quais diversos grupos de espécies (com ou sem pessoas) podem ser reconstituídos após eventos extremos (como desertificação, desmatamento...). Isso tem parentesco com o argumento da *World-Ecology, Research Network*, coordenada por Jason Moore, de que a natureza barata está no fim; o barateamento da natureza não pode continuar mais a sustentar a extração e a produção no e do mundo contemporâneo, porque a maioria das reservas da terra foram drenadas, queimadas, esgotadas, envenenadas, exterminadas e, de várias outras formas, exauridas. Vastos investimentos em tecnologias extremamente criativas e destrutivas podem conter esse acerto de contas, mas a natureza barata realmente acabou (HARAWAY, 2016, p. 01).

Além do esgotamento do modelo de geração de energia [como usinas radioativas, hidrelétricas, petróleo...], o que resta para ser explorado são áreas remanescentes delicadas e que requerem muito esforço e cuidado na lida, ação que, na prática, passa longe do que possa ser justo, eficaz e afetivo. Como exemplos, a Belo Monte na Volta Grande do Xingu e o oleoduto que atravessa as terras indígenas dos Standing Rocks Sioux nos Estados Unidos. A pressa do capitalismo e a avidez pelo lucro levam ao etnocídio de forma bastante violenta.

No caso do movimento da comunidade local atingida pela barragem e contra a instalação da represa de Belo Monte, a produção artística emerge como forma de denúncia e discurso de resistência. No curta metragem “Para onde foram as andorinhas?” (2016), produzido pelos Instituto Catitu e Instituto Socioambiental (ISA), e que traz a narrativa dos povos indígenas que vivem no Parque Xingu e sobre como lhes afetam as mudanças climáticas e a intrusão do agronegócio frente às florestas.

Num dos depoimentos ouvimos:

Agora estamos na época da cigarra cantar. Era para estarmos ouvindo o som delas. Quando as cigarras cantam nós sabemos que dali a três dias a primeira chuva vai cair. É quando começamos a plantar milho, banana, batata-doce, abóbora, amendoim, pimenta, cará, algodão. É a cigarra que nos dá o sinal. Mas as cigarras não estão cantando. Por quê? Eu me preocupo muito porque o calor cozinhou os ovos delas. Por isso elas não cantam mais (*Para onde foram as andorinhas*, 2016).

A explicação dada pelo ancião é de que “o calor cozinhou os ovos dela”; a explicação que o capitalismo daria, sustentado na velha fábula de Esopo, é que ela morreu de fome e frio porque o que faz – cantar – não é um trabalho que possa gerar energia para manutenção do sistema capitalista, ou seja, não é um trabalho considerado energia válida.

Que desenlace para uma narrativa triste. Mais triste do que a própria fábula cujo final assim ecoa: “Cantavas? Pois dança agora!”, diz a formiga à cigarra. A moral da história consiste em alertar que os preguiçosos têm (o sofrimento) que merecem. Essa moral que se faz aí presente vem de uma memória racista, que considera o índio preguiçoso, e de uma memória neoliberal sustentada na meritocracia premiadora pelo esforço contínuo que subjaz o projeto de etnocídio.

Las élites liberales construyeron al indígena como causante del atraso nacional con discursos velados por prejuicios raciales. La supuesta naturaleza salvaje del indígena y el miedo que eso despertaba en las élites justificaban mantenerlo subordinado en el proceso de construcción de la nación, mediante políticas de protección y el tutelaje o ‘ventriloquía’ (RODRÍGUEZ, 2012, p. 65).

Numa narrativa ou noutra, a cigarra não canta mais. Os gráficos disponibilizados pela ciência entrelaçam-se com a narrativa indígena sobre as alterações climáticas a partir dos espaços e tempos que lhes constituem. E é, a ver com essa relação entre o

espaço-tempo, naquilo que é concomitantemente o passado, o presente e o futuro, que Haraway propõe o termo Chthuluceno.

Estes espaços-tempos reais e possíveis não foram nomeados após o pesadelo-racista e misógino do monstro Cthulhu (note diferença na ortografia), do escritor de ficção científica H. P. Lovecraft, e sim após os diversos poderes e forças tentaculares de toda a terra e das coisas recolhidas com nomes como Naga, Gaia, Tangaroa (emerge da plenitude aquática de Papa), Terra, Haniyasu-hime, Mulher-Aranha, Pachamama, Oya, Gorgo, Raven, A'akuluujjusi e muitas mais. "Meu" Chthuluceno, mesmo sobrecarregado com seus problemáticos tentáculos gregos, emaranha-se com uma miríade de temporalidades e espacialidades e uma miríade de entidades em arranjos intra-ativos, incluindo mais-que-humanos, outros-que-não-humanos, desumanos e humano-como-húmus (*human-ashumus*) (HARAWAY, 2016, p. 01).

O monstro literário teorizado por Haraway não é uma figura pró-vida. Parece-me que vem como algo regurgitado do interior da Terra para colocar-nos frente a frente com o nosso monstro interior, que não reconhece o bem ou o mal.

Para a autora, o Chthuluceno é

como uma história grande o suficiente para fazer parte do trabalho, para fazer algo que eu acho que precisa ser feito, quando se está nas garras dos terríveis, nos tentaculares [...] Ao historiar, mudamos histórias. Na revolução estão a pequena e a grande mudança ao mesmo tempo (HARAWAY, 2014, s/n).

Uma narrativa cujo enredo nos coloca entre o luto pelo fim do mundo, como o conhecemos, e a força de viver. Para a autora,

Uma maneira de viver e morrer bem, como seres mortais no Chthuluceno, é unir forças para reconstituir refúgios, para tornar possível uma parcial e robusta recuperação e recomposição biológica-cultural-política-tecnológica, que deve incluir o luto por perdas irreversíveis (HARAWAY, 2016, p. 01).

Lidar com o luto não é tarefa fácil, porém necessária para que possamos ainda ter histórias para contar. Para Nunes,

Há quem enxergue um possível fim da espécie como retribuição pelos pecados da humanidade e, fazendo assim, projete sobre ele um esquema moral de crime e castigo. Há também quem veja na catástrofe a única esperança de, a partir das cinzas, construir uma humanidade distinta daquela que terá ardido, e com isso projete sobre ela um esquema religioso de sacrifício e purificação. Por último, há aqueles que só conseguem entender qualquer referência aos riscos

reais que a crise ambiental comporta como pertencendo ou a um esquema (crime e castigo) ou ao outro (sacrifício e purificação), e que são portanto igualmente incapazes de entender o fim como uma coisa que pode simplesmente acontecer. Em última análise, aquilo que estes criticam no outros revela sua própria limitação: a incapacidade de conceber o fim como algo que possa existir independentemente de uma projeção de nossos medos e desejos – algo que, em sua impassível arbitrariedade, em sua total indiferença a nosso propósitos pode simplesmente acontecer. Reduzir o fim a um para-nós (mesmo, ou especialmente quanto 'nós' são os outros) é prova de uma incapacidade de conceber a possibilidade de que ele seja real em-si, ou seja, de concebê-lo fora de qualquer domesticação de um para-nós – que é exatamente o caso da extinção do humano como fim da intencionalidade, isto é, como a eliminação de qualquer 'nós' para o qual possa haver um para-nós (NUNES, 2014, p. 05).

Se a saída é romper com a razão intencional e abrir espaço para outros discursos possíveis, que seja pelo menos na luta por outra Terra, por um lugar em que o que há seja compartilhado e não explorado. A crise, portanto, não é ecológica, mas civilizatória, pois se trata de justiça climática e social. Talvez esteja na hora de nos vermos menos como humanos e mais como espécie para encontrar outro caminho.

2.3 Estado Plurinacional, Pacto de la Unidad y Anteproyecto de la Ley de *La Madre Tierra*

*“Nhanderu acha que o mundo
já está muito velho e
quer limpar a Terra”.*

Kunhã Tatá (Doralice Fernandes)

A AD, como já lemos tantas vezes, sustenta-se no tripé da história, do discurso e do sujeito – Materialismo Histórico, Teoria do Discurso e Linguística, trazendo a Psicanálise de forma tangencial – para propor uma autêntica maneira de analisar ditos e não ditos, enfatizando a construção de procedimentos na busca de como o (efeito de)sentido aí trabalha banhado na ideologia.

Para tanto, reconstrói e propõe conceitos no trabalho de análise, como o de história, reescrita em historicidade, como um movimento que abarca tanto o passado como o porvir, funcionando entre a estrutura e o acontecimento. O discurso é entendido “como lugar em que se estabelece a relação entre a língua e a história” (MALDIDIER, 2011 (1993), p. 48); e o sujeito como *aquele que se constitui clivadamente pelo*

inconsciente no enfrentamento com o Outro e trava batalhas cotidianas com a ideologia.

Gadet e Pêcheux, na entrevista “A língua inatingível”, concedida em 1983, trazem para a discussão acerca da luta de classes outras lutas ideológicas emergentes.

A meu ver, os movimentos que aconteceram no fim da década de 1960 em torno da escola, da família, da religião, da divisão social do trabalho, e o relacionamento com o meio-ambiente constituem, todos eles, aquilo que chamo de *lutas ideológicas de movimento*. Ao mesmo tempo em que, sem dúvida, são uma questão de luta de classes no terreno da ideologia, essas lutas devem ser pensadas não como luta entre classes constituídas como tais, mas, em vez disso, como uma série de disputas e embates móveis (no terreno da sexualidade, da vida privada, da educação, etc.) pelos processos por meio dos quais a exploração-dominação da classe burguesa se reproduz, com adaptações e transformações (GADET; PÊCHEUX, (2012, p. 97 [1983]).

Assim, novas questões envolvendo o debate sobre constituição da família, a força da religião, as consequências de desastres ambientais colocaram em pauta a necessidade de novas reflexões. A convergência de eventos e discussões acerca da relação entre humanidade e meio ambiente trouxe, a partir das décadas de 60 e 70, consequências importantes na construção de discursos de resistência, sob o ponto de vista europeu, para a questão do processo de extermínio de ecossistemas e refúgios imposto pelo capital.

Nos anos 80 e 90, se consolida, como força política, a relação entre as reivindicações indígenas com as denúncias sobre desgaste do meio ambiente.

El contexto internacional, durante los ochenta y noventa, favorecen el surgimiento de los movimientos indígenas. El fin de la guerra fría permitió la emergencia de discursos distintos a su dicotomía y una “internacionalización” de la cuestión indígena, con la emergencia de preocupaciones como el medio ambiente, los derechos humanos y el desarrollo sostenible o el etnodesarrollo (Gros, 1999: 8) [...] Articulado con las políticas ambientales, el indígena se valoró como protector “natural” del medio ambiente (Gros, 2000: 358) (RODRÍGUEZ, 2012, p. 120).

A crítica pontuada no Pacto dos Povos e na Declaração dos Direitos da Mãe Terra, presente nas concepções de Antropoceno, Capitaloceno e Chthuluceno, vai refinar-se num pensamento mais elaborado e atravessado pela memória “desesquecida” dos movimentos indígenas.

Para Santos,

los proyectos constitucionales transformadores tan solo son puntos de partida para cambios de época, apertura a nuevos rumbos y nuevas gramáticas de lucha política. Inauguran, en suma, un proceso de transición histórica de largo plazo (SANTOS, 2012, p. 14).

A narrativa, portanto, acerca da memória da *Ley de Derechos de La Madre Tierra*, ambas duas leis objeto de estudo nesta tese através dos artigos comuns que trazem, com os textos que antecederam e a seguiram, constitui todo um espectro do corpus, e consolida um acontecimento: a institucionalização dos direitos da *Madre Tierra* em um texto legal, legítimo e vigente no espaço de um Estado, ainda que sentido como fantasia jurídica de justiça.

O acontecimento discursivo é entendido no viés que lhe dá Pêcheux, como um marco da materialidade linguística capaz de destruturar uma linha de memória irrompendo outra ordem do discurso atrelado à atualidade. Conforme bem explicam Cazarin e Rasia,

Um acontecimento discursivo estabelece uma ruptura (rompe com a “estabilidade” anterior) e inaugura uma nova “estabilidade” discursiva, mas não logicamente organizada, pois a mesma tem a ver com a ordem do discurso que joga com a materialidade linguística e a materialidade histórica (CAZARIN; RASIA, 2014, p.193).

Quando falamos em Direito, porém, é preciso cercar-se de cuidado, dado que a característica deste imperativo, “organizado em corpo de proposições” (PÊCHEUX, 2002, p. 36), paradoxalmente, é ser atualizado e desatualizado ao mesmo tempo. Ou seja, sem a pretensão de aprofundar a discussão acerca dos diferentes “Direitos”, aos quais a sociedade se viu obrigada ao longo da história, o fato que permanece como constante é a maleabilidade das leis para atender demandas sociais. A questão é, portanto, como trabalhar o acontecimento, na perspectiva que lhe dá a AD, com essa reatualização característica do Direito, como discurso que obriga um sujeito perante outro sujeito. A contradição do Direito aí se apresenta, na ordem do velho, se cria a ordem do novo: ainda assim, ordem.

A novidade, por sustentar-se na velha estrutura, quase acaba por submir-se. Mas, ainda que se trate do Direito como aquilo que “não cessa de buscar literalidade, de deixar de lado a falta, o implícito, a ambiguidade” (AUTHIER, 2016), a novidade inesperada do que evoca a Constituição Boliviana e a *Ley de Derechos de La Madre Tierra*, ao criar a natureza enquanto sujeito de direitos e institucionalizar os direitos da *Madre Tierra*, chega a balançar as estruturas jurídicas de uma determinada época, consolidando a emergência de um discurso de outra era.

Isso é possível porque a AD faz a exterioridade presente metodologicamente no trato com o corpus: partimos de um “dado” e, quando definimos o “objeto” através da metodologia, nos comprometemos ao mesmo tempo com uma teoria e com um corpo de definições, de acordo com os quais produzimos as correspondentes técnicas de análise (ORLANDI, 2008, p. 16). Ou, nas palavras de Ernst, um

movimento pendular que traça permanentemente um trajeto entre análise e teoria, como um fio que corre de um a outro ponto, em que são trilhados, em inter-relação, diferentes campos do conhecimento (2009, p. 01).

É por isso que, neste subcapítulo, apresento uma breve elucidação acerca dos movimentos indígenas na Bolívia, faço uma certa retomada da formação do Estado Plurinacional, a emergência de uma nova episteme cosmovisionária, até culminar com a aprovação das leis objeto de estudos desta tese, na busca do reconhecimento de redes de formulações entrelaçadas na constituição do processo discursivo acerca da *Madre Tierra* como sujeito de direitos.

A chegada dos indígenas a espaços que antes lhes eram inacessíveis – instituições educacionais e políticas – possibilitou esta quebra na ordem histórica colonialista, a qual, sustentada num imaginário preconceituoso que considera o indígena dispensável à máquina desenvolvimentista colonial, relegava-os à inferioridade e à incapacidade. Há uma história de cerca de 15.000 anos de modo de vida em harmonia com a natureza que os colonizadores, em pouco tempo, colocaram em bancarrota – paisagens milenares modificaram-se bruscamente em cerca de 500 anos.

Portanto, a consolidação da proposta de um Estado Plurinacional torna-se cada vez mais sólida na medida em que os movimentos indígenas alcançam “el acceso a

espacios, discursos e recursos de poder, para hacer visibles y enunciables sus demandas” (RODRÍGUEZ, 2012, p. 17), especialmente aqueles referentes ao seu direito de autodeterminação e ao território.

Consoante Schavelzon,

Es desde las luchas anticoloniales de mayorías indígenas y campesinas desde donde nace un pensamiento político que invoca a quienes trabajaban la tierra, pero carecen de lugar en las altas esferas de poder. Tanto en Bolivia como en Ecuador, como veremos, la idea de lo plurinacional surge de la fuerza política e intelectual quechua y aymara, con su crítica de la república liberal construida por una elite criolla que en 1825 (Bolivia) y 1830 (Ecuador) obtuvo la independencia política, pero mantuvo la admiración y dominancia de la cultura europea. Son estas poblaciones de alta densidad demográfica las que emprenden la lucha anticolonial asociándose a minorías étnicas y también cuestionando el nacionalismo, la bandera política que negaba sus orígenes (SCHAVELZON, 2015, p. 72-73).

O que é bem diferente das reformas liberais que se

inscribían en la contraposición de civilización de barbárie por prejuicios raciales provenientes de los discurso científicos europeos que empezaban a tener influencia. Los indígenas eram percebidos como raza bárbara o semiselvaje que impedía la construcción de una nación homogénea y civilizada. El Estado debía incorporar el indígena al mercado y al comércio para “civilizarlo” e incorporálo a nación (RODRÍGUEZ, 2012, p. 56).

Em 2009, com a aprovação da nova Constituição, na Bolívia, surge a proposta de outro Estado, numa tentativa de reescrever a visão hegemônica de um povo, uma língua, uma cultura, em uma plurinacionalidade como proposta inovadora que emerge de outra posição que não a européia colonialista.

El Estado plurinacional, como pluralismo de civilizaciones realmente empoderadas, sería una paradoja que propone un Estado que al mismo tiempo es “no Estado”, como punto donde fuerzas de centralización se encuentran con fuerzas centrífugas inspiradas por la diferencia y la oposición a la unificación, homogeneidad y consenso absoluto (SCHAVELZON, 2015, p. 167).

O Estado Plurinacional consolidado, então, através de uma nova lei magna, traz uma nova designação: cai a República, fica o Estado. Do uni ao pluri, fala-se de povos e etnias, no plural – vê-se já que importa mais o “combate entre povos do que a luta de classes (VIVEIROS DE CASTRO, 2017, s/n).

Para Rodríguez,

La afirmación de la identidad indígena empieza por una auto-representación y valoración positiva de si mismos, autodefiniéndose como pueblos, nacionalidades indígenas o naciones originarias. [...] En este proyecto los indígenas dejan de ser pasivos y adquieren un rol protagónico en la construcción de la nación (2012, p. 113).

O nomear, portanto, importa para os povos indígenas, pois retrata uma força que lhes desloca de um lugar jurídico-discursivo de ser nomeado (erroneamente como “índio”, por exemplo), para o agente da nomeação, numa retomada de ser aquele que *faz a lei*. Especialmente, na Assembleia Constituinte, quando a disputa pela designação no texto constitucional tomou muito do tempo político entre os atores. Ao final, restou a expressão originário-campesino.

En Bolívia, persiste el debate entre los movimientos indígenas en torno de la denominación más adecuada. Algunos sectores rechazan los términos indio e indígena, por constituir legados de la dominación colonial y prefieren denominarse pueblos originarios o naciones originarias (Albó, 1998: 14) (RODRÍGUEZ, 2012, p. 131).

O poder de nomear e designar é um ponto nodal e basilar do discurso de resistência pelo direito de autodesignação e de autodeterminação nos movimentos indígenas. O texto de apresentação da nova constituição boliviana, apresentada à população para ser votada no referendo, continha a distinção entre “*originarios milenares*” e “*originarios contemporaneos*”, entretanto tal texto não acompanha a versão final aprovada. No artigo 2º da Carta Magna plurinacional, porém, aparece a expressão “originario campesino” e, no artigo terceiro, todos os que compõem a nação boliviana.

Tais referências ao texto constitucional boliviano servem para consubstanciar que o acordo, quanto à designação “*originarios campesinos*” e sua chegada ao poder institucional, possibilitou uma nova forma de concepção de Estado muito mais sustentado numa perspectiva indígena-milenar do que num conhecimento europeu, num pendor para uma luta de povos encravada numa luta de classes. A crítica ao sistema capitalista é bastante forte e marcada discursivamente, partindo de uma posição não estritamente esquerdo-socialista, mas da posição ameríndia. Uma posição de onde se fala, de memória presente, de um bem viver em comunidade sem violência.

O resultado político-jurídico é que novas legislações passam a existir, como a *Ley de Derechos de La Madre Tierra* (2010) e a *Ley Marco de La Madre Tierra y Desarrollo Integral Para Vivir Bien* (2012).

Seria, consoante Santos,

una mestizaje conceptual entre el mundo moderno de los derechos y el mundo andino de la Pachamama, a quienes nadie «puede dar derechos» una vez que ella sería la fuente misma de todos los deberes y de todos derechos si tales conceptos perteneciesen a su cosmovisión. Asimismo, cuando las Constituciones de Ecuador y de Bolivia establecen el buen vivir (Sumak Kawsay o Suma Qamaña) como principio orientador de la organización económica, política y social, recurren a un dispositivo conceptual y normativo híbrido que junta en el texto jurídico matricial de la modernidad occidental – la Carta Política – recursos lingüísticos y conceptuales no coloniales y no occidentales (SANTOS, 2010, p. 65).

Essas leis têm uma história e emergem de uma severa discussão que já vinha sendo feita pelo Pacto de la Unidad – uma aglutinação de organizações indígenas e campesinas bolivianas composta por Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB), Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia “Bartolina Sisa” (CNMCIQB “BS”), Confederación Sindical de Comunidades Interculturales Originarios de Bolivia (CSCIB), Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu (CONAMAQ) e Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia (CIDOB) –, e cuja responsabilidade política é a defesa da *Madre Tierra*. Conforme relata Prada,

Se puede decir que desde abril del 2007, cuando se acude a la Cumbre del ALBA-TCP, el Pacto de la Unidad se propone la tarea de retomar orgánicamente la defensa de la Madre Tierra, aunque esta tarea estaba implícita en el documento del Pacto de la Unidad para la Asamblea Constituyente, también en la participación de las organizaciones sociales, que conforman el pacto, en el proceso constituyente, plasmando esta tarea en la Constitución Política del Estado. La tarea de elaboración de una Ley de la Madre Tierra se da en la Conferencia de los Pueblos por el Cambio Climático y los Derechos de la Madre Tierra. [...] Las resoluciones de Tiquipaya se proponen impulsar y consolidar a nivel mundial la Declaración Universal de los Derechos de la Madre Tierra. [...]

El Pacto de Unidad retoma seriamente las resoluciones de Tiquipaya y se da a la tarea de elaborar un Anteproyecto de Ley de *La Madre Tierra*. Esta labor dura aproximadamente nueve meses, se desarrollan varios encuentros de las organizaciones sociales en 18 talleres de trabajo, la mayor parte de ellos regionales y por organización, otros plurinacionales y de todas las organizaciones, contando con un formato de elaboración de la ley y buscando

consensuar un solo documento. En la reunión de Cochabamba del 6 y 7 de octubre de 2010 se logra la conjunción de un solo documento y se toman las decisiones más importantes sobre el contenido del documento. Una de esas decisiones tiene que ver con desechar el nombre de recursos naturales porque reproduce el significado de explotación de la naturaleza, basado en la comercialización, el mercado y la acumulación capitalista. Por otra parte se decide expresar elocuentemente en la escritura del documento los imaginarios de las cosmovisiones indígenas originarias, campesinas e interculturales (PRADA, 2010, p. 1-2).

Pela história de construção do texto legal até aqui apresentado, percebe-se que o debate não se restringiu aos salões oficiais do Estado. Antes, em outros espaços, ouvindo outras vozes que não as eleitas pelo pleito, foi construído um texto onde é possível ver a mescla entre o Direito, a cosmovisão andina e as teorias ecológicas. É um projeto que

incorpora las cosmovisiones indígenas, imanentistas, animistas y pluralistas, logra un diálogo intercultural con las teorías ecológicas y las tesis ambientalistas, y propone una transformación institucional adecuada a la defensa de los derechos de la Madre Tierra (PRADA apud SCHAVELZON, 2015, p. 264).

Por isso, têm-se duas leis, a *ley corta* (Ley n. 70) e a *lei marco* (Ley n. 300):

La Ley Corta de los Derechos de la Madre Tierra, aprobada por la Asamblea Legislativa plurinacional, es un extracto del Anteproyecto de Ley de la Madre Tierra consensuada entre el Pacto de Unidad y la Asamblea Legislativa Plurinacional (PRADA, 2010, p. 04).

Entretanto, como em todo processo político, encontramos contradições e traições. O texto é apresentado na sede da CSUTCB, momento em que estava presente o Chanceler David Choquehuanca, e depois na Comissão Mista sobre meio ambiente da Asamblea Plurinacional. Após a apresentação da versão final do Anteprojeto, firma-se outro acordo que, no entanto, não será efetivamente cumprido, ocasionando a publicação da Carta de Brigadas Indígena e CONAMAQ, propondo a impugnação da lei aprovada (a *ley n. 300*). O acordo não cumprido se refere ao comprometimento de ambas as partes de

mantener y defender el anteproyecto consensuado, buscando su aprobación en la Asamblea Legislativa Plurinacional, incorporando en pleno el preámbulo del

anteproyecto del Pacto de la Unidad, donde se expresa el espíritu de la ley de la madre tierra, desde la perspectiva de las cosmovisiones indígenas y comprendiendo la complejidad de la composición y los ciclos vitales de la madre tierra (PRADA, 2010, p. 03).

A Carta denuncia o “esquecimento” do anteprojeto amplamente discutido e denuncia o apagamento do viés sagrado da *Madre Tierra*, enfatizando o conteúdo extrativista colonizador, que se esperava fosse rechaçado. Incluem-se na lei marco expressões como “recursos naturais” e “desenvolvimento integral”. Como aponta Schavelzon, “Raúl Prada calificaría a la nueva ley de ‘grotesco político’ y de ‘ley del padre tierra’, considerándola inconstitucional y con reducción de la Madre Tierra a cenicienta del desarrollo sostenible” (SCHAVELZON, 2015, p. 264).

Se descartó el espíritu de la Ley de la Madre Tierra consensuado, espíritu que responde a tres niveles conceptuales, la recuperación de lo avanzado en temas ambientales, lo logrado en la concepción ecológica y la perspectiva de las cosmovisiones indígenas originarias y campesinas (extrato da Carta de la Brigada Indígena entregue à presidenta da Câmara dos Deputados Sra. Rebeca Delgado em 24 de agosto de 2012).

O que se buscou até o presente momento foi rememorar fatos que dizem respeito àquilo que Pêcheux [2012 (1978)] chama de contextualização histórica, ou o que Indursky (2013) trata como o preparo da análise, propondo questões prévias. É a retomada das discussões acerca do desequilíbrio climático, dos debates acadêmicos sobre a força humana na emergência de uma nova era e trazendo exemplos de resistência indígena na conjuntura global que trama um debate mais amplo sobre a qualidade de tempo de vida no planeta.

Os discursos do movimento indígena e do movimento ecológico e ambientalista entrelaçam-se num contexto complexo de acontecimentos que constituem as condições de produção dos textos legais analisados. As condições de produção vão desde a interlocução performativa do texto da lei até o espectro ideológico materializado no discurso jurídico, que determinaram os recortes [o nome e a descrição legal] e a determinação das sequências discursivas.

3 O nome da lei tem mãe

*“Somos parte sim senhor
Somos filhos da Mãe Terra”.*
Pedro Munhoz

A AD apresenta, como já dissemos, no seu bojo teórico, uma compreensão de língua que leva em conta a historicidade. Nas palavras de Orlandi, “a análise de discurso visa construir um método de compreensão dos objetos de linguagem. Para isso, não trabalha com a linguagem enquanto *dado*, mas como *fato*” (2008, p. 31, grifos da autora). E o faz porque integra a questão política no seio das análises, na medida em que “constitui-se nesse intervalo, entre a linguística e essas outras ciências [das formações sociais], justamente na região das questões que dizem respeito à relação da linguagem (objeto linguístico) com sua exterioridade (objeto histórico)” (ORLANDI, 2008, p. 33).

Para tratar do sujeito e de sua constituição como corpo materializado ideologicamente, o arcabouço teórico da AD vai ser alinhavado tangencialmente por uma teoria de natureza psicanalítica.

Consoante Baldini, o

ponto central da questão entre Análise de Discurso e Psicanálise é que esta última fornece os elementos essenciais para que se possa pensar o conceito de sujeito e de subjetividade que interessam ao projeto de Pêcheux de uma análise histórica dos processos de determinação do sentido (BALDINI, 2014, p. 118).

Pensar, portanto, a constituição do sujeito do discurso na relação com o Outro, é pensar que a relação entre AD e perspectivismo ameríndio pode trazer um somido novo quando se trata da questão de se “falar em uma nova subjetividade para os tempos que vivemos, ou até mesmo se o conceito de subjetividade admite uma historicização”, como pontua Baldini (2014, p. 119). Aparentemente, da perspectiva teórica ameríndia, há superposição ou concomitância de sentidos, sem causalidade e hierarquização, ou seja, há o isto e o aquilo. “Em realidade, não se trata de vários sujeitos, mas da disperão, do ‘espelhamento’ do sujeito em suas diferentes posições, sem a injunção à

unidade tal como ella se manifesta nos discursos das culturas ocidentais” (ORLANDI, 2008, p. 212). Terra e terra são uma só, mas são diferentes. O entrecruzamento entre os movimentos ecológicos e ambientais, os movimentos campestinos e os movimentos indígenas dar-se-á de forma bastante complexa diante da contextualização histórica da crise civilizatória e ecológica. Há um dança com Outros, que culmina em tirar o nome do pai e colocar o nome da mãe na lei.

3.1 O nomear entre a falta e o excesso

O processo de nomeação da lei como *Ley de Derechos de La Madre Tierra* produz um acontecimento capaz de romper com um círculo de repetição. O nome da lei, para Lacan, é o do pai. O funcionamento do Outro, como discurso do inconsciente, faz furo, como alertou Pêcheux no *Anexo III*. A paisagem do mundo do capital é de espadas em guerrilha, diferente da paisagem do mundo matriarcal, onde o mistério reside em forma de Real. No acontecimento das leis, a mãe, diversa na unicidade, toma o lugar do nome. E a epígrafe traz o “sim senhor”, para lembrar o viés althusseriano, o de que dentro das instituições há a reprodução e a resistência movidas pela necessidade de uma compreensão do sistema como luta de classes.

Consoante a proposta pêcheuxtiana, a ideologia opera no funcionamento da língua, cuja base material é o discurso. O autor, propondo que o referido sistema saussuriano tenha autonomia relativa, vai trazer o trabalho da ideologia na produção de sentidos. Na articulação com a história, a língua permite comunicar e não comunicar. É esse o efeito da ideologia, não tomada como representação ou dissimulação (ORLANDI, 2008), mas como uma força que,

através do 'hábito' e do 'uso', está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que dever ser, e isso, às vezes, por meio de 'desvios' linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de 'retomada do jogo'. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais 'todo mundo sabe' o que é um soldado, um operário [...], evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado 'queiram dizer o que realmente dizem' e que mascaram, assim, sob a 'transparência da linguagem', aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 1995, p. 160, grifo do autor).

Deste funcionamento decorrem duas teses: A primeira é de que não existe um sentido “em si mesmo” ou, ainda nas palavras de Pêcheux, “o *sentido* [...] é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (1995, p. 160, grifo do autor). Isso implica dizer que as palavras, as expressões

mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, [...] elas adquirem sentido em referência [...] às “formações ideológicas” e, acrescenta: é através das formações discursivas que “aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pela luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1995, p. 160, grifo do autor).

A segunda tese é de que toda formação discursiva (FD)

dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao 'todo complexo com dominante' das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 1995, p. 162, grifo do autor).

Essa dissimulação, por meio do efeito de transparência do sentido, é causa do trabalho do interdiscurso, entendido como aquilo que “fala antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX, 1995, p. 162).

O interdiscurso

é definido justamente como complexo de formações discursivas à dominante. Ele representa o domínio do 'saber', da memória da formação discursiva. É no *interdiscurso* que se *constitui* o dizer, sendo a noção de *intradiscurso* reservada não à constituição mas à *formulação*, ou seja, à produção efetiva, circunstanciada e relativa a um contexto específico de uma sequência discursiva concreta (ORLANDI, 2008, p. 46, grifo da autora).

O gesto analítico implica observar o funcionamento do discurso, tomando em conta a exterioridade na movimentação dos dispositivos teóricos e analíticos, e em considerar a “interferência da memória no domínio da atualidade enquanto reorganização das filiações de sentido bem como sua intervenção na atualidade enquanto antecipação” (MARIANI, 1996, p. 10). O Antropoceno e os movimentos surgiram e, por isso, existe no mundo hoje um texto de lei ao qual foi dado um nome. O

recorte que possibilitou construir uma trilha na materialidade lingüística sobre a institucionalização dos direitos da Mãe Terra fez emergir o corpus composto por duas leis: a *Ley nº 71/2010*, nomeada *Ley de Derechos de La Madre Tierra* e a *Ley nº 300/2012*, nomeada *Ley Marco de La Madre Tierra y Desarrollo Integral para Vivir Bien*, ambas aprovadas na Bolívia.

Neste capítulo, entro no segundo movimento e desencadeio a reflexão sobre o processo de desintagmatização. A atenção recai para a análise do nome da lei enquanto marca lingüística capaz de romper com certa ordem de discurso. A compreensão do nomear é, no sentido que lhe dá Mariani, “enquanto uma operação simbólica, que é extrair do Outro um significante para inseri-lo em um registro jurídico; e uma função simbólica, que é o acontecimento da nomeação em si” (MARIANI, 2014, p.134).

Nomear a lei como *Madre Tierra* e, na ficção jurídica, assegurar-lhe direitos de sujeito, possibilita trazer a questão formulada na seguinte forma: como se dá a produção de sentidos a partir do nome da lei, numa análise discursiva que toma em conta o trabalho do interdiscurso no movimento parafrástico com outros nomes de lei, atentando para os mecanismos da falta, do excesso e do estranhamento?

Para Ernst,

tais conceitos podem e devem abrigar incontáveis modos de dizer e não dizer. Assim, numa dada conjuntura histórica frente a um dado acontecimento, aquilo que é dito demais, aquilo que é dito de menos e aquilo que parece não caber ser dito num dado discurso, constitui-se numa via possível, mesmo que preliminar e genérica, de identificação de elementos a partir dos quais poderão se desenvolver os procedimentos de análise do corpus (ERNST, 2009, p. 02).

O nome da lei é construído muito antes de seu debate e aprovação pela casa do povo, ele vem dos discursos dos movimentos indígenas, que, antes da promulgação das leis, vinham debatendo sobre a necessária defesa da *Madre Tierra*. Trata-se de discussões ocorridas no âmbito do *Pacto de la Unidad*, que congregou organizações indígenas e campesinas da Bolívia desde abril de 2007 (PRADA, 2010), e da *Conferencia de los Pueblos*, em 2010, quando se publicizaram a *Declaracion Universal de los Derechos de la Madre Tierra* e o *Anteproyecto de Ley de La Madre Tierra*.

A história das leis começa com uma mudança na conjuntura política que se impôs na Bolívia a partir da chegada de indígenas ao lugar de poder. Consoante Rodríguez,

los movimientos indígenas, entre 1990 y 2008, produjeron una ruptura en la forma como se había imaginado la nación en Bolivia y Ecuador, porque definieron su propio proyecto de nación sintetizado en la construcción del “Estado plurinacional”, se organizaron y se movilizaron junto a otros actores para realizarlo. [...]

La ruptura radica en que la historia de ambos países, a excepción del proyecto nacional-popular boliviano de mediados del siglo XX, los indígenas fueron articulados pasivamente a los proyectos de nación hegemónicos [...] les asignaron un papel marginal en el proceso de construcción de la nación. Con la emergencia de los movimientos indígenas se empezó a cuestionar aquel rol marginal y a plantear como alternativa un proyecto de nación, el Estado plurinacional, con una forma de integración distinta. En este proyecto, los indígenas asumieron un papel activo en la construcción de la nación y su integración no implicó la asimilación sino el reconocimiento de sus diferencias culturales (RODRÍGUEZ, 2012, p. 33).

Mas, como alerta Schavelzon, a discussão sobre plurinacionalidade, *Bem Viver e direitos da Madre Tierra* “encierra contenidos que van mucho más allá de cuestiones coyunturales, como puede ser la presencia de indígenas en los gobiernos” (2015, p. 09). Para o autor, “se trata de ver la irrupción de mundos indígenas en la política moderna [...] cómo el mundo indígena permite repensar la política, las instituciones y hasta la propia concepción de naturaleza y sociedad” (SCHAVELZON, 2015, p. 16).

É, talvez, a emergência daquilo que Boaventura de Sousa Santos chama de epistemologia del sur:

el reclamo de nuevos procesos de producción y de valoración de conocimientos válidos, científicos y no-científicos, y de nuevas relaciones entre diferentes tipos de conocimiento, a partir de las prácticas de las clases y grupos sociales que han sufrido de manera sistemática las injustas desigualdades y las discriminaciones causadas por el capitalismo y por el colonialismo (SANTOS, 2010, p. 41).

É o movimento histórico de luta concreta pela autodeterminação dos povos que alcança o fazer a lei. No caso específico da Bolívia,

es la demanda de control de los recursos naturales, una lucha que viene – por lo menos – desde la Revolución de 1952 y que vuelve a ser central en la llamada <Guerra del Agua> (2000) y en la <Guerra del Gas> (2003) (SANTOS, 2010, p. 84).

Tal demanda rompe com a ordem dominante de uma lei *para* os indígenas, para ser uma lei feita *por* indígenas. É um início de outro conhecimento que irrompe no sistema jurídico positivo, “que desafia todo el edificio jurídico y político del Estado moderno colonial” (SANTOS, 2012, p. 12).

É um desafio, pois coloca na berlinda um conceito de Direito historicamente estabilizado, cria um sistema jurídico que se sustenta no discurso do sujeito de direito, como aquele que incorpora direitos e deveres, que está na posição ilusória de ser proprietário. Um efeito-sujeito nas formas que o poder determina. Esse, que nas palavras de Viveiros de Castro, é “‘súdito’ de um Estado ‘soberano’ (2016, p. 02). Retomarei a discussão sobre a subjetividade jurídica no capítulo seguinte, mas, por hora, é relevante pontuar esta linha de pensamento.

Essa condição de súdito (um dos eufemismos de súdito é “sujeito [de direitos]”) não tem absolutamente nada a ver com a relação indígena vital, originária, com a terra, com o lugar em que se vive e de onde se tira seu sustento, onde se “faz vida” junto com seus parentes e amigos. [...] O indígena olha para baixo, para a Terra a que é imanente; ele tira sua força do chão. O cidadão olha para cima, para o Espírito encarnado sob a forma de um Estado transcendente; ele recebe seus direitos do alto (VIVEIROS DE CASTRO, 2016, p. 02).

Nesse sentido, o nomear funciona pelo trabalho da contradição, jogando com a forma histórica do sujeito de direito e com a dialética da lei *para/por*, ou a perspectiva do que “olha para baixo” com a do que “olha para cima”.

Viveiros de Castro, revelando a história de genocídio, aponta para o processo de “desindianização”. Nas suas palavras,

era sim preciso de qualquer jeito desindianizá-los, transformá-los em “trabalhadores nacionais”. Cristianizá-los, “vesti-los” (como se alguém jamais tenha visto índios “nus”, esses mestres do adorno, da plumária, da pintura corporal), proibir-lhes as línguas que falam ou falavam, os costumes que os definiam para si mesmos, submetê-los a um regime de trabalho, polícia e administração (VIVEIROS DE CASTRO, 2016, p. 04).

A individualização do sujeito, forma determinada de subjetividade, a subjetividade jurídica, o tonrar-se sujeito de direito, para subjugar-se ao Estado é uma forma de ação que coloca em “evidência” que tal sujeito livre só é promotor do seu assujeitamento. Em

suma, “a subjetividade jurídica é, em sentido rigoroso, uma forma historicamente específica. Apenas no interior do modo de produção especificamente capitalista é que estão dadas as suas condições de existência (KASHIURA Jr, 2015, p. 58).” Eis a contradição da resistência na materialidade do discurso: nomear a lei assentada na ilusão (jurídica) da liberdade.

Assujeita-se para criar a lei. Assujeita-se para nomear a lei. Assujeita-se o objeto da lei através do trabalho da contradição, porque, no nome, encontram-se marcados o significante, o funcionamento do interdiscurso e do pré-construído de origem ameríndia, tornando pelo menos colorida umas das colunas do direito positivo.

A partir, então, do trabalho da contradição que permeia esse desafio que o movimento indígena traz para o direito positivo, trago a primeira análise sobre os nomes das leis.

3.2 Em análise, o nome de lei

As leis têm números e algumas têm também nomes. O número advém da necessidade da ritualística burocrática do Estado – se uma lei pode desdizer outra, é necessário que haja uma ordem para se fazer entender o que é vigente e o que é descartado na linha do tempo. Começo pela *Ley n. 71: Ley de Derechos de La Madre Tierra*. Na tentativa de deixar mais claro meu raciocínio acerca do funcionamento do nome, e fazendo trabalhar a paráfrase, trago alguns exemplos da legislação brasileira: Lei Maria da Penha e Lei da Justiça Gratuita.

Tais exemplos servem para ilustrar a análise sobre o funcionamento do nome em um cabeçalho de lei. No primeiro, o que segue após a palavra *Lei* é um nome próprio - *Maria da Penha* - sem preposição. Esta lei prescreve sobre a violência contra mulher, e tem uma memória funcionando através do nome: Maria da Penha (cidadã e sujeito empírico no mundo) fora vítima de violência e lutou contra essa opressão. A lei que carrega seu nome representa, a partir de então, todas as mulheres que são vítimas da violência. Se for possível ir um tanto longe, as pessoas que adotarem o semblante de Maria da Penha têm seus direitos resguardados contra violência de gênero. Emerge um discurso de direito que não é apenas da Maria da Penha, de um discurso particular,

mas de uma representatação estruturante refletida na face de tantas outras Marias – um semblante que existe em muitas faces e em lugar nenhum, ao mesmo tempo.

O segundo exemplo traz a preposição: *Lei da Justiça Gratuita*. Esta lei tem por objetivo estabelecer critérios para concessão de assistência judiciária. Diferentemente do que se viu acima, aqui o nome da lei não intenta fazer retornar o nome de alguém, mas aproximar a descrição do que prescreve a lei (como um alento de ementa).

Esta sucinta observação acerca dos nomes das leis relaciona-se com a análise do nome da *Ley de Derechos de La Madre Tierra*. Na primeira parte da formulação – *ley de derechos* – vemos aí a preposição que indica sobre o que a lei prescreve: *Derechos*. Ora, o que emerge é uma *redundância* [ao mesmo tempo *não-redundante*] na expressão: não seria toda lei uma lei de direitos? A palavra *ley* já traria, a partir do funcionamento da memória e da ideologia, dadas as condições de produção, o pressuposto de que a lei surge para forjar direitos e deveres. Afinal, como alerta Pêcheux, “o futuro do subjuntivo da lei jurídica ‘aquele que causar um dano...’ (e a lei sempre encontra ‘um jeito de agarrar alguém’, uma ‘singularidade’ à qual aplicar sua ‘universalidade’) produz o sujeito sob a forma de sujeito de direito” (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 159). Daí a “evidência” de que basta dizer lei para que a obrigação surja, por isso é, ao *mesmo tempo*, redundante, já que toda a lei estipula deveres, e não-redundante, porque necessário romper a barreira do silenciamento e marcar no nome a revolta da memória indígena.

Se estipulássemos uma paráfrase com o exemplo brasileiro *Lei da Justiça Gratuita*, veríamos que aí o pleonismo se desfaz. Em *Lei da Justiça Gratuita*, a interpretação possível é de que há uma lei (que existe para prescrever direitos e deveres) e cujo tema é a gratuidade judiciária. Em *Ley de Derechos*, o que soa é que há uma lei que vai prescrever direito sobre ter direitos e dizer isso. O que segue – *de La Madre Tierra* – é que desconstrói essa possível redundância, pois coloca em movimento a necessidade de repetir enfaticamente a posição ameríndia no discurso legal.

Mobilizando as três operações propostas por Ernst (2009, p. 02), quais sejam: a falta (aquilo que é “dito de menos”), o excesso (aquilo que é “dito de mais”) e o estranhamento (aquilo que “parece não caber ser dito num dado discurso”), o que se

observa a partir da análise da sequência discursiva *Ley de Derechos*, é que a figura da redundância acaba por produzir um excesso necessário pela falta histórica com relação àqueles que foram silenciados historicamente, produzindo, em última instância, um estranhamento.

A escolha de procedimento de análise foi no caminho de se trabalhar a partir da paráfrase com outros nomes de lei, mas é importante anotar que o excesso de dizer não aparece marcado nem no nome da *Declaracion Universal de los Derechos de La Madre Tierra*, e nem no nome do *Anteproyecto de Ley de La Madre Tierra*.

Conforme a autora, o estranhamento consiste numa “estratégia discursiva que expõe o conflito entre formações discursivas” e é “da ordem do ex-cêntrico” (ERNST, 2009, p. 05). Através do sintagma *Madre Tierra*, nomeando a lei, que a redundância se desfaz, equilibrando o excesso pela falta e promovendo um estranhamento a partir da posição do direito positivo burguês.

Consoante o que foi dito, então, é possível dizer que há uma Formação Discursiva (FD) Jurídico-Positivista e outra FD Jurídico-Indígena que não se misturam, mas que se entrelaçam a partir do intradiscorso marcado no nome das leis. Na FD Jurídico-Positivista, a ambiguidade e a redundância tendem a ser expurgadas – há, obviamente, leis ambíguas ou redundantes no sistema discursivo jurídico positivista, mas busca-se ilusoriamente o ideal em deixar a interpretação legal a mais estrita e direcionada possível. Já na FD Jurídico-Indígena, parece que essa preocupação não é elementar – se houver necessidade de isso acontecer para que a perspectiva ameríndio se sobressaia ao imposto legalmente, isso deve ser feito, mesmo que em texto legal – eis a aí o trabalho da contradição, fazendo emergir efeitos de outra memória que não tem a mesma raiz.

Seus diferentes nomes (Abya Yala, Pachamama, Tonantzin, *Madre Tierra*) vêm da memória dos povos indígenas e referem à “mesma” coisa – o planeta que habitamos, a natureza, as circunstâncias da mata. O artigo definido **la** corrobora esse entendimento. Há apenas *um* planeta – e vê-se aí, no pronome, o pré-construído do discurso ecológico fortalecendo a necessidade de mudança, sob o perigo de perecermos. Para os povos indígenas, esse planeta tem o semblante de mãe. Por isso, o sintagma nominal constitui-se pelo nome composto *Madre Tierra* – não há como separar. A partir

disso, considero possível dizer que *Madre Tierra* opera como nome próprio, mas funciona diferentemente do exemplo dado sobre a lei *Maria da Penha*.

Aqui, como se disse, não se trata de dar direitos apenas à cidadã Maria da Penha (“pessoa única”), mas de garantir a salvaguarda de todas as mulheres que em algum momento venham a se colocar no lugar em que Maria da Penha estava. O que significa que se escrevêssemos *Lei de Direitos da Maria da Penha*, restaria apenas a ela própria exigir seu direito à não violência. Em *Madre Tierra* a ocorrência é um pouco diferente: neste caso a lei é para dar direitos específicos a quem atende pelo nome *Madre Tierra* e que formalmente adquire status de sujeito coletivo de interesse público pelo nome e, pelo processo de designação, torna-se o semblante de todos os seres (vivos e não vivos).

A *Ley Marco de La Madre Tierra y Desarrollo Integral para Vivir Bien* traz a língua indígena para o texto de lei pela expressão *vivir bien* em seu nome e na forma original de escrita *Sumaj Kamaña, Sumaj Kausay, Yaiko Kavi Pãve* no corpo da lei. O aparecimento da tradução do termo em aymara, quéchua e guarani entre parênteses coloca, na ordem do discurso jurídico, a posição daqueles que estão na luta política contra o esquecimento e resistem ao processo de silenciamento imposto pela colonização.

O artigo 5º da *ley marco*, assim dispõe, de maneira terna:

El Vivir Bien (*Sumaj Kamaña, Sumaj Kausay, Yaiko Kavi Pãve*). Es el horizonte civilizatorio y cultural alternativo al capitalismo y a la modernidad que nace en las cosmovisiones de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, y las comunidades interculturales y afrobolivianas, y es concebido en el contexto de la interculturalidad. Se alcanza de forma colectiva, complementaria y solidaria integrando en su realización práctica, entre otras dimensiones, las sociales, las culturales, las políticas, las económicas, las ecológicas, y las afectivas, para permitir el encuentro armonioso entre el conjunto de seres, componentes y recursos de la Madre Tierra. Significa vivir en complementariedad, en armonía y equilibrio con la Madre Tierra y las sociedades, en equidad y solidaridad y eliminando las desigualdades y los mecanismos de dominación. Es Vivir Bien entre nosotros, Vivir Bien con lo que nos rodea y Vivir Bien consigo mismo (BOLÍVIA, 2012, art. 5, § 2).

As línguas silenciadas pelo processo de colonização retornam como resultado da resistência no discurso de autonomia e autodeterminação dos povos, mas como capazes de criar objetos jurídicos que importem um dever-ser. Colocam a contradição

para trabalhar naquilo que falta e excede no discurso jurídico que emerge da posição cosmovisionária indígena.

Para o Direito, é essencial que nada do que existe fique sem nome, que todo o estado de coisas possa ser identificado, pois é próprio da razão de ser do Direito o fazer coincidir descrições definidas (por exemplo, ‘o assassino de X’ e ‘o homem de pulôver vermelho’), identificando-as com um nome próprio (no caso, o do infeliz Ranucci). (PÊCHEUX, 2016 [1980], p. 233)

O encontro de fronteiras entre as FDs Jurídico-Positivista e Jurídico-Indígena coloca em movimento um processo discursivo de resistência e mudança de ordem. O que parece ser geralmente evitado numa FD Jurídico-Positivista, pode consolidar-se como evidente (ou venha prescrita) na Jurídico-Indígena: há duas memórias funcionando aí. As expressões *Sumaj Kamaña*, *Sumaj Kausay*, *Yaiko Kavi Päve*, e suas inúmeras paráfrases e jogos de sentido, emergentes da posição na FD Jurídico-Indígena, parecem ser estranhos à FD Jurídico-Positivista de origem eurocêntrica.

Consoante Schavelzon,

Sobre la traducción literal del concepto, Pablo Mamani (2011:66) menciona términos que permiten aproximarse al concepto agregando los sentidos de ‘riqueza de vida’, ‘saber vivir la vida’, ‘actitud’, ‘está lleno de gran corazón’ e incluso ‘buen morir’. Javier Medina traduce el qamaña aymara como ‘buena vida, calidad de vida, bienestar, estilo de vida, buen vivir; quem sabe, felicidad, alegría [...] y que los aymaras llam qamaña’ (2001:26). Xavier Albó (2011) sugiere como traducción de sumaj qamaña ‘buen convivir’ o ‘convivir bien’, define qamaña desde los significados de ‘vivir’, ‘morar’, ‘descansar’, ‘cobijarse’ y ‘cuidar a otros’. Señala que insinúa la convivencia con la naturaleza, con la Madre Tierra (Pachamama), aunque sin explicitarlo. A pesar de encontrar mayores connotaciones semánticas en la versión aymara que quechua, Albó reconoce que las distintas voces refieren a una ‘cultura andina básicamente común’ (SCHAVELZON, 2015, p. 182).

Prada oferece uma outra constelação de sentidos:

Las significacion es del sumak kausay y el sumaj qamaña son similares, a pesar de sus variaciones. Esto nos muestra una cosmovisión compartida por quechuas y aymaras. Una revisión rápida nos evidencia las analogías. En quechua, sumak significa excelente; sumax significa bien, exquisito, bondadoso; sumaxyachiy significa embellecer; sumaxyachiy significa arreglar, asear; y sumayniyux significa honrado. En tanto que kausana, significa existir, también vivir; kausarina significa revivir; kausayniok significa experimentado; y kausay vida. De aquí viene la traducción de sumak kausay como vida plena.

En aymara *sumaj* significa hermoso, bueno; *sumachaña* significa reconciliar, que supone conciliar, mejorar; *sumachasiña* significa adornarse; *sumachuymani* quiere decir de buen corazón; *sumankaña* quiere decir estar en armonía, estar tranquilos; *sumata/sumataki* significa de buena manera; *sumthapiña* quiere decir hacer las paces; *sumthapiyaña* significa ayudar a la reconciliación. En tanto que *qamañ uru* quiere decir todo un día; *qamaña/tuliña* significa ocuparse; *qamaqi* se refiere al zorro; *qamasa* quiere decir coraje; *qamasiña* quiere decir tomar sitio para descansar, también vivir con alguien; *qamayaña* quiere decir hacer convivir; *qamäwi* significa lugar de residencia; *qamiri*, palabra que se refiere al jaquirico, significa también colcha hecha de retazos de tela; y *qamaña* significa vivir, también residir. Se puede decir, tomando en cuenta este breve glosario, que, de estas traducciones, se ha interpretado *sumaj qamaña* como “vivir bien”. ¿*Qamaña* puede interpretarse como vida? ¿*Sumaj* puede interpretarse como excelencia? Entonces, ¿podemos también interpretar *sumaj qamaña* como vida plena? Lo más sugerente es que así lo hagamos, sobre todo por las concomitancias entre el aymara y el quechua (PRADA, 2013, p. 47).

Pelo funcionamento da nomeação da lei, mesmo alienada ao discurso jurídico que funciona pela ordem da ideologia burguesa-capitalista, o dever-ser *Sumaj Kamaña*, *Sumaj Kausay*, *Yaiko Kavi Päve* faz retornar o pré-construído dessa possibilidade de existência anterior. Uma existência passada/presente que “antes, em outro lugar, independentemente” passa a significar, mudando a ordem dos sentidos no discurso jurídico. E isso é marcado pela fluidez das possíveis traduções do Vivir Bien. Fica, não obstante, a questão relativa à eficácia dos preceitos legais no cotidiano ideológico das práticas políticas através do *vivir bien* como um horizonte a ser alcançado.

O termo *Vivir Bien* no nome da lei irrompe para suprir a falta histórica imposta pela colonização epistemológica eurocêntrica. O nomear as leis possibilitou perceber as diferentes posições em jogo na produção de sentidos e na constituição do sujeito no campo do discurso jurídico. A exterioridade, marcada interdiscursivamente pelo silenciamento de uma posição, pode ser percebida pelo trabalho da falta. Dessa falta, enredada a partir das determinações ideológicas, emerge o excesso, inscrito na expressão *Ley de derechos*, marcado linguisticamente como um “acréscimo necessário”, produzindo um efeito de sentido da “da ordem no inesperado”, pelo estranhamento (o redundante não-redundante). É na relação entre a falta e o excesso, que o estranho funciona no texto de lei para romper a repetição de uma ordem.

Dar à lei o nome de mãe, portanto, coloca no mundo um outro discurso de subjetividade que, percebida também da perspectiva ameríndia, torna possível observar que certas redundâncias, concomitâncias, justaposições fazem sentido a partir de uma

historicidade funcionando no discurso jurídico. Afinal, dar nome, sob o ponto de vista da estrutura legal, é criar sujeito de direitos.

4 Da descrição legal à subjetivação: entrecruzamento de discursos

*“Tierra: Mi cuerpo
 Água: Mi sangre
 Aire: Mi aliento
 Fuego: Mi espíritu”*
 Dizer indígena

“O Eu é o sintoma humano por excelência”.

Lacan Caminhoneiro

Pêcheux, na abertura do Colóquio Materialidades Discursivas, em 1980, coloca a questão de que analisar discursos seria “tomar partido pela imbecilidade”. Disse ele:

Fazer o imbecil: isto é, decidir não saber nada do que se lê, permanecer estranho a sua própria leitura, acrescentá-la sistematicamente à fragmentação espontânea das sequências, para acabar de liberar a matéria verbal dos restos de sentido que ainda aderem aí...(PÊCHEUX, 2016 [1980], p. 25).

Tal afirmação pêcheuxtiana parece encaixar na proposta desta tese, pois, para poder analisar como a natureza adquire direitos, não pelo viés de ser considerada objeto, mas por ser tomada como ser pulsante, é necessário promover um deslocamento considerável para perceber como as discursividades aí em jogo funcionam no processo de produção de sentidos. É preciso, pelo menos, começar de um lugar diferente daquele do branco ocidental e aprender a olhar a cosmovisão originária como uma descolonização de pensamento capaz de criação e rompimento de certa ordem.

É transformar esse olhar em um “olhar de imbecil”, a fim de perceber as nuances de sentido tomadas pela AD e também por uma perspectiva ameríndia. O gesto de interpretação se constitui em assumir uma posição de observação construída na mobilização dos dispositivos teóricos e de análise, num olhar do corpus através da teoria. Numa trilha metodológica onde o movimento da falta, do excesso e do

estranhamento são observáveis a partir do lingüístico, num entrelaçamento sintagmático.

O primeiro recorte operado foi a seleção dos dois textos legais para a constituição do corpus, nos quais se operou o primeiro processo de dessintagmatização: a análise dos efeitos de sentido a partir do nome(ar) a lei como mãe. Neste último capítulo, apresento o segundo recorte, o de analisar o artigo que propriamente traz a descrição legal da *Madre Tierra*.

A esta altura da reflexão, é possível dizer que há um *retorno* do corpus sobre o método, no “sentido pendular”, conforme propõe Ernst (2009). A análise do nome e as filiações discursivas em movimento coloca no jogo o perspectivismo ameríndio, enquanto teoria indígena, para dialogar com sustentáculo teórico da AD.

Em Pêcheux,

todo o discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele se constitui ao mesmo tempo um efeito dessas criações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas, de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX, 2002, p. 56)

Assim, de toda sorte, o texto da *Ley de Derechos de La Madre Tierra*, como discurso do diferente que irrompe no discurso jurídico, faz ruídos na estrutura do direito burguês-positivo, pois esse mesmo direito assim o permite, possibilita e até inclui no funcionamento de seu dispositivo que “novidades” devem ser abarcadas pela lei, a fim de manter-se atualizado e coerente com as novas demandas socioculturais, ainda que tomado pela rigidez interpretativa ilusória. Ou, para retomar a análise do capítulo anterior, a contradição na relação entre a FD Jurídico-Positivista e a FD Jurídico-Indígena encontra-se na questão da subjetividade.

Se, como disse Pêcheux, “todo o discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação” (PÊCHEUX, 2002, p. 56), também é lícito arguir que a memória cosmovisionária indígena que irrompe na ordem jurídica positivista permite um desestruturar ou criar de um novo nó no processo discursivo que institui um dever ser.

Por isso, não se trata de usar o perspectivismo ameríndio para fazer surtar conceitos analítico-discursivos, mas de buscar um apoio para compreender os deslizamentos de sentido, o desbravar um novo caminho e outra relação que escapa à AD, como “uma metodologia cuja origem se liga a uma forma particular de sociedade, a sociedade ocidental” (ORLANDI, 2008, p. 195). Consoante o perspectivismo ameríndio, explica a mesma autora, a historicidade se encontra na simultaneidade de estados de alteridade, por isso a questão subjetiva apresenta uma trama peculiar na ceara do direito, constituindo duas posições que podem ser só uma.

4.1 O sujeito de direito e o sujeito coletivo: entre o discursivo e o ameríndio

A elaboração teórica discursiva acerca da noção *sujeito de direito*, no âmbito da AD, vem entrelaçada com o entendimento sobre processo de subjetivação, ou seja, o próprio constituir-se do indivíduo em sujeito através do processo de interpelação ideológica. O intento deste capítulo é justamente aprofundar a reflexão sobre a questão da subjetividade, pois será aqui que os recortes acerca da descrição da *Madre Tierra* serão analisados.

Conforme Courtine e Marandin,

A tese de Althusser “a ideologia interpela os indivíduos em sujeito” é uma proposição ritualmente aceita em AD: ela tem funcionado sempre como a “ideologia interpela os sujeitos de enunciação em sujeito-escravo de um discurso particular e mestre imaginário do discurso em geral” (por identificação ao sujeito universal do Direito) (COURTINE e MARANDIN, 2016 [1980], p. 50).

É ao enunciar, ao dizer *Eu* (sou) que o indivíduo *passa* a ser sujeito, na ilusão de ser sujeito de direitos, ser *aquela que* “livremente” se subordina à lei das formações para posicionar-se “livre” no seu dizer e no seu fazer. Retomando os mesmos autores, “o indivíduo é constituído em sujeito pela língua, pelo fato mesmo de falar, e isso anteriormente a toda interpelação, e que toda enunciação se efetua na categoria da pessoa jurídica” (COURTINE e MARANDIN, 2016 [1980], p. 50). Nas palavras de Orlandi,

Uma vez interpelado em sujeito pela ideologia em um processo simbólico, o indivíduo, agora como sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual concreta: no caso do capitalismo, que é o caso presente, a forma de um indivíduo livre de coerções e responsável, que deve assim responder, como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres) diante do Estado e de outros homens (ORLANDI, 2007, p. 13).

Esse movimento,

que implica simultaneamente subjetivação e assujeitamento, o movimento de interpelação, conceito central na teoria da ideologia de Althusser, guarda íntima conexão com a forma essencialmente burguesa do sujeito de direito: o indivíduo é, na sociedade burguesa, constituído como sujeito de direito precisamente para que, 'por si mesmo', no pleno uso de sua autonomia da vontade, realize seu assujeitamento. O sujeito de direito é concebido como forma histórica (KASHIURA JR, 2015, p. 51-52).

A forma-sujeito, conforme Henry, “foi constituída principalmente a partir da noção de sujeito das ideologias jurídico-políticas burguesas, através das noções de representatividade jurídica individual, de propriedade privada” (HENRY, 2013, p. 132). Essas asserções corroboram com o raciocínio althussiano no que tange aos Aparelhos de Estado serem o lugar tanto da reprodução como da transformação: por isso o afirmado anteriormente, [o índio] assujeita-se na busca pela transformação da lei, pelo trabalho da contradição.

El reconocimiento de los derechos de la Naturaleza/Pachamama implica que ésta posee valores que le son propios, independientes de las valoraciones que le adjudican las personas. Ese reconocimiento hace que el ambiente deje de ser un objeto (o un conjunto de objetos), que sirve como medio para fines humanos, y para volverse un sujeto (GUDYNAS, 2011, p. 241).

O sujeito de direito advém, portanto, de uma forma-sujeito histórica construída a partir da ilusão de livremente assujeitar-se à lei para ser livre. É aquele que a lei acoberta sob seu manto e, através do funcionamento do pré-construído, o coloca assujeitado, quase antes mesmo de enunciar no processo do “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 151). E, através da articulação, “*constitui o sujeito em sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p.151). A

forma-sujeito do discurso *enforma* o indivíduo nas redes estatais político-jurídicas. Mas e quando se tratam de sujeitos coletivos? Que desvios são possíveis serem aí configurados?

Trago aqui a necessária observação acerca do entendimento de Pêcheux sobre como o idealismo positivista e os lógicos de Port-Royal compreendem e explicam os chamados sujeitos coletivos.

[...] o idealismo neopositivista *não se engana* em sua caça aos “seres metafísicos”, na medida em que funciona regularmente demais para ser casual: ele cai, sem hesitação, na armadilha da Psicologia Social dos grupos, enquanto reserva de hipóteses explicativas, as manifesta seus desdém ante “ficções demagógicas” como *o povo, as massas* ou *a classe operária*. [...]

Os lógicos de Port-Royal, que também refletiram sobre os termos como corpo, comunidade, povo etc., caíram no mesmo erro [o de considerar as ideologias como ideias e que elas tem sua origem no sujeito quando, na realidade, o constitui], mas de uma maneira diferente, que é interessante salientar: ao falar de expressões como “os romanos venceram os cartagineses” ou “os venezianos estão em guerra contra os turcos”, esses lógicos reconhecem que essa proposições não são nem universais nem particulares, mas singulares: “*Considera-se cada povo como uma pessoa moral*, cuja duração é de vários séculos, e que subsiste na medida em que compõe um estado e que age durante todo esse tempo através daqueles que o compõem, *como um homem age através de seus membros*. Em suma, a “solução” idealista para esse ponto consiste em partir do sujeito individual “concreto”, ao mesmo tempo, como elemento de um conjunto (comunidade, povo etc.) e como fonte de metáfora constituído pela personificação desse conjunto, que funciona “como único homem” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p.119-120).

Tal pensamento idealista é desbancado pela teorização da luta de classes feita pelo materialismo histórico, que coloca em primazia a prática política do proletariado. Recorro a Henry para seguir discorrendo sobre essa política de massas.

Ora, o desenvolvimento da luta de classes em todas as formações sociais capitalistas e o fato de que em certos países a luta de classes foi politicamente organizada porque o movimento operário se muniu de organizações políticas e sindicais tiveram por corolário o desenvolvimento no interior das ideologias dominantes, mas rompendo com elas, de formações ideológicas *políticas* nas quais as posições da classe operária estão representadas. Essas formações ideológicas estão constituídas em torno de uma forma-sujeito, a do “sujeito coletivo” (a célula, a seção sindical, o partido, as massas, etc.) que rompe com a forma-sujeito constitutiva das ideologias burguesas (HENRY, 2013, p. 134).

Preocupado com tal questão, em um texto de 1978, Pêcheux reflete sobre as massas. A citação é longa, porém importante para o raciocínio que segue.

O que habitualmente chamamos pensamento moderno é atravessado pela oposição entre pessoa e coisa, seja no nível *jurídico* da distinção entre contrato e propriedade, no nível *filosófico* da distinção entre sujeito e objeto, ou no nível *moral* da distinção entre o intencional e o não-intencional. (...) esse par funciona como uma evidência semântica em reflexões de cunho lógico, jurídico, tecnológico ou sociológico.

O par semântico pessoa/coisa, que “cola” sem problema aparente nos enunciados da vida cotidiana, não mais se aplica quando se trata de *política no sentido não-burguês do termo*, isto é, desde que se trate da política das massas.

Falar das massas populares, de mudança política e de revolução, enfim, da história, em termos de pessoas e de coisas, de sujeitos e objetos, de intenções e do estado de coisas, como algo natural, como distinções transparentes que aparecem na linguagem sem qualquer ambiguidade, é desconsiderar totalmente a constituição essencialmente ideológica do discurso e do sentido (PÉCHEUX, 2012 [1978], p. 251-252).

Num trocadilho com o mestre, o par semântico pessoa/coisa não mais se aplica quando se trata de política no sentido “não-branco” e “não-ocidental” do termo, isto é, quando se trata de políticas indígenas. Falar de *Madre Tierra*, de mudança climática e de fim do mundo, enfim, do mito, em termos de dicotomias, como algo natural, como distinções transparentes, é desconsiderar totalmente a constituição ideológica do discurso e do sentido. No viés desta descontração chistosa, é que trago o perspectivismo ameríndio para ver a possibilidade de um trabalho em relação que possa dar conta de ajudar na observação da produção de sentidos.

Essa retomada acerca do sujeito coletivo é relevante devido ao que dispõem o artigo 5º da *Ley 71/2010 (ley corta)* e artigo 4, inciso 1, alínea “a” da *Ley 300/2012 (ley marco)*.

Artículo 5. (CARÁCTER JURÍDICO DE LA MADRE TIERRA).

Para efectos de la protección y tutela de sus derechos, **la Madre Tierra adopta el carácter de sujeto colectivo de interés público**. La Madre Tierra y todos sus componentes incluyendo las comunidades humanas son titulares de todos los derechos inherentes reconocidos en esta Ley. La aplicación de los derechos de la Madre Tierra tomará en cuenta las especificidades y particularidades de sus diversos componentes. Los derechos establecidos en la presente Ley, no limitan la existencia de otros derechos de la Madre Tierra.

O artigo 4º da *ley marco* retoma a lei n. 71 e coloca no capítulo II a forma de sujeito coletivo da *Madre Tierra*. Assim lê-se:

Artículo 4. (PRINCÍPIOS). Los principios que rigen la presente Ley además de los establecidos en el Artículo 2 de la Ley N.º 071 de Derechos de la Madre Tierra son:

1. Compatibilidad y complementariedad de derechos, obligaciones y deberes. Un derecho no puede materializarse sin los otros o no puede estar sobre los otros, implicando la interdependência y apoyo mutuo de los siguientes derechos:

a) Derechos de la Madre Tierra como sujeto colectivo de interés público.

Estaria, então, nesta prescrição legal, o caminho do processo de subjetivação da Terra? Através do termo *sujeto colectivo de interés público*, é que *sus componentes*, que incluem *las comunidades humanas*, tornam-se os agentes legais da salvaguarda da *Madre Tierra* como se *ela fossem*. Se cabe, em última instância, aos indivíduos em comunidade a titularidade do direito de pleitear na justiça a salvaguarda dos direitos reconhecidos na referida lei, a eles cabem os mesmos direitos elencados a respeito da *Madre Tierra*. Sendo o indivíduo tal como a Terra, ou seja, o coletivo tal como o sistema de vida, é justo que ela possa vir a tornar-se sujeito de direito, e não apenas objeto de disputa como um recurso ou coisa numa relação jurídica.

Na análise proposta acima, poderia-se pensar, num primeiro momento, que se caiu na armadilha idealista dos lógicos de Port-Royal, de considerar os componentes como o todo, como “*um homem [que] age através de seus membros*” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p.120). Entretanto, não o entendo por aí. O texto fala em componentes que *incluem* comunidades: não se trata de um pelo todo, mas de um processo de complementariedade. Parece que a *personalidade* da *Madre Tierra* é preservada, enquanto a individualidade é diluída na coletividade de perspectiva indígena. Podemos perceber isso na conjunção que liga *La Madre Tierra y todos sus componentes*, ou seja, trata-se de duas coisas: uma entidade em primeiro plano e uma coletividade que lhe constitui em segundo: seria, em última instância, dois *aqueles que*.

A referência pode ser aqui vislumbrada através do perspectivismo ameríndio proposto por Viveiros de Castro, pois

as categorias indígenas de identidade coletiva têm aquela enorme variabilidade contextual de escopo característica dos pronomes, marcando contrastivamente desde a parentela imediata de um Ego até todos os humanos, ou mesmo todos os seres dotados de consciência (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 125).

Retomemos a linha de raciocínio pècheuxtiana acerca da proposta não subjetivista do sujeito ao trazer o que diz Althusser sobre as massas não serem sujeitos:

pode-se ainda considerar [a propósito das massas] que estamos tratando de um “sujeito”, identificável pela *unidade* de sua “personalidade”? Ao lado do “sujeito” de J. Lewis, o “homem”, simples e frágil como um belo caniço de pesca ou um gravura de moda, que se pode segurar pela mão ou apontar com o dedo, o “sujeito” *massas* põe sagrados problemas de identidade, de identificação. Um sujeito é também um ser do qual se pode dizer: “é ele!”. Diante do “sujeito” *massas*, como podemos dizer “é ele”? (ALTHUSSER apud PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 121).

Num trocadilho com as perguntas de Althusser, o sujeito *Madre Tierra* põe *sagrados problemas de identidade, de identificação*. Diante do sujeito *Madre Tierra*, como podemos dizer *é ela?*; Como seria possível dizer *é ela, la Madre Tierra?* A questão implica pensar em dois deslocamentos: primeiro, do fato de que só há falha porque há ritual submetido aos designos histórico-ideológicos das forças de sentido em entreveiro na luta de classes, e segundo, da noção de corpo não apenas a partir do perspectivismo ameríndio, mas também do materialismo histórico.

Contrariamente ao corpo místico de Cristo, contrariamente ao corpo do Rei, contrariamente ao corpo do Estado popular burguês, as massas escapam à ordem da representação, porque elas não constituem *um* corpo. Assim, a revolução proletária perturba necessariamente a representação da sociedade como *corpo social* e, simultaneamente, afeta os AIE no seu próprio funcionamento, isto é, na combinação contraditória que se realiza entre seu caráter regional e seu caráter de classe (PÊCHEUX, [1984] 2015, p. 20).

Tomando tal argumento acima, e na mesma estratégia de trocadilho, poderíamos reescrever que “certa” luta de classes organizada materialmente pelo movimento indígena, fazendo emergir a *Madre Tierra* como “sujeito coletivo”, fez romper com a forma-sujeito constitutiva das ideologias burguesas que se sustentam na individualização do sujeito (*ilusoriamente*) livre para contratar e ser proprietário do seu corpo e de seus bens.

Sin embargo, la reforma agraria cambió la relación Estado-indígenas, que pasaron a ser considerados como “campesinos”, y permitió que la izquierda empezara a articular sus demandas en el marco de la “cuestión agraria” y, más adelante, la emergencia de los movimientos indígenas. Así, la reforma tuvo consecuencias paradójicas. Pretendía convertir a los indígenas en campesinos

y terminó por generar procesos, como los de movilidad social, acceso a la educación y migración, entre otros, que sirvieron como condiciones de posibilidad para la emergencia de organizaciones indígenas (RODRÍGUEZ, 2012, p. 96).

O movimento indígena precisou estar vinculado às reivindicações dos sindicatos e envolver-se nas questões camponesas para poder afastar-se e construir uma pauta própria.

La experiencia política y organizativa de los indígenas en el sindicato fue fundamental para posteriormente plantear la necesidad de una organización e identidad propias. El sindicalismo sirvió como experiencia de socialización política, pero también de aprendizaje del funcionamiento de la política local y nacional (RODRÍGUEZ, 2012, p. 98).

O início da relação do movimento indígena com os sindicatos, na Bolívia, da década de 60, pode ter colocado aquele como dependente de uma esquerda. De acordo com Rodriguez (2012), operou-se um distanciamento de caminhos e lugares de luta, pois as demandas de ordem propriamente estrutural vinculadas à luta de classes e à resistência do proletariado não se mostraram suficientes ao movimento indígena, que enfrentava conflitos de outra ordem.

No seio da luta de classes, e aliada à luta pela terra, sob a ótica do proletariado conjugada com a cosmovisão, formou-se a resistência, a partir das demandas específicas, como educação intercultural e bilíngue, o reconhecimento do pluralismo jurídico e da justiça indígena, a efetivação do Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a discriminação racial que afeta o índio, a construção de sociedades multiétnicas e pluriculturais, o respeito a identidade dos povos e nações, a defesa dos territórios e da autonomia ou autodeterminação. Por isso, trata-se de certa luta de classes, pois talvez estejamos vivendo uma conjuntura outra em que tal funcionamento social esteja deslizando para uma luta de povos.

Em recente entrevista, Viveiros de Castro aborda esta proposta:

O que estamos vendo no planeta hoje é um combate de povos e não de classes. Ou as classes estão voltando a se redefinir como povos. A acumulação primitiva permite que capitalismo se atualize constantemente, seja em cima das colônias, dos indígenas ou dos recursos naturais, do solo, da árvore, do minério. A acumulação interna do capital depende da persistência da acumulação primitiva que está visceralmente associada à diferença entre

indígena e alienígena. Então está acontecendo uma “indigenização” da crise do capital, que não passa só pela diferença de povos no sentido étnico, mas passa por um surgimento de uma multiplicidade de modos de devir-povo, devires de género, devires de orientação sexual, que constituem outros tantos povos e que sempre foram um problema para a esquerda clássica para quem qualquer diferença de poder é uma diferença dentro das relações de produção (VIVEIROS DE CASTRO, 2017, s/n).

No enfrentamento com o capital, o movimento indígena mantém uma relação complexa com o movimento operário, e apesar de não conseguir deixar de se relacionar com ele, apresenta pautas que colocam em evidência as incongruências das lutas atuais.

Desde 1968, o problema das lutas sociais é que estas se tornaram moleculares, múltiplas e intotalizáveis nesse mecanismo quase teológico do grande combate entre o capital e o trabalho. Hoje há muitas outras formas de diferença que extrapolam essa distinção, até porque boa parte da classe operária clássica foi deglutida pelo capitalismo. A ideia de que haveria um momento em que o operário seria tão expropriado que iria se revoltar não aconteceu, por causa da acumulação primitiva, porque se exportava, se terceirizava, se jogava para o trabalho escravo o trabalho pesado. Para além disso, sem os imigrantes, sem os mexicanos, os escravos, os africanos, etc, os trabalhadores europeus e americanos nunca estariam gozando a vida de classe média que gozam. Portanto, o equilíbrio do trabalho para não explodir depende da violência colonial, o colonialismo é intrínseco e perpétuo no capitalismo. São coisas que envolvem a “re-indigenação” da modernidade – o extra-moderno como um pós-moderno, como um povo por vir, um devir-índio que implica pensar um povo por vir. Já não estamos no mundo do Charles Dickens. É importante considerar a maioria e a minoria como conceitos políticos. O homem branco, heterossexual, europeu falante de uma língua de cultura, é considerado a maioria mas é muito menos numeroso do que os mosquitos. Então a maioria é ninguém e a minoria é todo o mundo. A maioria não é deste mundo e, no entanto, é ela que nos governa. Quem nos governa é ninguém, ninguém como sujeito, não uma ausência de sujeito (VIVEIROS DE CASTRO, 2017, s/n).

Pêcheux e Gadet já haviam abordado a questão da luta de classes, pensando os novos movimentos ao tratar das *lutas ideológicas de movimento* que emergiram na década de 60. Disseram eles:

Ao mesmo tempo em que, sem dúvida, são uma questão de luta de classes no terreno da ideologia, *essas lutas devem ser pensadas não como luta entre classes constituídas como tais, mas, em vez disso, como uma série de disputas e embates móveis* (no terreno da sexualidade, da vida privada, da educação, etc.) pelos processos por meio dos quais a exploração-domação da classe burguesa se reproduz, com adaptações e transformações [...]

Qualquer consideração a respeito desses processos assimétricos, contraditórios e heterogêneos implica em pensar na relação desses processos com a linguagem (por meio da mudança metafórica dos sentidos, dos paradoxos, dos jogos de palavras, etc.). [...] a análise do discurso deixa de ser uma questão de reconstrução das variantes homogêneas de uma estrutura de ideologia (ou ideologias) para ser, em vez disso, uma questão de exploração desse jogo de heterogeneidades discursivas móveis que geram eventos específicos às lutas ideológicas do movimento (PÊCHEUX e GADET, 2012 [1983;1991], p. 97-98, grifo meu).

Seja, portanto, a “luta entre povos”, seja “uma série de disputas e embates móveis” que irão afetar o trabalho da ideologia, a questão da linguagem é sempre aí presente. O discurso, enquanto efeito de sentidos, capaz de irromper em acontecimento e inverter/subverter/manter ordens historicamente assentadas, é elemento fundamental na compreensão da reprodução e transformação dos modos de ser/produzir nas formações do mundo.

A título de bucar ver como pode dar-se a luta de classes nessa luta de povos e o movimento entre as FDs trabalhadas no capítulo anterior, quais sejam, a FD Jurídico-Positivista e a FD Jurídico-Indígena, trago o artigo primeiro da *Ley corta* (n. 71):

Artículo 1. (OBJETO). La presente Ley tiene por objeto reconocer los derechos de la Madre Tierra, así como las obligaciones y deberes del Estado Plurinacional y de la sociedad para garantizar el respeto de estos derechos.

O verbo *reconocer*, através do prefixo *re*, coloca em jogo, no discurso, que a *Madre Tierra* antes, em outro lugar, sempre teve direitos e a lei surge como a formalização política-jurídica necessária para instituir e regularizar algo que ainda precisava ser escrito, seja pela ascendência dos indígenas ao poder político, seja pela crise ambiental-civilizatória que desponta como questão primordial acerca da sobrevivência da humanidade. Esse “já-lá”, retomado no prefixo *re*, marcado no intradiscurso, é o elemento que coloca para trabalhar as fronteiras entre as Fds Jurídico-Positivista e Jurídico-Indígena, através do funcionamento do interdiscurso, entendido como o termo que “caracteriza esse conjunto de traços como materialidade discursiva, exterior à existência de uma sequência dada, na medida em que esta materialidade intervém para constituir tal sequência” (PÊCHEUX, 2012, p.145-146).

Na tentativa de melhor elucidar a análise proposta, proponho: o artigo legal, num primeiro momento, parece estar plenamente imerso no eixo parafrástico da FD Jurídico-

Positivista, não havendo propriamente nada a ser “estranhado” (ERNST, 2009), pois seria próprio do Direito (positivista/burguês) fagocitar o inédito em suas entranhas, mesmo que isso possa levar o devido tempo histórico das burocracias político-legislativo-democráticas. Porém, o reconhecimento que se pleiteia aí vem de outra memória, vem de uma cosmovisão indígena que apresenta outra noção de natureza – uma visão de natureza que tem nome –, ou seja, vem de uma posição da FD Jurídico-Indígena que se assujeita à lei dura na busca por ser lei fluida. Afinal,

é porque os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a *uma outra* formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente (PÊCHEUX, 2012, p. 158).

Por isso, o verbo *reconocer* não funciona como pressuposto no seio da FD Jurídico-Positivista como um termo evidente e “reconstruído sobre a base de operações lógicas internas” (PÊCHEUX, 2012, p. 146) do texto da lei; ele funciona como o pré-construído que remete a um já-dito em outro lugar independentemente (um lugar independente?), como um sentido consolidado na FD Jurídico-Indígena.

O conceito de pré-construído é emprestado de Henry e diz respeito àquilo que designa “o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independe, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado” (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 99).

E se o Direito, nas palavras de Pêcheux, é

em certas formas de práticas sociais, um sistema estruturado que produz proposições jurídicas adaptáveis a situações conflituosas no todo social. O Direito, como prática jurídica, não pode existir senão sobre o fundamento do ‘direito estabelecido’, dos costumes, das regras que têm o estatuto do ‘sempre-já-lá’ em uma época histórica dada: a transformação efetuada pelo Direito é a de fazer com que o que já existia *por natureza* exista agora *pela razão*, daí extraindo todas as consequências. (HERBERT [PÊCHEUX, 1966], 2012, p. 35-36).

Esse Direito, imposto pela visão burguesa-colonizadora, resgata saberes de um época histórica própria, existente na sua circularidade. Por isso, a proteção ao indígena, desde tempos imemoráveis, o colocava como objeto a ser tutelado, como um sujeito para quem se faz lei. O sempre-já-lá que existia por natureza e passa a existir pela razão, ocorria na seara do direito positivista. Porém, a lei, ao ser uma construção a

partir da posição indígena, vai resgatar esse já-lá de outro lugar, de um lugar no discurso jurídico originário.

A constituição de FDs implica que se as considere com fronteiras conurbadas e vazadas, e que podem dialogar, podem entrar em conflito, podem fagocitar-se. E parece ser esse o movimento descrito a partir da análise proposta: que se trata da luta de classes materializada discursivamente em texto de lei via Aparelho de Estado, e de um embate de povos [eurocêntricos e originais] no âmbito do discurso jurídico que põe para funcionar saberes colonizadores e indígenas, com vias a alertar o preminente fim de mundo e propôr nova forma de vida.

4.2 Sujeito em corpo na lei e na mata

“Aquele onça agia como gente”.

Veronica Stigger

Essa fenda, conectada por água, entre as FDs mencionadas, far-se-á presente nas análises que seguem. E se, até o momento, a questão da subjetividade sob o ponto de vista da AD teve por ênfase o debate acerca do sujeito de direito e do sujeito coletivo, o que segue trará outro aspecto caro e imprescindível sob o ponto de vista discursivo: o viés psicanalítico que atravessa a AD e vai colocar em evidência o corpo como materialidade significante. Afinal, na estreita relação, não como causa e consequência, mas talvez como dependência, entre ideologia e inconsciente, é que o sujeito que fala se constitui.

No campo dos estudos da linguagem, a Análise do Discurso, longe da Psicanálise, mas com ela dialogando, já na constituição de seus fundamentos epistemológicos em 1971 (PÊCHEUX e FUCHS), supõe o atravessamento do discursivo por uma teoria do sujeito de base laciana (MARIANI, 2012, p.54).

Ou, nas palavras de Henry, o sujeito “é sempre, e ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente, e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação” (HENRY, 2013, p. 183). Um sujeito, tomando novamente a palavra de Mariani, “que se funda no

esquecimento de que é um ser de linguagem antes de tudo e que, portanto, foi falado antes de falar” (MARIANI, 2006, p. 24).

Esse mesmo sujeito da fala ou sujeito falado também é o sujeito do corpo, ou talvez por ser sujeito de fala é sujeito de corpo, ou por ser corpo é fala.

De qualquer maneira, o que permanece como ponto central da questão entre Análise de Discurso e Psicanálise é que esta última fornece os elementos essenciais para que se possa pensar o conceito de sujeito e de subjetividade que interessam ao projeto de Pêcheux de uma análise histórica dos processos de determinação do sentido (BALDINI, 2014, p. 118).

Reitera-se, portanto, que

O analista de discurso não põe no divã o sujeito, isso cabe ao psicanalista fazer. Sabendo que os sentidos só se dão em relação, que não existem presos às palavras, o que o analista do discurso faz é interrogar, criticar, questionar a produção de evidências nos processos de constituição do sujeito e dos sentidos (MARIANI, 2012, p.58).

A subjetividade pelo viés lacaniano tomado por Pêcheux, então, é tomada pela “entrada do bebê no campo da lei do homem enquanto lei da linguagem”, conforme explica Mariani (2006, p. 26). Ela acrescenta:

Para J. Lacan, com a entrada no campo da linguagem, opera-se uma divisão subjetiva no aparelho psíquico que se marca na própria fala enquanto materialização da linguagem: ao falarmos, dizemos mais do que supomos dizer, pois na fala se inscreve um saber inconsciente (MARIANI, 2006, p. 26).

E aqui entra uma questão que estava presente, num desde sempre, porém não ainda materializada: Lacan cabe na aldeia? Como seria o encontro de Lacan com o xamã?

Afinal, do ponto de vista da psicanálise, a diferença entre os homens e os animais reside justamente na linguagem. De acordo com Dunker,

A linguagem humana não encontra correlato entre os animais. A linguagem humana é capaz de representar negativo, representar ausência. A linguagem humana é capaz de produzir metáforas, de deslocar o agente de fala, de usar dêiticos. A linguagem humana é baseada em conexões estáveis entre significante e significado. A linguagem animal não está no mesmo nível de articulação simbólica que os seres humanos. O inconsciente se estrutura em

linguagem, por isso os homens possuem inconsciente e os animais, que são afetados pelo nosso inconsciente, não possuem inconsciente (DUNKER, 2012, s/n).

A linguística pode vir a ter outra perspectiva acerca disso. A fuga da complementariedade pode levar, como nos ensinou Henry, a “uma ordem de linguagem relativamente autônoma” (2013, p. 108). Explica o autor:

A linguagem, sendo própria do homem por oposição ao animal, encontra-se numa posição notável no campo da complementariedade. A existência da linguagem é, de um lado, invocada como apoio a uma irreducibilidade do humano à animalidade, isto é, da realidade autônoma da dupla psicológico-social. Ao mesmo tempo, no campo da complementariedade, a linguagem aparece de maneira privilegiada como aquilo que assegura a articulação do psicológico e do social, principalmente em torno da noção de comunicação. Sob o domínio da problemática da complementariedade, não há lugar para o conceito de língua e para uma ordem de realidade autônoma correspondente. É, entretanto, nesse campo que a linguística isola um espaço que rompe a complementariedade

Admite-se geralmente que haja uma ordem de linguagem relativamente autônoma. É essa a situação nova que descreve Lacan (*Écrits*, p. 496) num trecho no início de *A instância da letra no inconsciente ou a razão segundo Freud*: “a dualidade etnográfica da natureza e da cultura está prestes a ser substituída por uma concepção ternária – natureza, sociedade, cultura – da condição humana, em que provavelmente o terceiro termo se reduziria à linguagem, ou seja, àquilo que se distingue essencialmente a sociedade humana das sociedades animais” (HENRY, 2013, p. 107-108).

Do que foi dito, podemos compreender, então, que a língua e sua autonomia relativa em discurso são efeitos de sentido entre locutores (entre indivíduos, e não entre indivíduos e bestas), e que a psicanálise se atravessa para compartilhar conceitos que ajudem na reflexão do funcionamento da ideologia como cerceadora de sentidos e esculitora de sujeitos.

Esse atravessamento, por um lado, remete ao fato de que o conceito discurso, como efeito de sentido entre locutores, pode ser apreendido em relação à lógica do funcionamento do significante que opera estruturando o inconsciente como uma linguagem; e, por outro lado, também aponta para a necessidade de o analista de discurso se deixar atravessar pela movência dos significantes e da produção de sentidos para compreender, nos entremeios, nas bordas, nos furos da discursividade, a relação entre a linguagem, como ordem simbólica, como o real e o imaginário (MARIANI, 2012, p. 54)

Ou nas palavras de Lacan:

O que caracteriza a espécie humana é justamente cercar o cadáver de algo que constitua uma sepultura, de sustentar o fato de que isso durou. A lápide ou qualquer outro sinal de sepultura merece exatamente o nome de “símbolo” (LACAN, p.36, 2005).

A distinção entre homem e animal, a noção de corpo, o inconsciente estruturado em linguagem, as categorias de real, simbólico e imaginário, vem de um lugar de produção de conhecimento de origem ocidental que marca o arcabouço teórico da AD. Da perspectiva lacaniana, o real é tomado pelo impossível de representar, é o que não tem sentido, mas que garante a dimensão da totalidade junto ao simbólico, o sistema que nada significa em si, mas que atravessa as relações imaginárias, o nunca frente a frente com o outro ser de linguagem. O sujeito, como um significante nesse entremeio, emerge como um corpo que fala.

O perspectivismo ameríndio, enquanto teoria indígena (xamânica), vem produzir ruídos tanto na episteme (européia) discursiva como na psicanálise.

“Real” e “imaginário” não são noções que façam qualquer sentido nesse contexto; a oposição relevante é entre as coisas superlativas originais, arquetípicas e/ou monstruosas, e as coisas próprias, autênticas e atuais, mas que são também réplicas minoradas dos modelos” (VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 14).

São interpretações sustentadas numa cosmovisão que vira, de cabeça para baixo, o ponto de vista cartesiano que separa a humanidade da animalidade, coloca em bancarrota a teoria darwiniana e, inclusive, a visão freudiana que distingue o instinto animal da pulsão humana.

Para explicar essa virada na construção do ponto de vista, o etnólogo apresenta a distinção entre o multinaturalismo e o multiculturalismo. Ele usa a expressão:

“multinaturalismo” para designar um dos traços contrastivos do pensamento ameríndio em relação às cosmologias “multiculturalistas” modernas: enquanto estas se apoiam na implicação mútua entre unicidade da natureza e multiplicidade das culturas – a primeira garantida pela universalidade objetiva dos corpos e da substância, a segunda gerada pela particularidade subjetiva dos espíritos e dos significados –, a concepção ameríndia suporia, ao contrário, uma unidade do espírito e uma diversidade dos corpos. A “cultura” ou o sujeito seriam aqui a forma universal, a “natureza” ou o objeto a forma particular (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 116).

É a partir desta inversão: ao invés de pensar tantas culturas, pensarem-se tantas naturezas, que o autor forja o termo *perspectivismo ameríndio* como

uma teoria indígena segundo a qual o modo como os humanos vêem os animais e outras subjetividades que povoam o universo – deuses, espíritos, mortos, habitantes de outros níveis cósmicos, fenômenos meteorológicos, vegetais, às vezes mesmo objetos e artefatos –, é profundamente diferente do modo como esses seres os vêem e se vêem.

Em suma, os animais são gente, ou se vêem como pessoas. Tal concepção está quase sempre associada a ideia de que a forma manifesta de cada espécie é um mero envelope (uma “roupa”) a esconder uma forma interna humana, normalmente visível apenas aos olhos da própria espécie ou de certo seres transespecíficos, como os xamãs.

A diferenciação entre “cultura” e “natureza”, que Lévi-Strauss mostrou ser o tema maior da mitologia ameríndia, não é um processo de diferenciação do humano a partir do animal, como em nossa cosmologia evolucionista. A condição original comum aos humanos e animais não é a animalidade, mas a humanidade. [...] Os humanos são aqueles que continuaram iguais a si mesmos: os animais são ex-humanos, e não os humanos ex-animais. Em suma, “o referencial comum a todos os seres da natureza não é o homem enquanto espécie, mas a humanidade enquanto condição” (Descola, 1986:120). o animal é o protótipo extra-humano do Outro, mantendo uma relação privilegiada com outras figuras prototípicas de alteridade, como os afins (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 116-117; 119).

O animismo, portanto, “pode ser definido como uma ontologia que postula o caráter social das relações entre séries humana e não-humana: o intervalo entre natureza e sociedade é ele próprio social” (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 121). Já o naturalismo é o contrário: “as relações entre sociedade e natureza são elas próprias naturais” (*idem*).

Para o etnólogo,

o animismo se define pela ideia de que os outros existentes além dos humanos são pessoas, isto é, são termos de relações sociais: ao contrário do totemismo, sistema de classificação que utiliza a diversidade natural para significar as relações intrassociais, o animismo utilizaria as categorias da sociabilidade para significar as relações entre humanos e não-humanos. Assim, haveria uma só série – a série de pessoas –, em lugar de duas; e as relações entre “natureza” e “cultura” seriam de contiguidade metonímica, não de semelhança metafórica (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 80).

Dunker, ao relacionar psicanálise e *perspectivismo ameríndio*, vai atentar para essa questão.

Onde o totemismo reconhece uma oposição do tipo homem/animal, o animismo percebe um número indeterminado de formas de vida, todas elas “humanas”, vestidas com as mais diversas “roupas” não humanas. Encontrar-se com tais formas de vida “desnudas” é *um signo seguro de que as condições não são normais*, ou seja, de que a perspectiva não é normal, mas nunca de que o *outro* não é normal. (DUNKER, 2011, p. 127).

Dessa forma, “não é o sujeito que cria a perspectiva, mas a perspectiva que cria o sujeito” e, por isso, defende o psicanalista, “há certos impasses na teoria lacaniana do sujeito que poderiam ser redimensionados a partir do perspectivismo ameríndio” (DUNKER, 2011, p. 130).

Inclusive a teoria saussureana de onde bebeu Lacan.

Todo ser a que se atribui um ponto de vista será assim sujeito, espírito; ou melhor, ali onde estiver ponto de vista, também estará a posição de sujeito. Enquanto nossa cosmologia construcionista pode ser resumida na fórmula saussureana: *o ponto de vista cria o objeto* – o sujeito sendo a condição originária fica de onde emana o ponto de vista –, o perspectivismo ameríndio procede segundo o princípio de que *o ponto de vista cria o sujeito*; será sujeito quem se encontrar ativado ou “agenciado” pelo ponto de vista (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 126).

Se é possível pensar em redimensionar a psicanálise à luz do perspectivismo ameríndio, pode ser possível fazê-lo trabalhar junto à AD. Já o dissemos, quando tratamos da constituição do indivíduo interpelado em sujeito, que este se constitui como aquele que *diz eu sou*, ou seja, como o sujeito *da fala* (e da *falha*) em corpo. E partindo do já retificado por Pêcheux no anexo III do *Les Vérités*, de que não há ritual sem falhas, ao trabalhar noção de corpo e fala, enquanto sujeito, referimos que o perspectivismo ameríndio pode trazer a análise discursiva para outra dimensão.

Vislumbremos a questão da fala. Consoante Honório,

Analisando a diferença fundamental entre as sociedades de tradição oral e a de tradição escrita, considero que a linguagem tem sido um lugar em que o efeito da “crise” se manifesta a portas abertas. [...] O que me chama atenção nessa “crise” (se assim posso chamar) diante do outro é o fato de que há, do ponto de vista dos povos indígenas, muito silêncio e escuta e, de nossa parte, muitas palavras, traduzidas em perguntas e falação (HONÓRIO, 2012, p. 62).

Se, na busca pela cura, o sujeito vai, à clínica, movido pelo pressuposto de que ela se dá através da fala, parece possível dizer que a partir do perspectivismo

ameríndio, ela se dá pelo silêncio, ou pela escuta de algo que não entra necessariamente pelo ouvido. A emergência do *eu sou* dá-se de outra forma no “lado de lá” indígena.

Conforme Dunker,

Há restrições e evitações calculadas quanto ao uso da autorreferência e da onomástica pessoal, de tal forma que o próprio nome é raramente pronunciado por seu portador. Sutil diferença necessária entre dizer “eu me chamo X” (totemismo) e “sou chamado de X por Y” (animismo). Logo, toda a posição à qual se atribua um ponto de vista ou uma intencionalidade será também sujeito (DUNKER, 2011, p. 130).

E aí retomamos a questão do corpo, que na AD é aquela materialidade que diz *eu sou*; no perspectivismo ameríndio ousaríamos afirmar que o corpo é aquele que diz *eu estou*.

Para Viveiros de Castro,

o que estamos chamando de “corpo”, portanto, não é uma fisiologia distintiva ou uma anatomia característica; é um conjunto de maneiras ou modos de ser que constituem um *habitus*, um *ethos*, um etograma. Entre a subjetividade formal das almas e a materialidade substancial dos organismos, há esse plano central que é o corpo como feixe de afetos e capacidades, e que é a origem das perspectivas. Longe do essencialismo espiritual do relativismo, o perspectivismo é um *maneirismo corporal* (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 66).

Para Dunker, “O perspectivismo ameríndio é um *perspectivismo somático*, no qual o corpo é entendido como roupa, envoltório ou semblante que deve ser continuamente produzido e fabricado” (DUNKER, 2015, p. 295-296). Estaríamos, então, diante do *real*, como aquilo que se diz quando se trata da “impossibilidade de nominar o inominável, conforme nos fala Lacan” (BALDINI e MARIANI, 2013, p.109), e que irrompe em formulação legal, desestabilizando não apenas o direito ocidental positivista liberal, mas a própria noção de sujeito *moderno*? Ou seria a emergência da Madre Tierra em lei o sintoma de um sujeito coletivo, considerando o sintoma, conforme alenta Baldini,

para além de uma simples descrição de um comportamento observável ou de uma nosografia, [que] permite tomá-lo como o lugar de uma relação de sujeitos com o sofrimento, um lugar em que política e dizer podem ser observados e relacionados aos corpos falantes, na medida em que os modos de narrar o sofrimento são elaborações sobre este, são tentativas de cerzir aquilo que é da

ordem do inominável e que se inscreve no corpo como algo a se ler, se ouvir, se narrar (BALDINI, 2016, p. 66).

Seria, então, o nome da lei e a descrição de *Madre Tierra* um certo tipo de “nome de sintoma” transcrito no jogo burocrático jurídico-político dos discursos dos aparelhos. A emergência de um discurso de resistência, por certo. Uma desestabilização daquilo que cria e reproduz, no discurso, a crise do sujeito no mundo antropocênico.

Conforme alenta Maria Rita Kehl,

[a] "crise do sujeito", outra face da chamada "crise da referência paterna", corresponde, a meu ver, ao deslocamento e à pulverização das referências que sustentavam, até meados do século passado, a transmissão da lei. Não se trata da ausência da lei na atualidade, mas da fragilidade das formações imaginárias que davam sentido e consistência à interdição do incesto - a qual, desde Freud, é considerada condição universal de inclusão dos sujeitos na chamada vida civilizada, seja ela qual for. Se o homem contemporâneo sofre do que [o psicanalista francês] Charles Melman chamou de falta de um centro de gravidade, é porque as referências tradicionais - Deus, pátria, família, trabalho, pai- pulverizaram-se em milhares de referências optativas, para uso privado do freguês (KHEL, 2009, s/n).

A análise discursiva acerca dos artigos legais descritivos da *Madre Tierra* é uma tentativa de aliar as questões acerca do sujeito e a partir do proposto por Ernst (2009) acerca da falta, do excesso e do estranhamento, tendo por materialidade o texto jurídico.

Vejamos o que prescreve o artigo 3º da *ley corta (Ley n. 71)* e o artigo 5º da *ley marco (Ley n.300)*.

Artículo 3. (MADRE TIERRA). La Madre Tierra es el sistema viviente dinámico conformado por la comunidad indivisible de todos los sistemas de vida y los seres vivos, interrelacionados, interdependientes y complementarios, que comparten un destino común.

La Madre Tierra es considerada sagrada, desde las cosmovisiones de las naciones y pueblos indígena originário campesinos.

Artículo 5. (DEFINICIONES). A los efectos de la presente Ley se entiende por:

1. Madre Tierra. Es el sistema viviente dinámico conformado por la comunidad indivisible de los los sistemas de vida y los seres vivos, interrelacionados, interdependientes y complementários, que comparten un destino común. La Madre Tierra es considerada sagrada; alimenta y es el hogar que contiene, sostiene y reproduce a todos los seres vivos, los ecosistemas, la biodiversidad, las sociedades orgánicas y los indivíduos que la componen.

Reconhecer direitos à Terra, como *Madre*, é irromper a ordem do discurso jurídico positivista, pois escancara os desafios no âmbito da prática jurídica e insere a cosmovisão indígena, que historicamente vinha sendo relegada da memória “oficial” do Estado na produção de poder. É aí que se vê a disputa entre a FD Jurídico-Positivista e a FD Jurídico-Indígena. A maneira como a Mãe Terra é juridicamente descrita no texto da *Ley corta* e da *Ley marco* provoca esse deslocamento que permite pensar a natureza além de um objeto/coisa/mercadoria a ser protegido na relação jurídica e desnuda algo que falha aí no ritual do discurso jurídico positivista.

Além dos saberes destas duas FDs, que trabalharei em seguida, há ainda outra FD que emerge e que podemos denominar de FD Jurídico-Ecológica, marcada nas expressões *los seres vivos, los ecosistemas, la biodiversidad, las sociedades orgánicas y los individuos*. O aparecimento da palavra *ecosistemas*, no plural, não vai aparecer no artigo 3º da *ley corta* (71), mas vai estar presente no artigo 5º da *ley marco* (300). Assim, na descrição proposta nos artigos das *leys*, é possível perceber o movimento de, pelo menos, duas memórias que se entrecruzam: uma que mobiliza saberes da ecologia enquanto discurso constituído no âmbito da Ciência Ecológica e outra que resgata saberes dos povos nativos.

Se discurso ecológico, de perspectiva científica, não estivesse aí presente, talvez a cosmovisão indígena fosse tão estranha a ponto de se tornar incompreensível e sem qualquer respaldo, seja jurídico, seja político, estaria fora do sistema. Portanto, mesmo que no discurso dos povos nativos a noção de ecologia seja de certa forma “sem sentido”, sua incorporação faz-se necessária para que sua cosmovisão seja apreendida pelo pensamento ocidental em forma de lei.

Essa relação entre os saberes da FD Científico-Ecológica, entremeados com a FD Jurídico-Positivista, junto a FD Jurídico-indígena já é inclusive marcada na denúncia feita na Carta da CONAMQ e dos parlamentares indígenas, enviada à Presidenta da Câmara de Deputados da Bolívia no dia 24 de agosto de 2012, referente ao ainda projeto do texto da *ley n. 300*.

Tal carta, trouxe o histórico do Antreprojeto de lei que havia sido discutido por cerca de um ano na organizações campesinas e indígenas. Os signatários alertam para esse diálogo de saberes:

el valor radica que los tres estratos conceptuales, el medio ambiente, el ecológico y la cosmovisión indígena, enriquecen y logran un avance sustantivo en la comprensión integral del modelo civilizatorio del Vivir Bien, alternativo al capitalismo, a la modernidad y al desarrollo, como establecen las resoluciones de Tiquipaya (CARTA DE LA BRIGADA INDÍGENA, 2012, s/n).

É necessário destacar as expressões *los seres vivos y los individuos*, que aparecem listadas no artigo 5º da *ley n. 300*, e por estarem conectadas pela conjunção *y*, pressupõem, numa leitura, sentidos diferentes, pois se assim não o fosse, não estariam ambas ali escritas. Estaríamos, então, tratando de um excesso ou de uma necessidade em deixar explícito no texto legal que, a partir de uma FD Jurídico-Indígena, as expressões *seres vivos* e *individuos* não se confundem? Qual seria a referência de cada um destes termos? O que cada um deles estaria designando?

Podemos tomar a noção de designação proposta por Zoppi-Fontana, a partir de Guimarães (2002), como um processo de “relações instáveis, produzidas pelo cruzamento de diferentes posições de sujeito” (ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 250).

E a referencialidade

como *uma operação de base linguística que envolve mecanismos de substituição, construção de “sinônimos” e paráfrases determinadas pelo interdiscurso* (MARIANI, 1996, p. 138). [...] é em relação às outras designações com as quais se encontram em relação de reformulação parafrástica [...] são as relações de substituição estabelecidas entre as diversas designações nas formulações que permitem fixar as relações de referência (produzindo assim um objeto de referência) e não o contrário. É a substituíbilidade da unidade (a designação) num discurso, que lhe confere neste discurso um caráter referencial, constituindo o objeto do discurso em objeto exterior. Neste sentido, a análise das famílias parafrásticas que se estabelecem entre as formulações permite delimitar, a partir (entre outros) dos processos de designação, as posições de sujeito que configuram os enunciados (ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 250)

A palavra *individuos* parece fazer referência, se tomarmos a FD Jurídico-Positivista, aos homens propriamente ditos, enquanto o termo *seres vivos* abarcaria a fauna e a flora. Se tomarmos a FD Científico-Ecológica, entretanto, o termo *individuos* pode referenciar os elementos de um conjunto, como o número de elefantes numa manada, por exemplo. E, se levarmos em consideração apenas a FD Jurídico-Indígena, e tomando por base o perspectivismo ameríndio, no sentido de que “não existem

apenas humanos e animais, há também formas de vida – como “espíritos”, “pedaços de corpos”, “zumbis” e “homens feitos às pressas” – que podem ser, por exemplo, não-todo-humanos ou ainda-não animais” (DUNKER, 2015, p. 295-296), poderíamos entender que os *indivíduos* seriam os humanos, mas que também seriam os *seres vivos*, pois a relação entre tais expressões poderia estar funcionando como hiperonímia, onde *seres vivos* contêm os *indivíduos* ao mesmo tempo em que a relação inversa é possível, ou seja, *indivíduos* podem conter *seres vivos*.

O que nos remete ao sustentado por Zoppi-Fontana, de que os processos de designação têm relação com as posições de sujeito das FDs em relação. Diante disso, então, a conjunção *y* entre os termos analisados, estaria primando pelo excesso na necessidade em se dizer e conjugar coisas que poderiam ser redundantes, mas, por mobilizarem saberes interdiscursivos diferentes, não o são. Poderíamos arguir que aí estaria funcionando também certo estranhamento, proveniente da relação entre os saberes da FD Jurídico-Positivista com a FD Jurídico-Indígena atravessados pela FD Científico-Ecológica, observação que só viria a corroborar a possibilidade de existência e relação dessas formações.

A relação conturbada entre a FD Jurídico-Indígena e a FD Científico-Ecológica: se o ecossistema, no seio desta, ele é entendido como a relação entre as partes orgânicas e inorgânicas, e no texto de lei a ele se agrega a expressão *sociedades orgânicas*, havendo o apagamento da sua oposição ao “inorgânico”, é lícito dizer que há um enviezamento pela FD Jurídico-Indígena, pois o que retorna do inorgânico não dito, como um pré-construído que *todo índio sabe* na elipse, é que a cosmovisão ameríndia não comporta a expressão que indique que algo “não tenha vida”.

A relação com o rio, com a pedra, com a montanha é algo que extravaza o viés do funcionamento do imaginário, pois a linguagem materializa-se outra, daí a afirmação de que “‘real’ e ‘imaginário’ não são noções que façam qualquer sentido nesse contexto” (VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 14). O Outro, no perspectivismo ameríndio, é sempre vivo, mesmo que seja um espírito, algo como o “vivo não-vivo”. Portanto, os saberes ameríndios agregam conhecimentos que podem vir a reescrever conceitos científicos, produzindo um estranhamento que põe em evidência o caráter heterogêneo

e contraditório do discurso ecológico quando entra em contato com o discurso dos povos nativos e sua história, no texto de lei.

A expressão *Tierra* trabalha a historicidade de *casa*, tal qual o prefixo grego *eco-*, mas é através da palavra *Madre* que a memória dos povos indígenas vem a atravessar o texto de lei e, por conseguinte, o discurso jurídico enquanto direito estabelecido, promovendo a elevação do status do planeta de *propriedade do homem e objeto do litígio* na relação jurídica para uma relação *mãe e filho*. Ou, em outras palavras, trata-se de rechaçar a ideia de valor instrumental (a natureza serve para um fim) ou a visão de valor agregado à mais-valia (a natureza, como mercadoria, serve para dar lucro), remontando à máxima: “No hagas a la Madre Tierra lo que no harías a tu própria madre” (WERMUS, 2002, p. 10).

Diante disso, destacamos o último recorte de análise atentando para o viés cosmovisionário propriamente dito: nestes artigos legais, a equivalência vai até a palavra *sagrada*, depois os textos trazem redações diferentes.

O artigo 3º da *ley corta* assim prescreve: “La Madre Tierra es considerada sagrada desde las cosmovisiones de las naciones y pueblos indígena originário campesinos”. E o artigo 5º da *ley marco* o faz assim: “La Madre Tierra es considerada sagrada; alimenta y es el hogar que contiene, sostiene y reproduce a todos)”.

No artigo 3º da *ley n. 71*, que é o que respeita a redação dada pelo *Anteproyecto*, o que segue após a perífrase verbal *es considerada* reclama dois complementos: é considerada *algo* por *alguém*, ou seja, *es considerada* X por Y, no caso, sendo X = *sagrada* e Y = *cosmovisiones de las naciones y pueblos indígena originário campesinos*.

Neste funcionamento, podemos observar o viés do perspectivismo ameríndio que havíamos anotado antes através das palavras de Dunker (2011) sobre a autorreferência, isto é, de que há uma diferença entre dizer “eu me chamo X” (totemismo) e “sou chamado de X por Y” (animismo). É, então, na sintaxe desta perífrase verbal e no que vem a substituir seus elementos necessários, que percebemos estar marcada a posição da FD Jurídico-Indígena, fazendo retornar uma memória de origem ancestral que tem uma relação com a terra diferente da posição sustentada por uma FD Jurídico-Positivista, que tende a primar pelo objetivismo do uso

simples do verbo de ligação, como em *La Madre Tierra es el sistema viviente*, ou seja, no funcionamento sintático do *algo é algo*, ou *X é Y*, ou *eu sou Z*. Lembrando que nem este funcionamento é evidente, pois todo discurso tem furos, mas é importante anotar que, no âmbito do discurso jurídico, tal evidência “tem que” parecer mais forte e necessária.

O artigo 5º da *ley n. 300*, ao contrário, promove o apagamento do segundo elemento, ou seja, do elemento Y. Aqui a redação acaba no *sagrada*, ou seja, aquele funcionamento de *ser considerada X por Y* não se configura. Estaríamos diante de uma falta necessária, no sentido que lhe dá Ernst (2009), porque não seria necessário dizer o *por Y*, dado estar devidamente marcado através do pressuposto requerido pela estrutura sintática da perífrase verbal? O que levaria a concluir que, neste caso, nem seria uma falta propriamente dita? Ou, então, essa falta é algo que invade, como o discurso transversal de uma FD Jurídico-Positivista que prega o apagamento da voz indígena originária? Qualquer ponto de vista das questões indica que há ruído aí neste apagamento, o que pode levar, pelo menos, a um estranhamento.

O que segue após o termo *sagrada* neste artigo 5º da *ley marco*, é o que pode traçar um caminho de resposta. Ele diz assim: *alimenta y es el hogar que contiene, sostiene y reproduce a todos*. É uma posição que pulula da FD Jurídico-Indígena, por quase evidência, e se mobilizarmos os saberes que aí poderiam estar constituídos, a partir do trabalho do interdiscurso e, num movimento parafrástico, substituímos *alimenta e el hogar [que contiene, sostiene y reproduce a todos]* por *amamenta e ventre* podemos observar como o pré-construído se materializa aí. Da posição do índio em resistência vem o saber que a terra é o ventre e que “o corpo é como um feixe de afetos e capacidades”, consoante Viveiros de Castro (2015, p. 66).

Em resposta às questões propostas, teríamos que a falta do elemento Y indica, portanto, as duas coisas, ou seja, não seria necessário dizê-lo, pois estaria marcado como pressuposto a partir do que segue, que já marca a posição da cosmovisão indígena originária. Tratar-se-ia, possivelmente, de uma falta que emerge para justificar o excesso posterior na linearidade intradiscursiva. Ou, tomando o segmento, ao apagar o *quem* considera a Mãe Terra sagrada, mas trazendo o movimento de sentidos de

alimenta/amamenta e lugar/ventre, a falta brinca de ser excesso, operando uma certa desestrutura no discurso do direito como língua de madeira.

A língua do direito representa, assim, na língua, a maneira política de denegar a política: espaço do artifício e da dupla linguagem, linguagem dotada de senha e na qual para 'bom entendedor' meia palavra basta. A língua do direito é uma língua de madeira (GADET e PÊCHEUX, [1981], 2010).

É como se a descrição legal da *Madre Tierra* fosse o cupim desta lei de madeira. As análises apresentadas neste capítulo parecem sugerir isso. O discurso jurídico positivista euro-colonial, neste caso, estaria “foracluindo” saberes de outros lugares, na contradição que lhe é inerente, e modificando-se, ao “aceitar” *La Madre Tierra* como sujeito coletivo em corpo.

É a língua de madeira sendo re-esculpida para incorporar o discurso dos povos nativos? Ou como propusemos, uma espécie de sintoma materializado no nome da lei e na descrição legal, fazendo emergir a necessidade de cura de algo nesta formação social? Ou, a manifestação de uma nova forma de sujeito histórica, decorrente da crise do sujeito moderno-contemporâneo? Ou ainda, uma forma de resistência ao trabalho de interpelação? Se tais leis emergem na ordem do discurso como capazes de gerar certos ruídos perturbadores e possibilitam a formulação de tais indagações, pelo menos alguma rachadura à lei e à constituição do sujeito elas são capazes de materializar.

É “a brusca intrusão de Gaia’ no horizonte histórico humano”, como alerta Viveiros de Castro,

o sentimento da irrupção definitiva de uma forma de transcendência que pensávamos haver transcendido, e que agora reaparece mais formidável do que nunca. Gaia irrompe entre nós suscitada pela transformação de nossa espécie [...] Ou seja: finalmente aterrissamos. Nosso abrupto choque com a Terra, a comunicação aterradora do geopolítico com o geofísico, tudo isso faz desmoronar a distinção fundacional das ciências sociais, aquela entre a ordem do cosmológico e a do antropológico, separadas desde sempre, isto é, pelo menos desde o século XVII (lembramos da bomba de ar e do Leviatã) por uma dupla descontinuidade, de escala e de essência: evolução das espécies e história do capitalismo, termodinâmica e bolsa de valores, física nuclear e política parlamentar, climatologia e sociologia — em duas palavras, natureza e cultura (VIVEIROS DE CASTRO, 2012, p. 151).

Tanto o perspectivismo ameríndio como a “crise do sujeito” propõem questões que podem dialogar com a proposta teórica da AD. Esta tese, em ritmo de ensaio, não nego, é uma forma de poder adentrar em outro mundo de sentidos, um mundo em que o princípio da cosmovisão atravessa o discurso jurídico num trabalho de reconstrução. Estaríamos, portanto, diante do fim do sujeito como o conhecemos? Do fim do direito? Do fim da luta de classes e do início da luta de povos?

5 Considerações Finais



A emergência de um texto de lei que escreve a *Madre Tierra* como sujeito de direitos faz estremecer a ordem discursiva na produção de sentidos e na constituição de sujeito, colocando-o numa trilha alternativa de *dizer-se*, ainda que não *fale*. O gesto interpretativo tomado foi através do movimento pendular entre a teoria do discurso pêcheuxtiana e o corpus, que levou a uma aproximação com o perspectivismo ameríndio, como teoria indígena.

Essa aproximação entre epistemes de origens distintas, colocou em evidência uma história de cerca de 20.000 anos de modo de vida em harmonia com a natureza que a ideologia colonizadora, em pouco tempo, colocou em bancarrota. No caso da América, paisagens milenares modificaram-se bruscamente em cerca de 500 anos. Trazer, portanto, a *Madre Tierra* para o texto de lei é recuperar uma historicidade crítica ao sistema capitalista colonizador, no sentido pleonástico da expressão, e oferecer uma saída para o colapso ecológico iminente.

A escrita do primeiro capítulo foi cadenciada pela incerteza em gestar uma criança e escrever sobre o fim do mundo: era como evitar olhar o abismo e procurar manter o foco no horizonte. Trabalhar o Antropoceno, o Capitaloceno e o Chthuluceno, movimentando os monstros da fatalidade, com a esperança do discurso de resistência das vítimas de um etnocídio, era buscar ver no desequilíbrio uma certa saída para o que já está em curso e o que ainda há por vir, como finalmente entender o funcionamento do chamado tempo verbal futuro do pretérito. O objetivo foi mostrar a realidade ambiental do planeta e a urgência em agir com outras escolhas e responder à

questão sobre como se constituíram as condições de produção do discurso que possibilitou o surgimento da *Madre Tierra* como sujeito de direito em um texto de lei.

O segundo capítulo tratou da materialização de uma dessas escolhas: o surgimento de uma lei que coloca a *Madre Tierra* como agente político de uma luta pela sobrevivência e de uma mudança de rumo para o mundo tal qual o conhecemos. Observou-se o cosmovisionário fazer retornar a *Madre* no nome de lei e fazê-la funcionar no entremeio do discurso jurídico-colonizador. A ação de nomear marcou o início da consolidação do surgimento desse sujeito cujo corpo é celeste, e no entremeio entre o reduntante não-redundante, fez o sentido produzir efeito através do excesso em querer sanar a falta.

O terceiro capítulo é onde, a partir da análise da descrição da *Madre Tierra* no texto legal, o foco pende para a questão da subjetividade, na tentativa de entamar os conceitos teóricos da Análise do Discurso com a teoria indígena do perspectivismo ameríndio. As inquietações pècheuxtianas acerca do sujeito coletivo e o ponto de vista do corpo ameríndio mesclam-se com o discurso ecológico, materializados no discurso jurídico. As análises dão conta de mostrar as marcas em que essas posições de resistência, a partir de uma aliança entre a ciência do clima com a ciência ameríndia, numa relação de luta pela terra e intercâmbio de saberes e epistemologias, congregaram memórias distintas funcionando no presente da lei.

Um discurso silenciado emergiu de outro lugar e tomou posse de uma posição no discurso jurídico, deslocando-se de posição-objeto para agente de intenções e criações. O desvio ao processo de colonização, aliado ao discurso ecológico e à forma do direito positivo, veio de outro lugar para emergir como resistência. Um ruído que fez eco neste tempo de fim de mundo.

Seria, então, o nome da lei e a descrição legal da *Madre Tierra* aquilo que simboliza a necessidade de uma certa cura desta formação social capitalista? Se o diagnóstico para o impasse civilizatório que atravessamos é retornar a uma memória de outra relação com a terra, então é bem possível considerar tais leis como um processo sintomático que afeta a humanidade. Ou compreendê-las como um discurso com o que o sujeito se depara e tropeça, na fuga pela estabilidade lógica como salvação.

É, portanto, no excesso marcado no nome da lei e no entrecruzamento de discursos presentes na descrição legal da *Madre Tierra*, consolidando-a como sujeito de direitos, que faz ecoar um discurso de resistência na estrutura de formulações sobre a constituição de novas subjetividades, ao menos no fio do discurso de lei, que irrompem na atualidade, fazendo emergir uma outra forma de se dizer sujeito: incompleto, e na relação com *aquela que*.

Epílogo

Luxo mesmo
é uma tese de doutorado
cabem num hai kai

Referências

- ANGELO, Claudio. **Nasa**: 2016 bateria recorde de temperatura mesmo sem El Niño. 2017. Disponível em: <<http://www.observatoriodoclima.eco.br/nasa-2016-seria-recorde-mesmo-sem-el-nino/>>. Acesso em: 18 jan. 2017.
- AUTHIER, Jacqueline. Palavras mantidas a distância. In: CONEIN, Bernard et al (Org.). **Materialidades Discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 201-246.
- BALDINI, Lauro José; MARIANI, Bethania. O real é o nome que se dá ao inominável. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, S. (Orgs.). **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013. p. 103-114.
- BALDINI, Lauro José. A Análise de Discurso e "uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)". **Letras**, Santa Maria, v. 24, n. 48, p.117-129, jan./jun. 2014.
- _____. Um caleidoscópio de nomes. In: FLORES, Giovanna Gertrudes Benedetto et al. **Análise de Discurso em Rede**: Cultura e Mídia. Campinas: Pontes Editores, 2016. p. 65-75.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 12. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado**. La Paz: Assembleia Legislativa Plurinacional da Bolívia, 2009. Disponível em: <<http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/index.php/normas/lista/9>>. Acesso em: 13 mar. 2017.
- BOLÍVIA. **Acuerdo de Los Pueblos**. Cochabamba: Conferencia Mundial de los Pueblos sobre el Cambio Climático y los Derechos de la Madre Tierra, 2010. Disponível em: <<https://cmpcc.wordpress.com/acuerdo-de-los-pueblos/>>. Acesso em: 06 jul. 2017.
- BOLÍVIA. **Declaración Universal de los Derechos de la Madre Tierra**. Cochabamba: Conferencia Mundial de los Pueblos sobre el Cambio Climático y los Derechos de la Madre Tierra, 2010. Disponível em: <<https://cmpcc.wordpress.com/derechos-madre-tierra/>>. Acesso em: 06 jul. 2017.
- BOLÍVIA. **Anteproyecto de Ley de la Madre Tierra**. 2010. Disponível em: <<http://www.cambioclimatico.org.bo/derechosmt/052011/AnteproyectoMT%20220211.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2017.
- BOLÍVIA. Ley 71, de 21 de dezembro de 2010. **Ley de Derechos de La Madre Tierra**. La Paz, 21 dez. 2010.

BOLÍVIA. Ley nº 300, de 15 de outubro de 2012. **Ley marco de La Madre Tierra y desarrollo integral para vivir bien**. La Paz, 15 out. 2012.

BORGES, Águeda. O corpo indígena enredado no corpo da cidade: efeitos do/no discurso. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange. **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas: Mercado das Letras, 2013. p. 249-262.

BRIGADA INDÍGENA (Bolívia). Carta de la Brigada Indígena. **Plataforma Energetica**. La Paz, 24 ago. 2012. Disponível em: <<http://plataformaenergetica.org/content/3602>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

CONFERENCIA MUNDIAL DE LOS PUEBLOS SOBRE EL CAMBIO CLIMÁTICO Y LOS DERECHOS DE LA MADRE TIERRA, 2010, Cochabamba. **Acuerdo de los pueblos**. Disponível em: <http://www.oei.es/historico/divulgacioncientifica/noticias_301.htm>. Acesso em: 19 maio 2017.

_____. **Proyecto de Declaración de los Derechos de La Madre Tierra**. Disponível em: <<https://cmpcc.wordpress.com/derechos-madre-tierra/>>. Acesso em: 19 maio 2017.

CAZARIN, Ercília Ana; RASIA, Gesualda dos Santos. As noções de acontecimento enunciativo e de acontecimento discursivo: um olhar sobre o discurso político. **Letras**, Santa Maria, v. 24, n. 48, p.193-210, [s.d]. 2014.

COSTA, Alexandre Araújo. Sobre Crise Ecológica, Violência e Capitalismo no Século XXI. In: MIL NOMES DE GAIA DO ANTROPOCENO À IDADE DA TERRA, 1., 2014, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: Mil Nomes de Gaia, 2014. p. 1-14. Disponível em: <<https://osmilnomesdegaia.files.wordpress.com/2014/11/alexandre-costa.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

COURTINE, Jean-jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar, 2009.

COUTO, Hildo Honório do. **Ecolinguística**: estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus, 2007.

CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene. The "Anthropocene". **Global Change News Letter: The International Geosphere–Biosphere Programme (IGBP): A Study of Global Change of the International Council for Science (ICSU)**, Stockholm, n. 41, p.17-18, Maio 2000. Disponível em: <<http://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

DANOWSKI, Débora; CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Há mundo por vir?**: Ensaio sobre os medos e os fins. 2. ed. Florianópolis: Cultura e Barbárie - Instituto Socioambiental, 2017.

DUNKER, Christian. Mal-estar, sofrimento e sintoma: releitura da diagnóstica lacaniana a partir do perspectivismo animista. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 23, n. 1, p.115-136, mar. 2011.

_____. Releitura da Diagnóstica Lacaniana a partir do Perspectivismo Ameríndio. In: CONFERÊNCIA NOCENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS DE SÃO PAULO, 1., 2012, São Paulo. **Conferência Releitura da Diagnóstica Lacaniana a partir do Perspectivismo Ameríndio**. São Paulo: CEP, 2012. v. 1, p. 1 - 7. Disponível em: <<https://vimeo.com/42505791>>. Acesso em: 27 maio 2017.

ERNST, Aracy Graça. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do *corpus* discursivo. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 4., 2009, Porto Alegre, RS. **Anais do IV SEAD** - Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>>. Acesso em 30 set. 2016.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. 2. ed. Campinas: Editora RG, 2010.

_____. A língua inatingível. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2012 [1983;1991]. p. 93-105.

GUDYNAS, Eduardo. Los Derechos de la Naturaleza en serio: respuestas y aportes desde la ecología política. In: ACOSTA, Alberto; MARTÍNEZ, Esperanza (Org.). **La Naturaleza con Derechos: de la filosofía a la política**. Quito: Abya Yala y Universidade Politécnica Salesiana, 2011. p. 239-258.

_____. Buen Vivir: Germinando alternativas al desarrollo. **América Latina en Movimiento (ALAI)**. n. 462, fev. 2011. Acesso em 26 Abr. 2014. Disponível em: <<http://alainet.org/active/48052>>

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

HARAWAY, Donna. Entrevista. Rio de Janeiro: 2014. **Mil Nomes de Gaia**. Do Antropoceno a idade da Terra, Rio de Janeiro, 21 ago. 2014. Entrevista concedida a Eduardo Viveiros de Castro, Juliana Fausto, Débora Danowski.

_____. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **Climacom Cultura Científica - Pesquisa, Jornalismo e Arte: Sub-rede Divulgação Científica e Mudanças Climáticas da Rede CLIMA**, S.l., v. 2, n. 2, p.1-2, 10 mar. 2016. Disponível em: <<http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/?p=5258&fs;=>>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

HENRY, Paul. **A ferramenta** imperfeita: língua, sujeito e discurso. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

HERBERT, Thomas. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: ORLANDI, Eni P. (Org). **Análise do Discurso**: Michel Pêcheux. 3ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2012. p. 21-54.

HONÓRIO, Ceci-maria Aparecida. Sobre culturas: alteridades e identidades em transformação. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise. **Discurso e...: ideologia, inconsciente, memória, desejo, movimentos sociais, cinismo, corpo, witz, rede eletrônica, língua materna, poesia, cultura, mídia, educação, tempo, (homo)sexualidade**. Rio de Janeiro: 7letras, 2012. p. 59-72.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

KASHIURA Jr, C. N. Sujeito de direito e interpelação ideológica: considerações sobre ideologia jurídica a partir de Pachukanis e Althusser. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 06, n. 10, p. 49-70, 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/12742>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

LACAN, Jacques. **Nomes-do-pai**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Seminário 18**: de um discurso que não fosse semblante. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LUZ, Luziane Mesquita da; MARCAL, Mônica dos Santos. A perspectiva geográfica do Antropoceno. **Revista de Geografia**, Recife, v. 33, n. 2, p.143-160, 11 set. 2016.

MACEDO, Valéria. A cosmopolítica das mudanças: (climáticas e outras). In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany. **Povos indígenas no Brasil: 2006-2010**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. p. 18-18. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=XXaFH9Y_z0sC&lpg=PP1&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 20 maio 2017.

MALDIDIER, Denise. A inquietude do discurso: um trajeto na história da Análise do Discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Org.). **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011. p. 39-75.

MARIANI, Bethania. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 1996. 259 f. Tese (Doutorado em Letras - Linguística), Unicamp, Campinas, 1996.

_____. Sentidos de subjetividade: imprensa e psicanálise. **Polifonia**, Cuiabá, v. 12, n. 1, p. 21-45, jul. 2006.

_____. Análise do Discurso e Psicanálise. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise. **Discurso e...: ideologia, inconsciente, memória, desejo, movimentos sociais, cinismo, corpo, witz, rede eletrônica, língua materna, poesia, cultura, mídia, educação, tempo, (homo)sexualidade**. Rio de Janeiro: 7letras, 2012. p. 50-58.

_____. NOME PRÓPRIO E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO. **Letras**, [s.l.], n. 48, p.131-141, 27 jun. 2014. Universidad Federal de Santa Maria. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5902/2176148514428>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

MATIAS, Iraldo Alberto Alves; MATIAS, Rui. "Crise ambiental" e "sustentabilidade": princípios para uma crítica à ecologia política. **Cadernos CERMAX - Centro de Estudos Marxistas, IFCH - UNICAMP**. n. 5, 2009. ISSN 2318-065X. p. 211-226. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/view/1385/960>>. Acesso em 25 de abril de 2014.

MOORE, Jason. **The Capitalocene: Part I: On the Nature & Origins of Our Ecological Crisis**. 2014. Disponível em: <http://www.jasonwmoore.com/uploads/The_Capitalocene__Part_I__June_2014.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2017.

NUNES, Rodrigo. O luxo do comunismo. In: MIL NOMES DE GAIA DO ANTROPOCENO À IDADE DA TERRA, 1., 2014, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: Mil Nomes de Gaia, 2014. p. 1-16. Disponível em: <<https://osmilnomesdegaia.files.wordpress.com/2014/11/rodrigo-nunes.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **16 fatos marcantes para o clima em 2016**. 2016. Disponível em: <<http://www.observatoriodoclima.eco.br/16-fatos-marcantes-para-o-clima-em-2016/>>. Acesso em: 19 maio 2017.

ODUM, Eugene; BARRETT, Gary. **Fundamentos de ecologia**. 5. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas: Pontes Editora, 2003.

_____. **Discurso e Leitura**. 8. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

_____. Análise de discurso, ciência e atualidade. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (Org.). **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas: Mercado das Letras, 2013. p. 17-30.

_____. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro; INDURSKY, Freda. **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 11-20.

_____. **Terra à vista – discurso do confronto**: velho e novo mundo. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

PARA onde foram as andorinhas?. Direção de Mari Corrêa. Roteiro: Paulo Junqueira. S.i.: **Instituto Catitu e Instituto Socioambiental**, 2016. (21 min.), son., color. Legendado. Prêmio de Melhor Curta Metragem no Festival Ambiental das Ilhas Canárias, 2016. Prêmio Refúgios e Mudanças no Festival ENTRETODOS de Direitos Humanos, 2016. Prêmio de Melhor Curta Metragem FestCine Amazônia, 2016. Disponível em: <<https://vimeo.com/179228552>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas: Unicamp/IEL, v. 19, p. 7-24, 1990.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. **O discurso**: Estrutura ou acontecimento. Traduzido por Eni Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, [1983] 2002.

_____. Leitura e Memória: projeto de pesquisa. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2012. p. 141-150.

_____. Metáfora e Interdiscurso. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2012. p. 158-161. Textos escolhidos por: Eni Puccinelli Orlandi.

_____. As massas populares são um objeto inanimado? In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2012. p. 251-273.

_____. Ousar pensar e ousar se revoltar: ideologia, marxismo, luta de classes. **Décalages**. v. 1: Iss.4, 2015 [1984]. p. 1-22.

_____. Abertura do Colóquio. In: CONEIN, Bernard et al. **Materialidades Discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016 [1980]. p. 23-29. Colóquio "Materialidades Discursivas".

_____. O enunciado: encaixe, articulação e (des)ligação. In: CONEIN, Bernard et al. **Materialidades Discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016 [1980]. p. 227-246. Colóquio "Materialidades Discursivas".

POTTER, Sean; CABBAGE, Michael; MCCARTHY, Leslie. **NASA, NOAA Data Show 2016 Warmest Year on Record Globally**. 2017. Release 16-0008, NOAA-NASA/GISS,

2016. Disponível em: <<https://www.nasa.gov/press-release/nasa-noaa-data-show-2016-warmest-year-on-record-globally>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

PRADA, Raúl. Historia de la lucha del Pacto de la Unidad en Defensa de la Madre Tierra. **Rebelión**. Bolivia, p. 1-4. 10 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=118335>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

_____. Potencia, existencia y plenitud: El camino de la guerra y el camino de la sabiduría - Reflexiones en torno al sumak kausay/sumaj qam. **Rebelión**. Bolívia, p. 1-57. 2013. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/docs/178426.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2017.

RODRÍGUEZ, Edwin Cruz. **Movimientos Indígenas, identidad y nación en Bolivia y Ecuador**: Una genealogía del estado plurinacional. Quito: Ediciones Abya-yala, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Refundación del Estado en América Latina**: Perspectivas desde una epistemología del Sur. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010. 156 p. (Programa Democracia y Transformación Social). Disponível em: <[http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Refundacion del Estado_Lima2010.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Refundacion%20del%20Estado_Lima2010.pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2017.

_____. Cuando los excluidos tienen Derecho: justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, José Luis Exeni. **Justicia Indígena, plurinacionalidad e interculturalidad en Bolivia**. 2. ed. Quito: Ediciones Abya-yala, 2012. p. 11-48.

SCHAVELZON, Salvador. **Plurinacionalidad y Vivir Bien/Buen Vivir**: dos conceptos leídos desde Bolivia y Ecuador post-constituyentes. Quito: Ediciones Abya-yala, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160202103454/Plurinacionalidad.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

STUDIES, Nasa's Goddard Institute For Space. **NASA, NOAA data show 2016 warmest year on record globally**. 2017. Disponível em: <<http://climate.nasa.gov/news/2537/nasa-noaa-data-show-2016-warmest-year-on-record-globally/>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

UNITED NATIONS NON-GOVERNMENTAL LIAISON SERVICE (UN-NGLS). **Conferencia Mundial de los Pueblos sobre el Cambio Climático y los Derechos de la Madre Tierra**: respuesta a la Conferencia de Copenhague. 2010. Disponível em: <<https://www.unngls.org/index.php/espanol/2010/1088-conferencia-mundial-pueblos-cambio-climatico-dchos-madre-tierra-respuesta-conf-copenhague>>. Acesso em: 19 maio 2017.

VINHAS, Luciana Iost. No encontro do real do corpo com o real da história. In: GRIGOLETTO, Evandra; NARDI, Fabiele Stockmans de. **A Análise do discurso e sua história**: avanços e perspectivas. Campinas: Pontes Editora, 2016. p. 209-219.

VIOLA, Eduardo; BASSO, Larissa. O sistema internacional no antropoceno. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 31, n. 92, p.01-18, 29 ago. 2016. ANPOCS. <http://dx.doi.org/10.17666/319201/2016>.

VIVEIROS de CASTRO, Eduardo; FAUSTO, Juliana. **Comentários a entrevista de Donna Haraway**. In: Os Mil nomes de Gaia. 15 a 19 de setembro de 2014, das 8h30 às 19h30, na Casa Rui Barbosa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qg0oyW9-rA0>. Acesso em 19/5/2017.

VIVEIROS de CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, [s.l.], v. 2, n. 2, p.115-144, out. 1996. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-93131996000200005>. Acesso em: 06 jul. 2017.

_____. "Transformação" na Antropologia, transformação da "antropologia". **Maná**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 18, p.151-171, 2012.

_____. **Gaia e os terranos no contexto amazônico**. In: O fim, o resto e o meio. Colóquio sobre o contemporâneo. 18 e 19/11 de 2013, das 8h30 às 19h30, na Faculdade de Letras da UFRJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8C6EZXD7G0>. Acesso em: 19 maio 2017.

_____. **Inconstância da alma selvagem - e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

_____. **Metafísicas canibais**: elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

_____. **Os involuntários da pátria**. 2016. Disponível em: <http://provocadisparates.blogspot.com.br/2016/04/os-involuntarios-da-patria-eduardo.html>. Acesso em: 07 jan. 2017.

_____. Entrevista. Lisboa: 2017. **O que estamos vendo no planeta hoje é um combate de povos e não de classes. Ou as classes estão voltando a se redefinir como povos**. Lisboa, 18 mai. 2017. Entrevista concedida a Rita Natálio e Pedro Neves Marques. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/o-que-estamos-vendo-no-planeta-hoje-e-um-combate-de-povos-e-nao-de-classes-ou-as-classes>. Acesso em: 20 maio 2017.

WERMUS, Daniel. **Madre Tierra!**: por el renacimiento indígena. Quito: Ediciones Abyayala, 2002.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. Identidades informais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. **Organon: Revista do Instituto de Letras da UFRGS**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p.245-282, 2003.

Anexos

Anexo 1 – Ley nº 71

LEY Nº 071

LEY DE 21 DE DICIEMBRE DE 2010

EVO MORALES AYMA
PRESIDENTE CONSTITUCIONAL DEL ESTADO
PLURINACIONAL DE BOLIVIA

Por cuanto, la Asamblea Legislativa Plurinacional, ha sancionado la siguiente Ley:

LA ASAMBLEA LEGISLATIVA PLURINACIONAL,

DECRETA:

LEY DE DERECHOS DE LA MADRE TIERRA

CAPÍTULO I

OBJETO Y PRINCIPIOS

Artículo 1. (OBJETO). La presente Ley tiene por objeto reconocer los derechos de la Madre Tierra, así como las obligaciones y deberes del Estado Plurinacional y de la sociedad para garantizar el respeto de estos derechos.

Artículo 2. (PRINCIPIOS). Los principios de obligatorio cumplimiento, que rigen la presente ley son:

- **Armonía.** Las actividades humanas, en el marco de la pluralidad y la diversidad, deben lograr equilibrios dinámicos con los ciclos y procesos inherentes a la Madre Tierra.
- **Bien Colectivo.** El interés de la sociedad, en el marco de los derechos de la Madre Tierra, prevalecen en toda actividad humana y por sobre cualquier derecho adquirido.
- **Garantía de regeneración de la Madre Tierra.** El Estado en sus diferentes niveles y la sociedad, en armonía con el interés común, deben garantizar las condiciones necesarias para que los diversos sistemas de vida de la Madre Tierra puedan absorber daños, adaptarse a las perturbaciones, y regenerarse sin alterar significativamente sus características de estructura y funcionalidad, reconociendo que los sistemas de vida tienen límites en su capacidad de regenerarse, y que la humanidad tienen límites en su capacidad de revertir sus acciones.
- **Respeto y defensa de los Derechos de la Madre Tierra.** El Estado y cualquier persona individual o colectiva respetan, protegen y garantizan los derechos de la Madre Tierra para el Vivir Bien de las generaciones actuales y las futuras.
- **No mercantilización.** Por el que no pueden ser mercantilizados los sistemas de vida, ni los procesos que sustentan, ni formar parte del patrimonio privado de nadie.
- **Interculturalidad.** El ejercicio de los derechos de la Madre Tierra requiere del reconocimiento, recuperación, respeto, protección, y diálogo de la diversidad de sentires, valores, saberes, conocimientos, prácticas, habilidades, trascendencias, transformaciones, ciencias, tecnologías y normas, de todas las culturas del mundo que buscan convivir en armonía con la naturaleza.

MADRE TIERRA, DEFINICIÓN Y CARÁCTER

Artículo 3. (MADRE TIERRA). La Madre Tierra es el sistema viviente dinámico conformado por la comunidad indivisible de todos los sistemas de vida y los seres vivos, interrelacionados, interdependientes y complementarios, que comparten un destino común.

La Madre Tierra es considerada sagrada, desde las cosmovisiones de las naciones y pueblos indígena originario campesinos.

Artículo 4. (SISTEMAS DE VIDA). Son comunidades complejas y dinámicas de plantas, animales, micro organismos y otros seres y su entorno, donde interactúan comunidades humanas y el resto de la naturaleza como una unidad funcional, bajo la influencia de factores climáticos, fisiográficos y geológicos, así como de las prácticas productivas, y la diversidad cultural de las bolivianas y los bolivianos, y las cosmovisiones de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, las comunidades interculturales y afrobolivianas.

Artículo 5. (CARÁCTER JURÍDICO DE LA MADRE TIERRA). Para efectos de la protección y tutela de sus derechos, la Madre Tierra adopta el carácter de sujeto colectivo de interés público. La Madre Tierra y todos sus componentes incluyendo las comunidades humanas son titulares de todos los derechos inherentes reconocidos en esta Ley. La aplicación de los derechos de la Madre Tierra tomará en cuenta las especificidades y particularidades de sus diversos componentes. Los derechos establecidos en la presente Ley, no limitan la existencia de otros derechos de la Madre Tierra.

Artículo 6. (EJERCICIO DE LOS DERECHOS DE LA MADRE TIERRA). Todas las bolivianas y bolivianos, al formar parte de la comunidad de seres que componen la Madre Tierra, ejercen los derechos establecidos en la presente Ley, de forma compatible con sus derechos individuales y colectivos.

El ejercicio de los derechos individuales están limitados por el ejercicio de los derechos colectivos en los sistemas de vida de la Madre Tierra, cualquier conflicto entre derechos debe resolverse de manera que no se afecte irreversiblemente la funcionalidad de los sistemas de vida.

CAPÍTULO III

DERECHOS DE LA MADRE TIERRA

Artículo 7. (DERECHOS DE LA MADRE TIERRA)

I. La Madre Tierra tiene los siguientes derechos:

- **A la vida:** Es el derecho al mantenimiento de la integridad de los sistemas de vida y los procesos naturales que los sustentan, así como las capacidades y condiciones para su regeneración.

- **A la diversidad de la vida:** Es el derecho a la preservación de la diferenciación y la variedad de los seres que componen la Madre Tierra, sin ser alterados genéticamente ni modificados en su estructura de manera artificial, de tal forma que se amenace su existencia, funcionamiento y potencial futuro.

- **Al agua:** Es el derecho a la preservación de la funcionalidad de los ciclos del agua, de su existencia en la cantidad y calidad necesarias para el sostenimiento de los sistemas de vida, y su protección frente a la contaminación para la reproducción de la vida de la Madre Tierra y todos sus componentes.

- **Al aire limpio:** Es el derecho a la preservación de la calidad y composición del aire para el sostenimiento de los sistemas de vida y su protección frente a la

contaminación, para la reproducción de la vida de la Madre Tierra y todos sus componentes.

- **Al equilibrio:** Es el derecho al mantenimiento o restauración de la interrelación, interdependencia, complementariedad y funcionalidad de los componentes de la Madre Tierra, de forma equilibrada para la continuación de sus ciclos y la reproducción de sus procesos vitales.

- **A la restauración:** Es el derecho a la restauración oportuna y efectiva de los sistemas de vida afectados por las actividades humanas directa o indirectamente.

- **A vivir libre de contaminación:** Es el derecho a la preservación de la Madre Tierra de contaminación de cualquiera de sus componentes, así como de residuos tóxicos y radioactivos generados por las actividades humanas.

CAPÍTULO IV

OBLIGACIONES DEL ESTADO Y DEBERES DE LA SOCIEDAD

Artículo 8. (OBLIGACIONES DEL ESTADO PLURINACIONAL). El Estado Plurinacional, en todos sus niveles y ámbitos territoriales y a través de todas sus autoridades e instituciones, tiene las siguientes obligaciones:

- Desarrollar políticas públicas y acciones sistemáticas de prevención, alerta temprana, protección, precaución, para evitar que las actividades humanas conduzcan a la extinción de poblaciones de seres, la alteración de los ciclos y procesos que garantizan la vida o la destrucción de sistemas de vida, que incluyen los sistemas culturales que son parte de la Madre Tierra.

- Desarrollar formas de producción y patrones de consumo equilibrados para la satisfacción de las necesidades del pueblo boliviano para el Vivir Bien, salvaguardando

las capacidades regenerativas y la integridad de los ciclos, procesos y equilibrios vitales de la Madre Tierra.

- Desarrollar políticas para defender la Madre Tierra en el ámbito plurinacional e internacional de la sobreexplotación de sus componentes, de la mercantilización de los sistemas de vida o los procesos que los sustentan y de las causas estructurales del Cambio Climático Global y sus efectos.

- Desarrollar políticas para asegurar la soberanía energética a largo plazo a partir del ahorro, el aumento de la eficiencia y la incorporación paulatina de fuentes alternativas limpias y renovables en la matriz energética.

- Demandar en el ámbito internacional el reconocimiento de la deuda ambiental a través de financiamiento y transferencia de tecnologías limpias, efectivas y compatibles con los derechos de la Madre Tierra, además de otros mecanismos.

- Promover la paz y la eliminación de todas las armas nucleares, químicas, biológicas y de destrucción masiva.

- Promover el reconocimiento y defensa de los derechos de la Madre Tierra en el ámbito multilateral, regional y bilateral de las relaciones internacionales.

Artículo 9. (DEBERES DE LAS PERSONAS) Son deberes de las personas naturales y jurídicas, públicas o privadas:

- Defender y respetar los derechos de la Madre Tierra.

- Promover la armonía en la Madre Tierra en todos los ámbitos de su relacionamiento con el resto de las comunidades humanas y el resto de la naturaleza en los sistemas de vida.

- Participar de forma activa, personal o colectivamente, en la generación de propuestas orientadas al respeto y la defensa de los derechos de la Madre Tierra.
- Asumir prácticas de producción y hábitos de consumo en armonía con los derechos de la Madre Tierra.
- Asegurar el uso y aprovechamiento sustentable de los componentes de la Madre Tierra.
- Denunciar todo acto que atente contra los derechos de la Madre Tierra, sus sistemas de vida y/o sus componentes.
- Acudir a la convocatoria de las autoridades competentes o la sociedad civil organizada para la realización de acciones orientadas a la conservación y/o protección de la Madre Tierra.

Artículo 10. (DEFENSORÍA DE LA MADRE TIERRA). Se crea la Defensoría de la Madre Tierra, cuya misión es velar por la vigencia, promoción, difusión y cumplimiento de los derechos de la Madre Tierra, establecidos en la presente Ley. Una ley especial establecerá su estructura, funcionamiento y atribuciones.

Remítase al Órgano Ejecutivo, para fines constitucionales.

Es dada en la Sala de Sesiones de la Asamblea Legislativa Plurinacional, a los siete días del mes de diciembre del año dos mil diez.

Fdo. René Oscar Martínez Callahuanca, Héctor Enrique Arce Zaconeta, Andrés A. Villca Daza, Clementina Garnica Cruz, Ángel David Cortés Villegas, José Antonio Yucra Paredes.

Por tanto, la promulgo para que se tenga y cumpla como Ley del Estado Plurinacional de Bolivia.

Palacio de Gobierno de la ciudad de La Paz, a los veintiún días del mes de diciembre de dos mil diez años.

FDO. EVO MORALES AYMA, David Choquehuanca Céspedes, Oscar Coca Antezana, María Esther Udaeta Velásquez, Nemesia Achacollo Tola, Carlos Romero Bonifaz, Zulma Yugar Párraga.

SUSCRIPCION OBLIGATORIA

DECRETO SUPREMO Nº 690

03 DE NOVIEMBRE DE 2010. Dispone la suscripción obligatoria, sin excepción alguna, de todas las entidades del sector público que conforman la estructura organizativa del Organo Ejecutivo, así como de entidades y empresas públicas que se encuentran bajo su dependencia o tuición, a la Gaceta Oficial de Bolivia, dependiente del Ministerio de la Presidencia, para la obtención física de Leyes, Decretos y Resoluciones Supremas.

TEXTO DE CONSULTA

Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia

Derechos Reservados © 2014

www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo

Anexo 2 – Ley nº 300

LEY Nº 300

LEY DE 15 DE OCTUBRE DE 2012

EVO MORALES AYMA

PRESIDENTE CONSTITUCIONAL DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA

Por cuanto, la Asamblea Legislativa Plurinacional, ha sancionado la siguiente Ley:

LA ASAMBLEA LEGISLATIVA PLURINACIONAL,

D E C R E T A:

LEY MARCO DE LA MADRE TIERRA Y

DESARROLLO INTEGRAL PARA VIVIR BIEN

TÍTULO I

DISPOSICIONES GENERALES

CAPÍTULO I

OBJETO, ALCANCE Y FINES

Artículo 1. (OBJETO). La presente Ley tiene por objeto establecer la visión y los fundamentos del desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra para Vivir Bien, garantizando la continuidad de la capacidad de regeneración de los componentes y sistemas de vida de la Madre Tierra, recuperando y fortaleciendo los saberes locales y conocimientos ancestrales, en el marco de la complementariedad de derechos, obligaciones y deberes; así como los objetivos del desarrollo integral como

medio para lograr el Vivir Bien, las bases para la planificación, gestión pública e inversiones y el marco institucional estratégico para su implementación.

Artículo 2. (ALCANCE Y APLICACIÓN). La presente Ley tiene alcance en todos los sectores del nivel central del Estado Plurinacional de Bolivia y de las entidades territoriales autónomas en el Marco de las competencias asignadas en la Constitución Política del Estado, la Ley N° 031 Marco de Autonomías y Descentralización “Andrés Ibáñez” y la Ley N° 071 de Derechos de la Madre Tierra.

Se constituye en Ley Marco y de preferente aplicación para el desarrollo de leyes específicas, políticas, normas, estrategias, planes, programas y proyectos.

Artículo 3. (FINES). Son fines de la presente Ley:

1. Determinar los lineamientos y principios que orientan el acceso a los componentes, zonas y sistemas de vida de la Madre Tierra.
2. Establecer los objetivos del desarrollo integral que orientan la creación de las condiciones para transitar hacia el Vivir Bien en armonía y equilibrio con la Madre Tierra.
3. Orientar las leyes específicas, políticas, normas, estrategias, planes, programas y proyectos del Estado Plurinacional de Bolivia para el Vivir Bien a través del desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra.
4. Definir el marco institucional para impulsar y operativizar el desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra para Vivir Bien.

CAPÍTULO II

PRINCIPIOS Y DEFINICIONES

Artículo 4. (PRINCIPIOS). Los principios que rigen la presente Ley además de los establecidos en el Artículo 2 de la Ley N° 071 de Derechos de la Madre Tierra son:

1. Compatibilidad y complementariedad de derechos, obligaciones y deberes. Un derecho no puede materializarse sin los otros o no puede estar sobre los otros, implicando la interdependencia y apoyo mutuo de los siguientes derechos:

a) Derechos de la Madre Tierra como sujeto colectivo de interés público.

b) Derechos colectivos e individuales de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, comunidades interculturales y afrobolivianas.

c) Derechos fundamentales, civiles, políticos, sociales, económicos y culturales del pueblo boliviano para Vivir Bien a través de su desarrollo integral.

d) Derecho de la población urbana y rural a vivir en una sociedad justa, equitativa y solidaria sin pobreza material, social y espiritual; así como su articulación con las obligaciones del Estado Plurinacional de Bolivia y los deberes de la sociedad y las personas.

2. No Mercantilización de las Funciones Ambientales de la Madre Tierra. Las funciones ambientales y procesos naturales de los componentes y sistemas de vida de la Madre Tierra, no son considerados como mercancías sino como dones de la sagrada Madre Tierra.

3. Integralidad. La interrelación, interdependencia y la funcionalidad de todos los aspectos y procesos sociales, culturales, ecológicos, económicos, productivos, políticos y afectivos desde las dimensiones del Vivir Bien deben ser la base del desarrollo integral, de la elaboración de las políticas, normas, estrategias, planes,

programas y proyectos, así como de los procesos de planificación, gestión e inversión pública, armonizados en todos los niveles del Estado Plurinacional de Bolivia.

4. Precautorio. El Estado Plurinacional de Bolivia y cualquier persona individual o colectiva se obliga a prevenir y/o evitar de manera oportuna eficaz y eficiente los daños a los componentes de la Madre Tierra incluyendo el medio ambiente, la biodiversidad, a la salud humana y a los valores culturales intangibles, sin que se pueda omitir o postergar el cumplimiento de esta obligación alegando la falta de certeza científica y/o falta de recursos. Los pequeños productores mineros y cooperativas mineras realizarán estas acciones con el apoyo de las entidades competentes del Estado Plurinacional de Bolivia.

5. Garantía de Restauración de la Madre Tierra. El Estado Plurinacional de Bolivia y cualquier persona individual, colectiva o comunitaria que ocasione daños de forma accidental o premeditada a los componentes, zonas y sistemas de vida de la Madre Tierra, está obligada a realizar una integral y efectiva restauración o rehabilitación de la funcionalidad de los mismos, de manera que se aproximen a las condiciones preexistentes al daño, independientemente de otras responsabilidades que puedan determinarse.

6. Garantía de Regeneración de la Madre Tierra. El Estado Plurinacional de Bolivia y cualquier persona individual, colectiva o comunitaria con derechos de propiedad, uso y aprovechamiento sobre los componentes de la Madre Tierra, está obligada a respetar las capacidades de regeneración de los componentes, zonas y sistemas de vida de la Madre Tierra.

7. Responsabilidad Histórica. El Estado y la sociedad asumen la obligación de impulsar las acciones que garanticen la mitigación, reparación y restauración de los daños de magnitud a los componentes, zonas y sistemas de vida de la Madre Tierra.

8. Prioridad de la Prevención. Ante la certeza de que toda actividad humana genera impactos sobre los componentes, zonas y sistemas de vida de la Madre Tierra, se deben asumir prioritariamente las medidas necesarias de prevención y protección que limiten o mitiguen dichos impactos.

9. Participación Plural. El Estado Plurinacional de Bolivia y el pueblo boliviano, para la defensa de los derechos de la Madre Tierra, utilizan procedimientos consensuados y democráticos con participación amplia en sus diversas formas.

10. Agua Para la Vida. El Estado Plurinacional de Bolivia y la sociedad asumen que el uso y acceso indispensable y prioritario al agua, debe satisfacer de forma integral e indistinta la conservación de los componentes, zonas y sistemas de vida de la Madre Tierra, la satisfacción de las necesidades de agua para consumo humano y los procesos productivos que garanticen la soberanía con seguridad alimentaria.

11. Solidaridad Entre Seres Humanos. El Estado Plurinacional de Bolivia promueve acciones de desarrollo integral que priorizan a las personas de menores ingresos económicos y con mayores problemas en la satisfacción de sus necesidades materiales, sociales y espirituales, y goce pleno de sus derechos fundamentales.

12. Relación Armónica. El Estado Plurinacional de Bolivia promueve una relación armónica, dinámica, adaptativa y equilibrada entre las necesidades del pueblo boliviano con la capacidad de regeneración de los componentes y sistemas de vida de la Madre Tierra.

13. Justicia Social. El Estado Plurinacional de Bolivia tiene como fin construir una sociedad justa, equitativa y solidaria sin pobreza material, social y espiritual, que significa que el pueblo boliviano en su conjunto cuenta con las capacidades, condiciones, medios e ingresos económicos necesarios para satisfacer sus necesidades materiales, sociales y afectivas, en el marco del respeto a la pluralidad económica, social, jurídica, política y cultural para la plena realización del Vivir Bien.

14. Justicia Climática. El Estado Plurinacional de Bolivia, en el marco de la equidad y las responsabilidades comunes pero diferenciadas de los países ante el cambio climático, reconoce el derecho que tiene el pueblo boliviano y sobre todo las personas más afectadas por el mismo a alcanzar el Vivir Bien a través de su desarrollo integral en el marco del respeto a las capacidades de regeneración de la Madre Tierra.

15. Economía Plural. El Estado Plurinacional de Bolivia reconoce la economía plural como el modelo económico boliviano, considerando las diferentes formas de organización económica, sobre los principios de la complementariedad, reciprocidad, solidaridad, redistribución, igualdad, sustentabilidad, equilibrio y armonía, donde la economía social comunitaria complementará el interés individual con el Vivir Bien colectivo.

16. Complementariedad y Equilibrio. El Estado Plurinacional de Bolivia promueve la complementariedad de los seres vivos en la Madre Tierra para Vivir Bien.

17. Diálogo de Saberes. El Estado Plurinacional de Bolivia asume la complementariedad entre los saberes y conocimientos tradicionales y las ciencias.

Artículo 5. (DEFINICIONES). A los efectos de la presente Ley se entiende por:

1. Madre Tierra. Es el sistema viviente dinámico conformado por la comunidad indivisible de todos los sistemas de vida y los seres vivos, interrelacionados, interdependientes y complementarios, que comparten un destino común. La Madre Tierra es considerada sagrada; alimenta y es el hogar que contiene, sostiene y reproduce a todos los seres vivos, los ecosistemas, la biodiversidad, las sociedades orgánicas y los individuos que la componen.

2. El Vivir Bien (Sumaj Kamaña, Sumaj Kausay, Yaiko Kavi Päve). Es el horizonte civilizatorio y cultural alternativo al capitalismo y a la modernidad que nace en las cosmovisiones de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, y las

comunidades interculturales y afrobolivianas, y es concebido en el contexto de la interculturalidad. Se alcanza de forma colectiva, complementaria y solidaria integrando en su realización práctica, entre otras dimensiones, las sociales, las culturales, las políticas, las económicas, las ecológicas, y las afectivas, para permitir el encuentro armonioso entre el conjunto de seres, componentes y recursos de la Madre Tierra. Significa vivir en complementariedad, en armonía y equilibrio con la Madre Tierra y las sociedades, en equidad y solidaridad y eliminando las desigualdades y los mecanismos de dominación. Es Vivir Bien entre nosotros, Vivir Bien con lo que nos rodea y Vivir Bien consigo mismo.

3. Desarrollo Integral Para Vivir Bien. Es el proceso continuo de generación e implementación de medidas y acciones sociales, comunitarias, ciudadanas y de gestión pública para la creación, provisión y fortalecimiento de condiciones, capacidades y medios materiales, sociales y espirituales, en el marco de prácticas y de acciones culturalmente adecuadas y apropiadas, que promuevan relaciones solidarias, de apoyo y cooperación mutua, de complementariedad y de fortalecimiento de vínculos edificantes comunitarios y colectivos para alcanzar el Vivir Bien en armonía con la Madre Tierra. No es un fin, sino una fase intermedia para alcanzar el Vivir Bien como un nuevo horizonte civilizatorio y cultural. Está basado en la compatibilidad y complementariedad de los derechos establecidos en la presente Ley.

4. Componentes de la Madre Tierra Para Vivir Bien. Son los seres, elementos y procesos que conforman los sistemas de vida localizados en las diferentes zonas de vida, que bajo condiciones de desarrollo sustentable pueden ser usados o aprovechados por los seres humanos, en tanto recursos naturales, como lo establece la Constitución Política del Estado.

5. Diversidad Biológica. Es la variabilidad de los organismos vivos de cualquier fuente incluidos, entre otras cosas, los ecosistemas terrestres y marinos y otros ecosistemas acuáticos, así como los complejos ecológicos de los que forman

parte; comprende la diversidad dentro de cada especie, entre las especies y de los ecosistemas.

6. Aprovechamiento. Es la utilización de los productos de los componentes de la Madre Tierra por personas individuales y colectivas para el desarrollo integral, con fines de interés público y/o comercial, autorizados por el Estado Plurinacional de Bolivia, en armonía y equilibrio con la Madre Tierra.

7. Diversidad Cultural. Es la condición de heterogeneidad y pluralidad cultural de las bolivianas y los bolivianos, las naciones y pueblos indígena originario campesinos, y las comunidades interculturales y afrobolivianas, que conviven y se expresan a través de diversas dinámicas, realidades y formas de complementariedad cultural.

8. Funciones Ambientales. Es el resultado de las interacciones entre las especies de flora y fauna de los ecosistemas, de la dinámica propia de los mismos, del espacio o ambiente físico (o abiótico) y de la energía solar. Son ejemplos de las funciones ambientales los siguientes: el ciclo hidrológico, los ciclos de nutrientes, la retención de sedimentos, la polinización (provisión de polinizadores para reproducción de poblaciones de plantas y dispersión de semillas), la filtración, purificación y desintoxicación (aire, agua y suelo), el control biológico (regulación de la dinámica de poblaciones, control de plagas y enfermedades), el reciclado de nutrientes (fijación de nitrógeno, fósforo, potasio), la formación de suelos (meteorización de rocas y acumulación de materia orgánica), la regulación de gases con efecto invernadero (reducción de emisiones de carbono, captación o fijación de carbono), la provisión de belleza escénica o paisajística (paisaje).

9. Proceso Natural. Es un proceso que existe en la naturaleza o es producido por "la acción de las fuerzas naturales", pero no así por la acción o intervención de los seres humanos.

10. Restauración. Es el proceso planificado de modificación intencional de una zona de vida o sistema de vida alterado con el objetivo de restablecer la diversidad de sus componentes, procesos, ciclos, relaciones e interacciones y su dinámica, de manera que se aproximen a las condiciones preexistentes al daño, en un tiempo definido. El sistema resultante debe ser auto sustentable en términos ecológicos, sociales, culturales y económicos.

11. Regeneración. Es la capacidad de una zona de vida o sistema de vida de la Madre Tierra para absorber daños, adaptarse a las perturbaciones y regenerarse, sin alterar significativamente sus características de estructura y funcionalidad inicial.

12. Sistemas de Vida. Son comunidades organizadas y dinámicas de plantas, animales, micro organismos y otros seres y su entorno, donde interactúan las comunidades humanas y el resto de la naturaleza como una unidad funcional, bajo la influencia de factores climáticos, fisiográficos y geológicos, así como de las prácticas productivas, la diversidad cultural de las bolivianas y los bolivianos, incluyendo las cosmovisiones de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, las comunidades interculturales y afrobolivianas. En lo operacional los sistemas de vida se establecen a partir de la interacción entre las zonas de vida y las unidades socioculturales predominantes que habitan cada zona de vida e identifican los sistemas de manejo más óptimos que se han desarrollado o pueden desarrollarse como resultado de dicha interrelación.

13. Sociedad Justa, Equitativa y Solidaria. Es una sociedad donde todas las personas cuentan con las capacidades, condiciones, medios e ingresos suficientes, para satisfacer sus necesidades materiales, sociales y afectivas, y gozar de sus derechos fundamentales, sin diferencias de clases sociales y sin pobreza de ninguna naturaleza.

14. Uso. Es la utilización de los componentes de la Madre Tierra por parte del pueblo boliviano de manera sustentable con fines no comerciales y en armonía y equilibrio con la Madre Tierra.

15. Vínculos Edificantes. Son los procesos y dinámicas positivas colectivas y comunitarias que sientan las bases para la construcción de una sociedad justa, equitativa y solidaria en el marco de la justicia social y climática.

16. Zonas de Vida. Son las unidades biogeográficas-climáticas que están constituidas por el conjunto de las comunidades organizadas de los componentes de la Madre Tierra en condiciones afines de altitud, ombrotipo, bioclima y suelo.

TÍTULO II

VISIÓN DEL VIVIR BIEN A TRAVÉS DEL DESARROLLO INTEGRAL EN ARMONÍA Y EQUILIBRIO CON LA MADRE TIERRA

CAPÍTULO I

VALORES DEL VIVIR BIEN COMO HORIZONTE ALTERNATIVO AL CAPITALISMO

Artículo 6. (VALORES DEL VIVIR BIEN). En el marco del Vivir Bien se establecen los siguientes valores del vivir bien del Estado Plurinacional de Bolivia, para la construcción de una sociedad justa, equitativa y solidaria:

1. Saber Crecer. Vivir Bien, es crecer y compartir con espiritualidad y fe, en el marco del respeto a la libertad de religión y de las creencias espirituales de acuerdo a las cosmovisiones del pueblo boliviano, que promueve y construye vínculos edificantes, virtudes humanitarias y solidarias para llevar una vida armoniosa.

2. Saber Alimentarse. Vivir Bien, es alimentarse con calidad y productos naturales; saber combinar las comidas y bebidas adecuadas a partir de las estaciones del año, respetando los ayunos y ofrendando alimentos a la Madre Tierra.

3. Saber Danzar. Vivir Bien, es danzar en gratitud a la Madre Tierra y en celebración de la comunidad y armonía entre las personas donde se manifiesta la dimensión espiritual y energética.

4. Saber Trabajar. Vivir Bien, es considerar el trabajo como fiesta y como felicidad. Se retoma el pensamiento ancestral de que el trabajo es fiesta, por tanto se lo realiza con amor y pasión. Es trabajar en reciprocidad y complementariedad; es más que devolver el trabajo o los productos de la ayuda prestada en cualquier actividad.

5. Saber Comunicarse. Vivir Bien, es comunicarse y saber hablar. Sentir y pensar bien para hablar, lo que implica hablar para construir, para alentar, para aportar. Todo lo que hablemos se escribe en los corazones y en la memoria genética de los seres de la Madre Tierra.

6. Saber Soñar. Vivir Bien, es soñar en un buen futuro, que es proyectar la vida, partiendo de que todo empieza desde el sueño, por lo tanto el sueño es el inicio de la realidad.

7. Saber Escuchar. Vivir Bien, es escucharnos para conocernos, reconocernos, respetarnos y ayudarnos. Es escuchar a los mayores y revalorizar los saberes de las naciones indígena originario campesinas; es leer las arrugas de los abuelos para poder retomar el camino. Es no sólo escuchar con los oídos, es percibir, sentir y escuchar con todo nuestro espíritu, conciencia y cuerpo.

8. Saber Pensar. Es la reflexión no sólo desde lo racional sino desde el sentir, para que sin perder la razón caminemos en la senda del corazón.

CAPÍTULO II

VIVIR BIEN A TRAVÉS DEL DESARROLLO INTEGRAL

Artículo 7. (CONSTRUCCIÓN DE UNA SOCIEDAD JUSTA, EQUITATIVA Y SOLIDARIA). El Estado Plurinacional de Bolivia está orientado a la búsqueda del Vivir Bien, a través del desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra para la construcción de una sociedad justa, equitativa y solidaria con respeto a la pluralidad económica, social, jurídica, política y cultural del pueblo boliviano.

Artículo 8. (REALIZACIÓN DEL VIVIR BIEN A TRAVÉS DEL DESARROLLO INTEGRAL). Se ejecuta, implementa y realiza en base a los objetivos del Vivir Bien, a través del desarrollo integral en el marco del proceso descolonizador del Estado Plurinacional de Bolivia, basado en la compatibilidad y complementariedad de los derechos establecidos en la presente Ley, así como con las obligaciones del Estado Plurinacional de Bolivia y deberes de la sociedad y las personas.

CAPÍTULO III

DERECHOS, OBLIGACIONES Y DEBERES

Artículo 9. (DERECHOS). El Vivir Bien a través del desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra, debe ser realizado de manera complementaria, compatible e interdependiente de los siguientes derechos:

1. Derechos de la Madre Tierra, como sujeto colectivo de interés público como la interacción armónica y en equilibrio entre los seres humanos y la naturaleza, en el marco del reconocimiento de que las relaciones económicas, sociales, ecológicas y espirituales de las personas y sociedad con la Madre Tierra están limitadas por la capacidad de regeneración que tienen los componentes, las zonas y sistemas de vida de la Madre Tierra en el marco de la Ley N° 071 de Derechos de la Madre Tierra.

2. Derechos colectivos e individuales de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, comunidades interculturales y afrobolivianas en el marco de la Constitución Política del Estado y la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas y el Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo.

3. Derechos civiles, políticos, sociales, económicos y culturales del pueblo boliviano para Vivir Bien a través de su desarrollo integral, satisfaciendo las necesidades de las sociedades y personas en el marco de las dimensiones sociales, culturales, políticas, económicas, productivas, ecológicas y espirituales.

4. Derecho de la población rural y urbana a vivir en una sociedad justa, equitativa y solidaria sin pobreza material, social y espiritual, en el marco del goce pleno de sus derechos fundamentales.

Artículo 10. (OBLIGACIONES DEL ESTADO PLURINACIONAL). El Estado Plurinacional de Bolivia tiene la obligación de:

1. Crear las condiciones para garantizar el sostenimiento del propio Estado en todos sus ámbitos territoriales para alcanzar el Vivir Bien, a través del desarrollo integral del pueblo boliviano de acuerdo a la Ley N° 031 Marco de Autonomías y Descentralización “Andrés Báñez”, la Ley N° 071 de Derechos de la Madre Tierra y la presente Ley.

2. Incorporación del desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra para Vivir Bien en las políticas, normas, estrategias, planes, programas y proyectos del nivel central del Estado y de las entidades territoriales autónomas.

3. Formular, implementar, realizar el monitoreo y evaluar las políticas, normas, estrategias, planes, programas y proyectos para el cumplimiento de los objetivos, metas

e indicadores del Vivir Bien, a través del desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra.

4. Crear las condiciones necesarias para la realización del ejercicio compatible y complementario de los derechos, obligaciones y deberes para Vivir Bien, en armonía y equilibrio con la Madre Tierra.

5. Garantizar la continuidad de la capacidad de regeneración de los componentes, zonas y sistemas de vida de la Madre Tierra.

6. Promover la industrialización de los componentes de la Madre Tierra, en el marco del respeto de los derechos y de los objetivos del Vivir Bien y del desarrollo integral establecidos en la presente Ley.

7. Avanzar en la eliminación gradual de la contaminación de la Madre Tierra, estableciendo responsabilidades y sanciones a quienes atenten contra sus derechos y especialmente al aire limpio y a vivir libre de contaminación.

Artículo 11. (DEBERES DE LA SOCIEDAD Y LAS PERSONAS). Las personas de forma individual y colectiva tienen el deber de:

1. Asumir conductas individuales y colectivas para avanzar en el cumplimiento de los principios y objetivos de desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra en el marco de la Ley N° 071 de Derechos de la Madre Tierra.

2. Participar en la priorización de sus necesidades para la creación de las condiciones necesarias para el Vivir Bien, su desarrollo integral en concordancia con los Artículos 241 y 242 de la Constitución Política del Estado y el Sistema de Planificación Integral del Estado.

3. Promover de forma sostenida y permanente procesos de desmercantilización de las relaciones entre los seres humanos y la naturaleza.

4. Toda persona natural o jurídica, pública o privada, a momento de obtener la autorización, el permiso o el derecho de aprovechamiento de los componentes de la Madre Tierra, cuando se trate de actividades de alto riesgo para la Madre Tierra y las zonas de vida, deberá, asumir compromisos a través de instrumentos económicos de regulación ambiental conforme a norma específica.

5. El responsable directo del daño ocasionado a los componentes o zonas de vida de la Madre Tierra está obligado a restaurar el mismo, de manera que se aproximen a las condiciones preexistentes al daño, sea directamente o por medio del Estado, cuando corresponda. El Estado Plurinacional de Bolivia a su vez exigirá la devolución de lo erogado al responsable directo, conforme a Ley específica.

CAPÍTULO IV

ALCANCES DE LOS OBJETIVOS DEL VIVIR BIEN A TRAVÉS DEL DESARROLLO INTEGRAL

Artículo 12. (OBJETIVOS DEL VIVIR BIEN A TRAVÉS DEL DESARROLLO INTEGRAL). En el marco del Vivir Bien a través del desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra, se establecen los siguientes objetivos del Estado Plurinacional de Bolivia para la construcción de una sociedad justa, equitativa y solidaria:

1. Saber alimentarse para Vivir Bien.
2. Promover hábitos de consumo sustentables.
3. Establecer procesos de producción no contaminantes y que respetan la capacidad de regeneración de la Madre Tierra, en función del interés colectivo.

4. Conservar los componentes, zonas y sistemas de vida de la Madre Tierra en el marco de un manejo integral y sustentable.
5. Prevenir y disminuir las condiciones de riesgo y vulnerabilidad del pueblo boliviano.
6. Orientar la inversión y distribución de la riqueza con justicia social.
7. Facilitar el acceso equitativo a los componentes de la Madre Tierra.
8. Democratizar el acceso a los medios y factores de producción.
9. Promover fuentes de empleo digno en el marco del desarrollo integral.
10. Facilitar el acceso universal del pueblo boliviano a la educación y salud.

Artículo 13. (SABER ALIMENTARSE PARA VIVIR BIEN). El Estado Plurinacional de Bolivia promoverá el derecho a la alimentación y a la salud con soberanía y seguridad alimentaria, considerando complementariamente en el saber alimentarse todos los objetivos del Vivir Bien, mediante los siguientes aspectos principales:

1. Desarrollo de acciones estatales para el fortalecimiento de los sistemas económicos, productivos, sociales, culturales, políticos y ecológicos de las poblaciones con mayores problemas en la realización del Saber Alimentarse para Vivir Bien en el marco de la reconstitución integral de sus capacidades.
2. Desarrollo de procesos y acciones integrales en el marco del respeto y agradecimiento a la Madre Tierra, priorizando: el acceso a la tierra y territorio con agua

y buena producción; el manejo y el control de los riesgos ambientales, climáticos y la contaminación; la producción, transformación y comercialización de una diversidad de productos ecológicos y orgánicos; acceso a la alimentación y salud en familia y en comunidad revalorizando y fortaleciendo los saberes locales y conocimientos ancestrales y colectivos y la educación para la alimentación; un crecimiento sano de las personas; y más y mejor empleo e ingresos para el pueblo boliviano.

3. Avances progresivos del Estado Plurinacional de Bolivia y de acuerdo a sus capacidades para garantizar el acceso a los alimentos en cantidad y calidad para las poblaciones que no pueden conseguirlos por sí mismos en su vida diaria.

4. Reconocimiento y fomento a la diversificación de la producción, la diversidad de los productos en los mercados, las prácticas de intercambio comunitarios y en la dieta alimentaria, la protección a las variedades locales y nativas, así como el fomento a las culturas y tradiciones alimentarias.

5. Acciones para evitar la mercantilización de los recursos genéticos, la privatización del agua, la biopiratería y el traslado ilegal de material genético, así como la participación de monopolios y/o oligopolios en la producción y comercialización de semillas y alimentos.

6. Priorización del abastecimiento interno con producción nacional, fomento del comercio justo y solidario de productos agropecuarios y provenientes del bosque, así como de la formulación de políticas comerciales que beneficien al pequeño productor y a la economía comunitaria.

7. Protección de la población de la malnutrición con énfasis en el control de la comercialización de alimentos que dañan la salud humana.

8. Sanciones a la especulación financiera basada en la producción y comercialización de alimentos.

9. Establecimiento de mejores condiciones y capacidades integrales para la producción, acceso y consumo de alimentos más sanos, inocuos, nutritivos, agroecológicos y culturalmente adecuados para los seres humanos, con énfasis en las áreas urbanas.

10. Revalorización y fortalecimiento de los sistemas de vida de los pequeños productores, de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, comunidades interculturales y afrobolivianas, cooperativas y otros sistemas asociativos, a través del manejo sustentable de su biodiversidad y del respeto, revalorización y reafirmación de sus saberes en el marco de la diversidad cultural.

11. Desarrollo de procesos de educación alimentaria y nutricional, promoción de micronutrientes y alimentos biofortificados.

12. Planificación estratégica alimentaria participativa de la sociedad civil organizada, naciones y pueblos indígena originario campesinos, comunidades interculturales y afrobolivianas, y asociaciones de los actores productivos de la economía plural, sobre la base de la vocación y potencial productivo de las zonas de vida y en el marco de estrategias, planes y programas de desarrollo productivo agropecuario, agroforestal y piscícola integral y sustentable.

Artículo 14. (PROMOVER HÁBITOS DE CONSUMO SUSTENTABLES). El Estado Plurinacional de Bolivia impulsará un cambio gradual hacia el establecimiento de hábitos de consumo sustentables del pueblo boliviano, mediante los siguientes aspectos principales:

1. Acciones para fortalecer hábitos de consumo sustentables que se basan en las relaciones de complementariedad entre los seres humanos con la Madre Tierra y están limitados por las capacidades de regeneración de sus componentes y sistemas de vida.

2. Acciones para promover que el uso de bienes y servicios que responden a satisfacer las necesidades básicas del pueblo boliviano minimicen el aprovechamiento desmedido de los componentes de la Madre Tierra, el empleo de materiales tóxicos, y las emisiones de desperdicios y contaminantes.

3. Promoción y fortalecimiento de conductas individuales y colectivas que valoren el consumo de los alimentos ecológicos nacionales, el uso racional de energía, la conservación del agua, la reducción del consumismo, el tratamiento de los residuos sólidos y el reciclaje.

4. Desarrollo de acciones informativas y educativas para reforzar los valores, toma de decisiones y comportamiento del pueblo boliviano hacia un consumo informado y responsable que evalúa los beneficios culturales, ambientales, sociales y económicos de las actividades productivas y la utilización sustentable de los componentes de la Madre Tierra.

5. Promover la investigación científica de la interrelación entre la alimentación y salud.

Artículo 15. (ESTABLECER PROCESOS DE PRODUCCIÓN NO CONTAMINANTES Y QUE RESPETAN LA CAPACIDAD DE REGENERACIÓN DE LA MADRE TIERRA EN FUNCIÓN DEL INTERÉS PÚBLICO). El Estado Plurinacional de Bolivia impulsará de forma progresiva y de acuerdo a las circunstancias locales, la creación y fortalecimiento de patrones de producción más sustentables, limpios y que contribuyan a una mayor calidad ambiental, mediante:

1. Impulso al uso y aprovechamiento de los recursos naturales renovables de la Madre Tierra de acuerdo a su capacidad de regeneración y a la capacidad de las zonas de vida de asimilar daños, reconociendo que las relaciones económicas están limitadas

por la capacidad de regeneración que tiene la Madre Tierra y sus zonas de vida, en función del interés colectivo para Vivir Bien.

2. Transformación progresiva de la matriz energética del país hacia fuentes renovables y más limpias.

3. Acciones para promover el incremento progresivo de la eficiencia en el uso y aprovechamiento sustentable de los componentes no renovables de la Madre Tierra y para que los procesos vinculados a actividades extractivas e industriales utilicen las mejores tecnologías disponibles para prevenir, mitigar y remediar los daños causados y para restaurar los componentes y las zonas de vida de la Madre Tierra.

4. Fortalecimiento de sistemas productivos compatibles con la vocación productiva de las zonas y sistemas de vida en los procesos de satisfacción de las necesidades del pueblo boliviano.

5. La maximización de la eficiencia energética en los procesos productivos y la toma de decisiones y acciones que eviten daños irreversibles a los componentes, zonas y sistemas de vida de la Madre Tierra.

6. Desarrollo de procesos productivos agropecuarios, que garanticen una mayor productividad, la capacidad de regeneración de la Madre Tierra, el respeto a las zonas y sistemas de vida de las diferentes regiones y la prioridad de garantizar la soberanía y seguridad alimentaria.

7. Acciones para sustituir gradualmente y limitar la utilización de tecnologías degradantes y compuestos químicos tóxicos que puedan ser reemplazados con otras alternativas equivalentes ecológica y socialmente adecuadas.

8. Acciones para evitar la monoproducción que deteriora las prácticas productivas locales y facilita la degradación de los componentes y zonas de vida de la Madre Tierra.

9. Establecimiento de mecanismos para que las personas individuales y colectivas, públicas o privadas, responsables de la contaminación y/o daño a los componentes y zonas de vida de la Madre Tierra, realicen las acciones necesarias para la efectiva restauración o rehabilitación de los mismos, así como la mitigación de los daños.

Artículo 16. (CONSERVAR LOS COMPONENTES, ZONAS Y SISTEMAS DE VIDA DE LA MADRE TIERRA EN EL MARCO DE UN MANEJO INTEGRAL Y SUSTENTABLE). El Estado Plurinacional de Bolivia promoverá el manejo integral y sustentable de los componentes, zonas y sistemas de vida para garantizar el sostenimiento de las capacidades de regeneración de la Madre Tierra, mediante los siguientes aspectos principales:

1. Generación de condiciones necesarias para el uso y aprovechamiento de los componentes de la Madre Tierra en el marco de sistemas de vida sustentables que desarrollen integralmente los aspectos sociales, ecológicos, culturales y económicos del pueblo boliviano tomando en cuenta los saberes y conocimientos de cada nación y pueblo indígena originario campesino, comunidad intercultural y afroboliviana, en el marco de la consulta previa, libre e informada.

2. Planificación y regulación de la ocupación territorial y el uso de los componentes de la Madre Tierra de acuerdo a las vocaciones ecológicas y productivas de las zonas de vida, las tendencias del cambio climático y los escenarios deseados por la población en el marco del Vivir Bien, a través del desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra.

3. Acciones para garantizar el aprovechamiento sustentable de la tierra y territorios, bajo cualquier forma de propiedad, incorporando criterios sociales, económicos, productivos, ecológicos, espirituales y de sostenimiento de la capacidad de regeneración de la Madre Tierra en la función social y función económico social.

4. Fomento, control y fiscalización del aprovechamiento de los componentes de la Madre Tierra de acuerdo a cada zona de vida y sistemas de vida, respetando los fines y objetivos de las áreas protegidas del Sistema Nacional, Departamental, y Municipal de Áreas Protegidas.

5. La gestión, uso y aprovechamiento de los componentes renovables de la Madre Tierra, debe garantizar que la velocidad de reposición de dichos componentes sea igual o mayor a su velocidad de agotamiento.

6. Reconocimiento, respeto y promoción de la gestión territorial integral y sustentable de los componentes de la Madre Tierra, que se encuentran en los territorios de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, comunidades interculturales y afrobolivianas, en el marco de la recuperación y uso de las normas, procedimientos, prácticas, saberes y conocimientos tradicionales propios y de las normas del Estado Plurinacional de Bolivia.

7. Fortalecimiento de las prácticas productivas locales para el uso y aprovechamiento de los componentes de la Madre Tierra, fortaleciendo los medios de vida, capacidades organizacionales y habilidades de las poblaciones locales en el marco del manejo múltiple y diversificado de las zonas de vida.

8. Disponer recursos económicos para programas de restauración o rehabilitación de los componentes o zonas de vida dañados, sin perjuicio de las responsabilidades en que incurran los causantes del daño y de la exigencia del Estado Plurinacional de Bolivia, del desembolso de los costos emergentes de las medidas de restauración.

9. La integridad de las zonas y sistemas de vida debe ser asegurada mediante el control y monitoreo participativo por parte del Estado Plurinacional de Bolivia en todos los niveles territoriales y de forma complementaria con los actores productivos y las comunidades locales; bajo parámetros y lineamientos emitidos por el nivel central del Estado, de acuerdo a lo establecido en la Constitución Política del Estado. Las naciones y pueblos indígena originario campesinos, comunidades interculturales y afrobolivianas desarrollarán estos procesos en sus territorios, de acuerdo a sus normas y procedimientos propios conforme a Ley.

Artículo 17. (PREVENIR Y DISMINUIR LAS CONDICIONES DE RIESGO Y VULNERABILIDAD DE LA MADRE TIERRA Y DEL PUEBLO BOLIVIANO). El Estado Plurinacional de Bolivia promoverá acciones para prevenir y disminuir las condiciones de riesgo y vulnerabilidad de la Madre Tierra y del pueblo boliviano ante los desastres naturales e impactos del cambio climático, mediante los siguientes aspectos principales:

1. Incorporación e innovación permanente del enfoque de prevención, gestión del riesgo de desastres y de adaptación al cambio climático en el Sistema de Planificación Integral del Estado Plurinacional de Bolivia.

2. Acciones de gestión de riesgo en el sector agropecuario para prevenir la disminución de las capacidades de producción alimentaria del país en el marco de la soberanía y seguridad alimentaria con énfasis en la población y regiones más vulnerables.

3. Integración del enfoque de reducción del riesgo de desastres y adaptación al cambio climático en los programas y proyectos de desarrollo del nivel central del Estado y de las entidades territoriales autónomas, fortaleciendo las capacidades institucionales y mejorando los procesos de coordinación entre las entidades competentes en la planificación, gestión y ejecución de intervenciones en esta materia, en el marco de sus competencias.

4. Desarrollo de redes de información climática, alerta temprana y estrategias de información y difusión para la prevención de los desastres naturales, con la incorporación de medios de comunicación en acciones de sensibilización de la población y con énfasis en el sector agropecuario y el cambio climático considerando las experiencias y la sabiduría de las naciones indígena originario campesinas, comunidades interculturales y afrobolivianas en el manejo de indicadores para la predicción climática local.

5. Fortalecimiento de los procesos de gestión territorial en las entidades territoriales autónomas y en los territorios, bajo cualquier forma de propiedad, con un enfoque de gestión de riesgos y de adaptación al cambio climático.

6. Articulación entre entidades públicas, privadas, sector académico y organizaciones sociales para desarrollar procesos de investigación, información, planificación y ejecución de intervenciones en la gestión del riesgo de desastres con un enfoque de adaptación al cambio climático.

Artículo 18. (ORIENTAR LA INVERSIÓN Y DISTRIBUCIÓN DE LA RIQUEZA DEL ESTADO CON JUSTICIA SOCIAL). El Estado Plurinacional de Bolivia creará condiciones para que la distribución de la riqueza generada por los sectores estratégicos de la economía, basados en el aprovechamiento y transformación de los recursos naturales renovables y no renovables, tenga un impacto directo en la construcción de una sociedad más justa, equitativa y solidaria sin pobreza material, social y espiritual, mediante los siguientes criterios principales:

1. Potenciamiento productivo de las diferentes formas de la economía plural con énfasis en los pequeños productores y en la economía comunitaria.

2. Establecimiento de equilibrios en la distribución de la riqueza en base a las necesidades de las regiones y a la reducción de las desigualdades socioeconómicas regionales.
3. Prioridad en la inversión de la riqueza de forma inversamente proporcional a la concentración de servicios financieros y no financieros.
4. Reducción de las vulnerabilidades regionales que resultan del impacto del cambio climático en el pueblo boliviano y en las zonas de vida del país.
5. La participación del Estado Plurinacional de Bolivia como actor económico productivo estratégico, regulador, dinamizador de las relaciones económicas y redistribuidor del excedente entre las distintas formas de organización de la economía plural.

Artículo 19. (FACILITAR EL ACCESO EQUITATIVO A LOS COMPONENTES DE LA MADRE TIERRA). El Estado Plurinacional de Bolivia facilitará la reducción de las diferencias con relación al acceso del pueblo boliviano a la tierra, agua, bosques, biodiversidad y otros componentes de la Madre Tierra así, mediante los siguientes aspectos principales:

1. Acciones para que la distribución de los componentes de la Madre Tierra responda a la construcción de una sociedad justa, equitativa y solidaria sin pobreza material, social y espiritual.
2. Eliminación de la concentración de la propiedad de la tierra o latifundio y otros componentes de la Madre Tierra en manos de propietarios agrarios y empresas para que se logre una mayor equidad en el acceso a los beneficios de la Madre Tierra, con énfasis en la soberanía y seguridad alimentaria y en el fortalecimiento de la economía comunitaria, en el marco de lo dispuesto por el Capítulo IX del Título II Cuarta Parte de la Constitución Política del Estado.

3. Regulación y control de la extranjerización en la propiedad, acceso y aprovechamiento de los componentes de la Madre Tierra.

4. Establecimiento de condiciones equitativas en el acceso al agua para consumo, riego y uso industrial en el marco de la gestión integral de cuencas y recursos hídricos.

Artículo 20. (DEMOCRATIZAR EL ACCESO A LOS MEDIOS Y FACTORES DE PRODUCCIÓN). El Estado Plurinacional de Bolivia promoverá un mayor acceso y control del Estado y del pueblo boliviano a los medios y factores de producción para mejorar su capacidad de producción, agregación de valor y su comercialización, mediante los siguientes aspectos principales:

1. Potenciamiento del sistema productivo estatal, en el marco de la economía plural, para la generación y diversificación de la riqueza productiva.

2. El acceso equitativo a los medios y factores de producción para el pueblo boliviano, promoviendo formas comunitarias y colectivas de producción, urbanas y rurales, con impulso a los procesos productivos sustentables, diversificación y agregación de valor.

3. La ampliación y acceso expedito por parte del pueblo boliviano a mercados y prácticas de intercambio, servicios de asistencia técnica, procesos de innovación, diálogo de saberes y desarrollo técnico y tecnológico que promuevan y fortalezcan emprendimientos productivos y de servicios sustentables.

4. Desarrollo de complejos productivos, en el marco de la economía plural, incluyendo encadenamientos productivos entre sectores y regiones que dinamicen economías locales e iniciativas vinculadas a la micro, pequeña, mediana empresa y

economía comunitaria, involucrando con prioridad a los sectores agropecuario, artesanal, industrial y de servicios.

5. Profundización de la democratización y diversificación del sistema financiero priorizando el desarrollo del sector productivo y la demanda de las productoras y los productores históricamente excluidos, así como la soberanía y seguridad alimentaria, con un enfoque de género y de sustentabilidad.

6. Promoción y financiamiento del desarrollo productivo nacional con características de solidaridad y fomento, con tasas de interés, garantías, plazos y otras condiciones de financiamientos convenientes y acordes al ciclo de producción de los sectores productivos.

7. Orientación y apoyo a la transformación, diversificación y crecimiento de la matriz productiva, a partir de la otorgación de financiamiento en articulación con servicios no financieros que respondan a las necesidades y características de los productores.

Artículo 21. (PROMOVER FUENTES DE EMPLEO DIGNO EN EL MARCO DEL VIVIR BIEN, A TRAVÉS DEL DESARROLLO INTEGRAL). El Estado Plurinacional de Bolivia impulsará la creación, consolidación y fortalecimiento de más y mejor empleo digno para el pueblo boliviano, mediante los siguientes aspectos principales:

1. Promoción de empleo a través del incentivo a una economía diversificada en el marco de la economía plural, democratización del acceso a los medios y factores de producción, y fortalecimiento del desarrollo productivo de la micro, pequeña, mediana empresa y economía comunitaria.

2. Institucionalización de un servicio público de empleo de alcance plurinacional para contribuir a la inserción laboral de los trabajadores.

3. Desarrollo de procesos de certificación de competencias laborales y capacitación de mano de obra calificada.

4. Acciones para apoyar en el ámbito plurinacional a los procesos de inserción de las y los jóvenes a los mercados y prácticas de intercambio laborales permitiéndoles acceder a fuentes de trabajo de carácter estable.

Artículo 22. (FACILITAR EL ACCESO UNIVERSAL DEL PUEBLO BOLIVIANO A LA EDUCACIÓN Y SALUD). El Estado Plurinacional de Bolivia fortalecerá las condiciones básicas para una vida integral y sana de las personas y de la sociedad así como de una educación relacionada con las necesidades del desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra para Vivir Bien, en el marco de la Ley N° 070 de la Educación “Avelino Siñani – Elizardo Pérez”.

TÍTULO III

BASES Y ORIENTACIONES DEL VIVIR BIEN A TRAVÉS
DEL DESARROLLO INTEGRAL EN ARMONÍA Y EQUILIBRIO CON LA MADRE
TIERRA

CAPÍTULO I

BASES Y ORIENTACIONES

Artículo 23. (CONSERVACIÓN DE LA DIVERSIDAD BIOLÓGICA Y CULTURAL). Las bases y orientaciones del Vivir Bien a través del desarrollo integral en conservación de la diversidad biológica y cultural, incluyendo Áreas Protegidas, son:

1. Desarrollar políticas, estrategias, planes, programas y proyectos de uso, aprovechamiento, protección y conservación de la biodiversidad de forma participativa, de acuerdo a las características de cada sistema de vida.

2. Fomentar el desarrollo de capacidades para la evaluación de riesgos para la biodiversidad, la salud humana y los sistemas de vida, inherentes a la introducción de especies exóticas invasoras, productos agrícolas y otros.

3. Establecer e implementar políticas, planes, programas y proyectos para el mantenimiento del patrimonio genético y la diversidad de recursos genéticos existente en el país y los conocimientos ancestrales asociados a éstos.

4. Promover la conservación y protección de las zonas de recarga hídrica, cabeceras de cuenca, franjas de seguridad nacional del país y áreas con alto valor de conservación, en el marco del manejo integral de cuencas.

5. Respeto a la clasificación de las zonas y sistemas de vida y cumplimiento estricto de la aptitud de uso del suelo por parte del nivel central del Estado, entidades territoriales autónomas y propietarios agrarios y comunitarios.

6. Fortalecer y promover el Sistema de Áreas Protegidas Nacional, Departamental, y Municipal definidos en la Constitución Política del Estado, como uno de los principales instrumentos de defensa de la Madre Tierra. Las Áreas Protegidas y otras áreas de conservación y protección están sujetas a Ley específica.

Artículo 24. (AGRICULTURA, PESCA Y GANADERÍA). Las bases y orientaciones del Vivir Bien, a través del desarrollo integral en agricultura y ganadería son:

1. Encarar la revolución productiva comunitaria agropecuaria, estableciendo como objetivo fundamental el logro de la soberanía con seguridad alimentaria.

2. Maximizar la eficiencia productiva y energética para minimizar el avance de la frontera agrícola, la afectación irreversible a las zonas de vida, y el uso y aprovechamiento de otros componentes de la Madre Tierra.

3. Establecer los límites máximos de uso y aprovechamiento de los componentes de la Madre Tierra de acuerdo a cada zona y sistema de vida.

4. Desarrollar políticas de gestión armónica, adecuada, responsable y participativa de la producción agropecuaria de acuerdo a las características y la vocación regional de cada sistema de vida.

5. Priorizar e incentivar la agricultura, pesca, ganadería familiar comunitaria y la agroecología, de acuerdo a la cosmovisión de cada pueblo indígena originario campesino y comunidad intercultural y afroboliviana, con un carácter diversificado, rotativo y ecológico, para la soberanía con seguridad alimentaria, buscando el diálogo de saberes.

6. Promover e incentivar la agricultura y ganadería empresarial siempre y cuando incorporen tecnologías y prácticas que garantizan la capacidad de regeneración de las zonas y sistemas de vida, el incremento de la productividad de carácter diversificado y ecológico, para garantizar la soberanía y seguridad alimentaria.

7. Desarrollar acciones de protección del patrimonio genético de la agrobiodiversidad, prohibiendo la introducción, producción, uso, liberación al medio y comercialización de semillas genéticamente modificadas en el territorio del Estado Plurinacional de Bolivia, de las que Bolivia es centro de origen o diversidad y de aquellas que atenten contra el patrimonio genético, la biodiversidad, la salud de los sistemas de vida y la salud humana.

8. Desarrollar acciones que promuevan la eliminación gradual de cultivos de organismos genéticamente modificados autorizados en el país a ser determinada en norma específica.

9. Desarrollar capacidades institucionales, técnicas, tecnológicas y legales para la detección, análisis de riesgos y control de organismos genéticamente modificados y sus derivados en condiciones de tránsito, así como para el monitoreo de aquellos presentes en el país con fines de su gradual eliminación.

10. Desarrollar sistemas de investigación, innovación tecnológica y de información oportuna así como un sistema de regulación de la producción y comercialización de los alimentos considerando elementos de volumen, calidad, tiempo y generación de reservas.

11. Prohibir la producción de agrocombustibles y la comercialización de productos agrícolas para la producción de los mismos en tanto que es prioridad del Estado Plurinacional de Bolivia precautelar la soberanía con seguridad alimentaria.

12. Mejorar el acceso a insumos, infraestructura productiva, asistencia técnica y capacitación.

13. Regular el uso de plaguicidas y otros insumos agropecuarios que causan daño y a la salud humana, según norma específica.

14. Promover e incentivar la agricultura urbana y periurbana en armonía y equilibrio con la Madre Tierra para el consumo familiar.

15. Fortalecer las capacidades orgánicas, productivas, de transformación, comercialización y financiamiento de las comunidades indígena originario campesinas, comunidades interculturales y afrobolivianas, desde un enfoque intercultural que recupere los saberes, prácticas y conocimientos ancestrales.

16. Identificar, actualizar, clasificar y delimitar la superficie agrícola total en base a la vocación de uso de suelo para promover mayor productividad de las actividades

agropecuarias, evitando la ampliación de la frontera agrícola en el marco de la soberanía con seguridad alimentaria.

Artículo 25. (BOSQUES). Las bases y orientaciones del Vivir Bien, a través del desarrollo integral en bosques son:

1. Realizar un manejo integral y sustentable de los bosques con normas y criterios de gestión regionalizada ajustada a cada tipo de bosque de acuerdo a las zonas y sistemas de vida como condición para la preservación de derechos de uso y aprovechamiento.

2. Identificar, actualizar y clasificar la superficie boscosa total y las funciones del bosque para el uso y aprovechamiento planificado de los productos maderables y no maderables y la protección de los bosques primarios.

3. Promover y desarrollar políticas de manejo integral y sustentable de bosques de acuerdo a las características de las diferentes zonas y sistemas de vida, incluyendo programas de forestación, reforestación y restauración de bosques, acompañados de la implementación de sistemas agroforestales sustentables, en el marco de las prácticas productivas locales y de regeneración de los sistemas de vida.

4. Prohibir de manera absoluta la conversión de uso de suelos de bosque a otros usos en zonas de vida de aptitud forestal, excepto cuando se trata de proyectos de interés nacional y utilidad pública.

Artículo 26. (MINERÍA E HIDROCARBUROS). Las bases y orientaciones del Vivir Bien, a través del desarrollo integral en minería e hidrocarburos son:

1. Las actividades de exploración, explotación, refinación, transformación, industrialización, transporte y comercialización de recursos mineros e hidrocarbúricos serán realizadas de forma progresiva, según corresponda con las tecnologías más

adecuadas y limpias con el objetivo de reducir al máximo los daños ambientales y sociales.

2. Los procesos productivos mineros e hidrocarburíferos se desarrollarán en el marco de instrumentos específicos de regulación y gestión de los sistemas de vida, mismos que estarán sujetos a procesos de monitoreo técnico integral recurrente e interinstitucional y auditorías de sistemas de vida con participación de la población afectada por éstos procesos productivos. Cuando los mismos se desarrollen en territorios de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, comunidades interculturales y afrobolivianas, la participación en dicha auditoría se realizará en el marco de sus normas y procedimientos propios conforme a Ley.

3. Desarrollar procesos de industrialización en minería e hidrocarburos que han cumplido los requisitos con el Estado y que garanticen el sostenimiento de las capacidades de regeneración de las zonas y sistemas de vida.

4. Establecer medidas para que las empresas públicas y privadas, nacionales y extranjeras o cooperativas, que desarrollen actividades, obras o proyectos mineros e hidrocarburíferos, realicen procesos de restauración de las zonas de vida y mitigación de daños. Los pequeños productores mineros y cooperativas mineras realizarán estos procesos conjuntamente con las entidades competentes del Estado Plurinacional de Bolivia.

5. Establecer medidas para que las empresas públicas y privadas, nacionales y extranjeras o cooperativas mineras e hidrocarburíferas, que ocasionen daños irreversibles a los componentes de la Madre Tierra, sean sujetos a responsabilidades de acuerdo a Ley específica.

6. Toda forma de aprovechamiento de los componentes de la Madre Tierra, no metálicos, salmueras, evaporíticos y otros existentes, deben realizarse bajo procesos

de extracción y transformación en el marco de la armonía y equilibrio con la Madre Tierra.

Artículo 27. (AGUA). Las bases y orientaciones del Vivir Bien a través del desarrollo integral en agua son:

1. Garantizar el derecho al agua para la vida, priorizando su uso, acceso y aprovechamiento como recurso estratégico en cantidad y calidad suficiente para satisfacer de forma integral e indistinta la conservación de los sistemas de vida, la satisfacción de las necesidades domésticas de las personas y los procesos productivos para garantizar la soberanía y seguridad alimentaria.

2. Toda actividad industrial y extractiva, que implique el aprovechamiento del agua según corresponda, debe implementar, entre otros, dinámicas extractivas y de transformación adecuadas que incluyen plantas y/o procesos de tratamiento que minimicen los efectos de la contaminación, así como la regulación de la descarga de desechos tóxicos a las fuentes de agua. Los pequeños productores mineros, cooperativas mineras y empresas comunitarias, desarrollarán estas acciones conjuntamente con el Estado Plurinacional de Bolivia.

3. El agua en todos sus ciclos hídricos y estados, superficiales y subterráneos, así como sus servicios, no podrán ser objeto de apropiaciones privadas ni ser mercantilizados. El acceso al agua estará sujeto a un régimen de licencia, registros y autorizaciones conforme a Ley del Agua específica.

4. Regular, proteger y planificar el uso, acceso y aprovechamiento adecuado, racional y sustentable de los componentes hídricos, con participación social, estableciendo prioridades para el uso del agua potable para el consumo humano.

5. Regular, monitorear y fiscalizar los parámetros y niveles de la calidad de agua.

6. Promover el aprovechamiento y uso sustentable del agua para la producción de alimentos de acuerdo a las prioridades y potencialidades productivas de las diferentes zonas.

7. Garantizar la conservación, protección, preservación, restauración, uso sustentable y gestión integral de las aguas fósiles, glaciales, humedales, subterráneas, minerales, medicinales y otras, priorizando el uso del agua para la vida.

8. Promover el aprovechamiento de los recursos hídricos de los ríos, lagos y lagunas que conforman las cuencas hidrográficas, considerados recursos estratégicos por su potencialidad, por la variedad de recursos naturales que contienen y por ser parte fundamental de los ecosistemas, para el desarrollo y la soberanía boliviana.

9. Regular y desarrollar planes interinstitucionales de conservación y manejo sustentable de las cuencas hidrográficas, bajo parámetros y lineamientos emitidos por el nivel central del Estado Plurinacional de Bolivia, de acuerdo a lo establecido en la Constitución Política del Estado, destinados a garantizar la soberanía con seguridad alimentaria y los servicios básicos y la conservación de los sistemas de vida, en el marco de las normas y procedimientos propios de los pueblos indígena originario campesinos, comunidades interculturales y afrobolivianas, conforme a Ley.

10. Desarrollar planes de gestión integral de las aguas en beneficio del pueblo y resguardar de forma permanente las aguas fronterizas y transfronterizas, para la conservación de la riqueza hídrica que contribuirá a la integración y salud de los pueblos.

11. Adoptar, innovar y desarrollar prácticas y tecnologías para el uso eficiente, la captación, almacenamiento, reciclaje y tratamiento de agua.

12. Desarrollar políticas para el cuidado y protección de las cabeceras de cuenca, fuentes de agua, reservorios y otras, que se encuentran afectados por el cambio climático, la ampliación de la frontera agrícola o los asentamientos humanos no planificados y otros.

13. El aprovechamiento del agua para uso industrial estará sujeto a una regulación específica a ser determinada por la autoridad nacional competente, cuyos beneficios, cuando corresponda, serán invertidos en proyectos locales de desarrollo integral.

Artículo 28. (TIERRA Y TERRITORIO). Las bases y orientaciones del Vivir Bien, a través del desarrollo integral en tierra y territorio son:

1. En concordancia con el Artículo 94 de la Ley N° 031 Marco de Autonomías y Descentralización “Andrés Báñez”, el ordenamiento territorial debe integrar la gestión integral de los sistemas de vida en armonía y equilibrio con la Madre Tierra, respetando la cosmovisión de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, comunidades interculturales y afrobolivianas, cuando corresponda.

2. Las tierras fiscales serán dotadas, distribuidas y redistribuidas de manera equitativa con prioridad a las mujeres, pueblos indígena originario campesinos, comunidades interculturales y afrobolivianas que no las posean, garantizando su uso y aprovechamiento de acuerdo a las características de las zonas y sistemas de vida, según Ley de Tierra y Territorio específica.

3. El Estado reconoce la integridad y unidad de los territorios indígena originario campesinos y garantiza el ejercicio pleno de los derechos de la totalidad de naciones y pueblos que coexisten en un territorio indígena originario campesino.

4. Establecimiento de instrumentos institucionales, técnicos y jurídicos para verificar que el uso de la tierra y territorios se ajusten a las características de las zonas

y sistemas de vida, incluyendo la vocación de uso y aprovechamiento, condiciones para la continuidad de los ciclos de vida y necesidades de restauración.

5. Planificación del desarrollo integral incorporando el manejo integral de cuencas en la gestión de los componentes, zonas y sistemas de vida de la Madre Tierra, fortaleciendo los usos y costumbres, y promoviendo la innovación en la gestión del territorio.

Artículo 29. (AIRE Y CALIDAD AMBIENTAL). Las bases y orientaciones del Vivir Bien a través del desarrollo integral en aire y calidad ambiental son:

1. Implementar medidas de control, prevención y mitigación para garantizar el aire limpio.

2. Regular, monitorear y fiscalizar los niveles de contaminación atmosférica por quemas, emisiones de gases de efecto invernadero, uso de aerosoles que afectan negativamente la capa de ozono y efectos del ruido y otros contaminantes atmosféricos para todos los sectores y actividades públicas y privadas, a fin de preservar y mantener la salud y el bienestar de la población.

3. Regular, monitorear y fiscalizar los niveles de contaminación electromagnética.

4. Regular, monitorear y fiscalizar la contaminación que resulta de las actividades extractivas y de la industria.

5. Establecer políticas para la preservación, conservación, mejoramiento y restauración de la calidad ambiental urbana y rural.

Artículo 30. (ENERGÍA). Las bases y orientaciones del Vivir Bien, a través del desarrollo integral en energía son:

1. Establecer la política energética y las medidas para lograr el cambio gradual de la matriz energética proveniente de recursos naturales no renovables a través de la sustitución paulatina de combustibles líquidos por gas natural, así como el incremento gradual de las energías renovables en sustitución de las provenientes de recursos no renovables.

2. Garantizar que se incorpore al Sistema Interconectado Nacional (SIN), un porcentaje de generación de energía proveniente de fuentes de energías alternativas renovables, que será incrementado gradualmente de forma sostenida.

3. Desarrollar, planes y programas de generación de energías alternativas renovables e incentivos para la producción y uso doméstico, priorizando las energías: solar y eólica, y las microcentrales hidroeléctricas y el ahorro energético nacional.

4. Promover la implementación de tecnologías y prácticas que garanticen la mayor eficiencia en la producción y uso de energía en armonía y equilibrio con los sistemas de vida y la Madre Tierra, de acuerdo a Ley específica.

5. Desarrollar políticas de importación, producción y comercialización de tecnologías, equipos y productos de eficiente consumo energético.

Artículo 31. (GESTIÓN DE RESIDUOS). Las bases y orientaciones del Vivir Bien, a través del desarrollo integral en gestión de residuos son:

1. Promover la transformación de los patrones de producción y hábitos de consumo en el país y la recuperación y reutilización de los materiales y energías contenidos en los residuos, bajo un enfoque de gestión cíclica de los mismos.

2. Desarrollar mecanismos institucionales, técnicos y legales de prevención, disminución y reducción de la generación de los residuos, su utilización, reciclaje

tratamiento, disposición final sanitaria y ambientalmente segura, en el marco del Artículo 299 parágrafo II numerales 8 y 9 de la Constitución Política del Estado.

3. Garantizar el manejo y tratamiento de residuos de acuerdo a Ley específica.

4. Desarrollar acciones educativas sobre la gestión de residuos en sus diferentes actividades para la concienciación de la población boliviana.

Artículo 32. (CAMBIO CLIMÁTICO). Las bases y orientaciones del Vivir Bien, a través del desarrollo integral en cambio climático son:

1. Establecer políticas, estrategias, planes, mecanismos organizativos, institucionales, técnicos y legales para la mitigación y adaptación al cambio climático y desarrollo de medidas de respuesta efectivas a sus impactos en armonía y equilibrio con la Madre Tierra.

2. Desarrollar capacidades institucionales y técnicas para el monitoreo, modelación y pronósticos de escenarios para la planificación y toma de decisiones sobre cambio climático a largo plazo.

3. Promover la recuperación y aplicación de prácticas, tecnologías, saberes y conocimientos ancestrales de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, y las comunidades interculturales y afrobolivianas para el desarrollo de medidas de respuesta efectivas a los impactos del cambio climático en armonía y equilibrio con los sistemas de vida, priorizando la soberanía y seguridad alimentaria de los bolivianos.

4. Desarrollar y mejorar la capacidad de prevención y gestión de riesgos ante eventos climáticos extremos, con énfasis en las regiones con sistemas de vida más vulnerables al riesgo del cambio climático.

5. Todos los planes y programas de reducción de emisiones de Gases de Efecto Invernadero (GEI), estarán enfocados en la no mercantilización de las funciones ambientales de los componentes de la Madre Tierra, por lo que no incluirán mecanismos de financiamiento asociados a los mercados de carbono.

6. El Estado impulsará que los recursos financieros de los fondos orientados al cambio climático, estén destinados al manejo integral y sustentable de todos los componentes de la Madre Tierra, promoviendo la capacidad de sostenimiento y adaptación de los sistemas de vida.

Artículo 33. (EDUCACIÓN INTRACULTURAL E INTERCULTURAL, DIÁLOGO DE CONOCIMIENTOS Y SABERES). Las bases y orientaciones del Vivir Bien, a través del desarrollo integral en educación intracultural e intercultural y en el diálogo de conocimientos y saberes son:

1. Desarrollar políticas para la revalorización, protección y aplicación de conocimientos ancestrales, colectivos e individuales de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, comunidades interculturales y afrobolivianas, relacionados con la capacidad de regeneración de la Madre Tierra y el uso de la biodiversidad. Estos conocimientos se utilizarán en beneficio de todo el pueblo boliviano, previa consulta con la nación, pueblo y comunidad correspondiente y respetando sus derechos colectivos e individuales de propiedad intelectual sobre dichos conocimientos ancestrales.

2. Desarrollar y aplicar políticas destinadas a fomentar y promocionar la investigación participativa revalorizadora a partir del diálogo de saberes entre la ciencia occidental moderna y las ciencias de las naciones indígena originario campesinas.

3. Incorporar la concepción de desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra para Vivir Bien en el Sistema Educativo Plurinacional de acuerdo a la Ley N° 070 de la Educación “Avelino Siñani – Elizardo Pérez”, y la presente Ley.

4. Fomentar e incentivar el desarrollo de competencias, aptitudes y habilidades físicas e intelectuales relacionadas con la conservación y protección del medioambiente, la biodiversidad y el territorio en el marco del enfoque de desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra para Vivir Bien.

TÍTULO IV

PROTECCIÓN Y GARANTÍA DE LOS DERECHOS

DE LA MADRE TIERRA PARA VIVIR BIEN

CAPÍTULO I

PROTECCIÓN ADMINISTRATIVA

Y JURISDICCIONAL DE LOS DERECHOS DE LA MADRE TIERRA

Artículo 34. (PROTECCIÓN DE LOS DERECHOS). Son encargadas de proteger los derechos de la Madre Tierra, sus sistemas de vida y sus componentes, en el marco del desarrollo integral para Vivir Bien, las autoridades públicas administrativas y jurisdiccionales en función a sus competencias.

Artículo 35. (PROTECCIÓN ADMINISTRATIVA). El Estado Plurinacional de Bolivia en todos sus niveles, deberá elaborar normas específicas y prever instancias técnico-administrativas sancionatorias por actos u omisiones que contravengan a la presente Ley.

Artículo 36. (PROTECCIÓN JURISDICCIONAL). Los derechos de la Madre Tierra, en el marco del desarrollo integral para Vivir Bien, son protegidos y defendidos ante la jurisdicción Ordinaria, la jurisdicción Agroambiental y la jurisdicción Indígena Originaria Campesina, en el marco de la Constitución Política del Estado, la Ley del Órgano Judicial y Leyes Específicas, en el ámbito de sus competencias.

Artículo 37. (OBLIGACIÓN DE COOPERACIÓN). Con el fin de garantizar la protección de los derechos de la Madre Tierra, en el marco del desarrollo integral para Vivir Bien, toda persona, autoridad pública o autoridad indígena originaria campesina y

organizaciones de la sociedad civil, tienen la obligación de cooperar con la autoridad jurisdiccional competente, cuando ésta lo requiera de acuerdo a procedimientos.

Artículo 38. (CARÁCTER DE LA VULNERACIÓN DE LOS DERECHOS). La vulneración de los derechos de la Madre Tierra, en el marco del desarrollo integral para Vivir Bien, constituye una vulneración del derecho público y los derechos colectivos e individuales.

CAPÍTULO II

GARANTÍA DE LOS DERECHOS DE LA MADRE TIERRA

Artículo 39. (SUJETOS ACTIVOS O LEGITIMADOS).

I. Están obligados a activar las instancias administrativas y/o jurisdiccionales, con el objeto de exigir la protección y garantía de los derechos de la Madre Tierra, en el marco del desarrollo integral para Vivir Bien, las siguientes entidades según corresponda:

1. Las autoridades públicas, de cualquier nivel del Estado Plurinacional de Bolivia, en el marco de sus competencias.

2. El Ministerio Público.

3. La Defensoría de la Madre Tierra.

4. Tribunal Agroambiental.

II. Asimismo, podrán hacerlo las personas individuales o colectivas, directamente afectadas.

III. Cualquier persona individual o colectiva, que conozca la vulneración de los derechos de la Madre Tierra, en el marco del desarrollo integral para Vivir Bien, tiene el deber de denunciar este hecho ante las autoridades competentes.

Artículo 40. (UNIFICACIÓN DE LA DENUNCIA O ACCIÓN). Iniciada una denuncia o acción por alguno de los sujetos señalados en el Artículo anterior, no se podrá interponer otras denuncias o acciones por el mismo hecho, esto no impide que los demás puedan intervenir como terceros interesados.

Artículo 41. (RESPONSABILIDADES POR LA VULNERACIÓN DE LOS DERECHOS).

I. De la vulneración a los derechos de la Madre Tierra, en el marco del desarrollo integral para Vivir Bien, pueden emerger responsabilidades administrativas y jurisdiccionales, conforme a Ley.

II. Las responsabilidades son independientes entre sí, no pudiendo alegarse doble sanción por el mismo hecho.

Artículo 42. (TIPOS DE RESPONSABILIDADES POR EL DAÑO CAUSADO). Los tipos de responsabilidad por el daño causado a los derechos de la Madre Tierra, serán regulados por Ley específica.

Artículo 43. (RESPONSABILIDAD SOLIDARIA). Cuando en la vulneración de los derechos de la Madre Tierra, en el marco del desarrollo integral para Vivir Bien, no sea posible determinar la medida del daño de cada responsable, en el ámbito civil y/o administrativo, se aplicará la responsabilidad solidaria así como el derecho de repetición, cuando se determine la medida específica del daño de cada uno, de acuerdo a Ley específica.

Artículo 44. (SANCIÓN PENAL).

I. En delitos relacionados con la Madre Tierra, no habrá lugar al beneficio de la suspensión condicional de la pena. El reincidente será sancionado con la agravación de un tercio de la pena más grave.

II. Los delitos relacionados con la Madre Tierra son imprescriptibles.

TÍTULO V

POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTRUMENTOS E INSTITUCIONALIDAD PARA VIVIR BIEN

CAPÍTULO I

POLÍTICAS E INVERSIÓN PÚBLICA EN EL MARCO DE LA COMPATIBILIDAD Y COMPLEMENTARIEDAD DE DERECHOS, OBLIGACIONES Y DEBERES

Artículo 45. (POLÍTICAS). Las políticas orientadas al Vivir Bien, a través del desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra deben considerar lo siguiente:

1. Las políticas públicas deben ser dignificantes y humanamente transformadoras para garantizar el Vivir Bien del pueblo boliviano, en el marco de sus propias visiones bioculturales.

2. Las políticas y la gestión pública deben ser desarrolladas e implementadas, considerando procesos de intracultural e interculturalidad, descolonización y despatriarcalización.

3. Las políticas públicas y los procesos de planificación y gestión pública, deben considerar los objetivos y la integralidad de las dimensiones del Vivir Bien, así como la compatibilidad y complementariedad de los derechos, obligaciones y deberes

para el desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra, en el marco del fortalecimiento de los saberes locales y conocimientos ancestrales, establecidos en la presente Ley.

4. Las políticas públicas, deben estar orientadas a satisfacer los intereses del Estado Plurinacional de Bolivia y la atención de las necesidades del pueblo boliviano, garantizando el sostenimiento de la capacidad de regeneración de los componentes, zonas y sistemas de vida de la Madre Tierra.

5. Las políticas públicas, deben estar sujetas al control social en cumplimiento a lo definido en la Constitución Política del Estado.

Artículo 46. (INVERSIÓN PÚBLICA). La inversión pública, estará orientada al cumplimiento de los objetivos, metas e indicadores del Vivir Bien, a través del desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra, en el marco de los instrumentos de planificación integral y participativa, y de gestión pública intercultural del nivel central del Estado y de las entidades territoriales autónomas.

Artículo 47. (COMPATIBILIDAD Y COMPLEMENTARIEDAD DE DERECHOS). La compatibilización y complementariedad de los derechos, obligaciones y deberes, serán establecidas en los instrumentos de planificación integral y participativa, y de gestión pública intercultural, de acuerdo a norma específica.

CAPÍTULO II

INSTRUMENTOS DE PLANIFICACIÓN Y GESTIÓN PÚBLICA INTERCULTURAL DEL VIVIR BIEN A TRAVÉS DEL DESARROLLO INTEGRAL

Artículo 48. (ORDENAMIENTO DE ZONAS Y SISTEMAS DE VIDA). La Autoridad Nacional Competente en coordinación con las instancias sectoriales, elaborará un ordenamiento en base a los conceptos de zonas y sistemas de vida, y éste

se constituirá en una de las bases fundamentales para la planificación del desarrollo integral en armonía con la Madre Tierra para Vivir Bien, que será reglamentado mediante norma específica.

Artículo 49. (PLANIFICACIÓN INTEGRAL Y PARTICIPATIVA).

I. El Sistema de Planificación Integral del Estado Plurinacional de Bolivia, el Plan General de Desarrollo Económico y Social del país y los planes de las entidades territoriales autónomas, deberán orientarse al logro del Vivir Bien, a través del desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra.

II. La planificación de toda actividad económica, productiva y de infraestructura, de carácter público o privado, deberá incluir en el análisis costo/beneficio integral, el costo/beneficio ambiental, previo a su ejecución, de acuerdo a categorías definidas en norma específica.

Artículo 50. (OBJETIVOS, METAS E INDICADORES).

I. El Estado Plurinacional de Bolivia, definirá las metas e indicadores anuales y plurianuales de los objetivos del Vivir Bien, a través del desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra, sobre la base de un enfoque holístico y en el marco de los principios de la presente Ley.

II. El Plan General de Desarrollo Económico y Social para Vivir Bien y los planes de las entidades territoriales autónomas, deben formularse en función al cumplimiento de los objetivos del Vivir Bien, a través del desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra, promoviendo programas y proyectos que estén orientados a alcanzar dichos objetivos.

Artículo 51. (SISTEMA DE REGISTRO DE LOS COMPONENTES DE LA MADRE TIERRA).

I. El Estado Plurinacional de Bolivia, a través de la Autoridad Nacional competente, realizará de forma progresiva el registro de los componentes de la Madre Tierra, con alto valor estratégico y priorizando los componentes naturales renovables, que comprende el desarrollo de líneas de base, inventariación y/o indicadores según corresponda, que expresan el estado de situación de los componentes de la Madre Tierra, en los términos que establece el Artículo 346 de la Constitución Política del Estado y en base a reglamentación específica, así como el desempeño de la economía con relación a éste y sin asignarle un valor monetario a los componentes de la Madre Tierra.

II. El Estado Plurinacional de Bolivia, a través de La Autoridad Nacional competente, establecerá con fines de planificación y gestión pública, el marco indicativo de las capacidades de regeneración de los componentes de alto valor estratégico de la Madre Tierra, en función a las zonas y sistemas de vida del país, en coordinación con las instancias sectoriales correspondientes.

III. La Autoridad Nacional competente constituirá el Sistema de Registro y el Marco Indicativo de las Capacidades de Regeneración de los Componentes de la Madre Tierra, en coordinación con los Ministerios del Órgano Ejecutivo y las entidades territoriales autónomas.

IV. Los resultados del Sistema de Registro y del Marco Indicativo de las Capacidades de Regeneración de los Componentes de la Madre Tierra, deberán presentarse anualmente en las estadísticas oficiales del país y se utilizarán en los procesos de planificación integral y participativa y gestión pública intercultural de alcance plurinacional por parte de los Ministerios y entidades públicas del Órgano Ejecutivo y entidades territoriales autónomas, de forma articulada a los objetivos, metas e indicadores de desarrollo integral.

CAPÍTULO III

CONSEJO PLURINACIONAL PARA VIVIR BIEN EN ARMONÍA
Y EQUILIBRIO CON LA MADRE TIERRA

Artículo 52. (CONSEJO PLURINACIONAL PARA VIVIR BIEN EN ARMONÍA Y EQUILIBRIO CON LA MADRE TIERRA).

I. El Consejo Plurinacional para Vivir Bien en Armonía y Equilibrio con la Madre Tierra, es la instancia de seguimiento, consulta y participación en la elaboración de políticas, planes, programas y proyectos para el cumplimiento de esta Ley.

II. El Consejo Plurinacional para Vivir Bien, en Armonía y Equilibrio con la Madre Tierra, coordinará y articulará el accionar de otros consejos sectoriales, constituidos en normas específicas.

III. El Consejo se regirá por el Sistema Político de Democracia Participativa y Ejercicio Plural, definido en la Constitución Política del Estado y el Vivir Bien.

IV. El Consejo elaborará su régimen y Reglamento interno para su funcionamiento.

V. El Consejo contará con una Secretaría Técnica, ejercida por el Ministerio de Planificación del Desarrollo a cargo de la coordinación y seguimiento a las acciones de implementación de la presente Ley y normativa derivada de ella.

VI. El Consejo estará presidido por el Presidente del Estado Plurinacional de Bolivia y conformado por representantes de la Asamblea Legislativa Plurinacional, el Órgano Ejecutivo, la Defensoría de la Madre Tierra, los Gobiernos Autónomos Departamentales, representantes de los Consejos Plurinacionales Sectoriales y representantes de las organizaciones sociales, cuya conformación será reglamentada.

CAPÍTULO IV

MARCO INSTITUCIONAL SOBRE CAMBIO CLIMÁTICO

Artículo 53. (AUTORIDAD PLURINACIONAL DE LA MADRE TIERRA).

I. Se constituye la Autoridad Plurinacional de la Madre Tierra, como una entidad estratégica y autárquica de derecho público con autonomía de gestión administrativa, técnica y económica, bajo tuición del Ministerio de Medio Ambiente y Agua, cuyo funcionamiento será establecido en Decreto Supremo.

II. Actúa en el marco de la política y Plan Plurinacional de Cambio Climático para Vivir Bien con enfoque transversal e intersectorial, es responsable de la formulación de políticas, planificación, gestión técnica, elaboración y ejecución de estrategias, planes, programas y proyectos, administración y transferencia de recursos financieros relacionados con los procesos y dinámicas del cambio climático.

III. La Autoridad Plurinacional de la Madre Tierra, tiene como funciones principales las siguientes:

1. Formular e implementar la política y el Plan Plurinacional de Cambio Climático para Vivir Bien en coordinación y articulación con los ministerios y otras entidades del Órgano Ejecutivo, entidades territoriales autónomas, organizaciones de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, comunidades interculturales y afrobolivianas, organizaciones sociales, económica productiva de la sociedad civil, cooperativas, asociaciones de productores, entidades financieras, entidades públicas y privadas y pueblo boliviano.

2. Realizar acciones de planificación, gestión, monitoreo y evaluación sobre el cambio climático, en el marco de criterios de priorización basados en la justicia climática.

3. Realizar procesos de negociación, administración, gestión, canalización, asignación y ejecución de recursos financieros, a través del Fondo Plurinacional de Justicia Climática.

4. Desarrollar, administrar y ejecutar las políticas, estrategias, planes y programas vinculados a la mitigación y adaptación al cambio climático en el país, a través de mecanismos de carácter técnico, metodológico y financiero e instrumentos de regulación, control, promoción, evaluación y monitoreo en el marco de la presente Ley.

5. Establecer lineamientos sobre cambio climático, que orienten y definan las intervenciones y coordinación del nivel central del Estado y entidades territoriales autónomas.

6. Formular, coordinar y transversalizar las intervenciones en mitigación y adaptación al cambio climático con las organizaciones sociales y económico productivas, propietarios agrarios, entidades territoriales autónomas, Órgano Ejecutivo, entidades públicas y privadas, para cumplir los objetivos propuestos en la política y Plan Plurinacional de Cambio Climático.

7. Desarrollar acciones de coordinación, desarrollo de procesos metodológicos, gestión de conocimientos y aspectos operacionales vinculados a la mitigación y adaptación al cambio climático.

8. Realizar transferencias reembolsables y no reembolsables de recursos financieros de carácter público-público y público-privado condicionadas al alcance de objetivos y/o metas de mitigación y adaptación al cambio climático.

9. Realizar la administración de los Mecanismos de Mitigación y Adaptación y del Fondo Plurinacional de la Madre Tierra, establecidos en la presente Ley.

10. Coordinar, administrar y ejecutar los planes, programas, proyectos y actividades inscritas y aprobadas en el marco de la política y el Plan Plurinacional de Cambio Climático y aquellos en los que exista concurrencia de financiamiento, en coordinación con los gobiernos autónomos y entidades públicas y privadas.

11. Apoyar técnica e integralmente, el desarrollo de las capacidades de las unidades productivas públicas, privadas, comunitarias y mixtas, en aspectos relacionados con el desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra para Vivir Bien en un contexto de cambio climático.

12. Regular el funcionamiento de emprendimientos económicos relacionados a las acciones de promoción y fomento a la mitigación y adaptación al cambio climático.

13. Administrar y ejecutar los recursos de programas y proyectos, provenientes de fuentes de financiamiento interna y externa en su ámbito de competencia, y de las entidades territoriales autónomas que transfieran recursos financieros al Fondo Plurinacional de la Madre Tierra, con el propósito de desarrollar acciones articuladas para la mitigación y adaptación al cambio climático.

14. Realizar procesos de coordinación y administración de otros fondos públicos y de entidades territoriales autónomas, consensuados con dichas entidades, para la articulación de sus intervenciones hacia los objetivos del cambio climático.

15. Generación, articulación, desarrollo y gestión de información, conocimientos, innovación, tecnología e investigación relacionada con los procesos de mitigación y adaptación al cambio climático.

16. Establecimiento de categorías de municipios con relación a sus avances en procesos de mitigación y adaptación al cambio climático y al manejo integral y sustentable de los bosques y sistemas de vida de la Madre Tierra de acuerdo a reglamentación específica.

17. Otras funciones encomendadas por el Ministerio de Medio Ambiente y Agua, en el marco del cumplimiento de sus funciones.

IV. La Autoridad Plurinacional de la Madre Tierra, opera técnicamente a través de los siguientes mecanismos:

1. Mecanismo Conjunto de Mitigación y Adaptación para el Manejo Integral y Sustentable de los Bosques y la Madre Tierra.
2. Mecanismo de Mitigación para Vivir Bien.
3. Mecanismo de Adaptación para Vivir Bien.

Artículo 54. (MECANISMO CONJUNTO DE MITIGACIÓN Y ADAPTACIÓN PARA EL MANEJO INTEGRAL Y SUSTENTABLE DE LOS BOSQUES Y LA MADRE TIERRA).

I. Se constituye el Mecanismo Conjunto de Mitigación y Adaptación para el Manejo Integral y Sustentable de los Bosques y la Madre Tierra, operado por la Autoridad Plurinacional de la Madre Tierra.

1. El mecanismo tiene el objetivo de promover el manejo integral y el aprovechamiento sustentable de los bosques y los sistemas de vida de la Madre Tierra, la conservación, protección y restauración de los sistemas de vida, de la biodiversidad y las funciones ambientales, facilitando usos más óptimos del suelo a través del desarrollo de sistemas productivos sustentables, incluyendo agropecuarios y forestales, para enfrentar las causas y reducir la deforestación y degradación forestal, en un contexto de mitigación y adaptación al cambio climático.

2. Está basado en la no mercantilización de las funciones ambientales de la Madre Tierra, en el manejo integral y sustentable, en la multifuncionalidad de los bosques y sistemas de vida de la Madre Tierra, y en el respeto a los derechos de los pueblos indígena originario campesinos, comunidades interculturales y afrobolivianas.

3. Está orientado a fortalecer los medios de vida sustentables de las poblaciones locales y de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, comunidades intraculturales e interculturales y afrobolivianas, en áreas de bosque o zonas de vida con aptitud forestal, en un contexto de mitigación y adaptación al cambio climático.

II. Las principales funciones del Mecanismo Conjunto de Mitigación y Adaptación para el Manejo Integral y Sustentable de los Bosques y la Madre Tierra son:

1. Desarrollo de procesos de planificación, coordinación, gestión y desarrollo de intervenciones con el Órgano Ejecutivo, entidades territoriales autónomas, territorios indígena originario campesinos, comunidades interculturales y afrobolivianas, propietarios agrarios, entidades públicas y privadas en general, y con el conjunto de usuarios de los bosques para la definición de acciones y metas conjuntas de mitigación y adaptación al cambio climático, en el marco del manejo integral y sustentable de los bosques y la Madre Tierra, y la reducción de la deforestación y degradación forestal.

2. Desarrollo de un marco operativo y metodológico para la intervención en el fortalecimiento de procesos de gestión territorial con impactos en mitigación y adaptación al cambio climático con relación a los bosques y a los sistemas de vida de la Madre Tierra.

3. Desarrollo de procesos educativos con enfoque de educación intracultural e intercultural a lo largo de la vida para el manejo integral y sustentable de los bosques y sistemas de vida de la Madre Tierra.

4. Apoyo y articulación de instrumentos de regulación, control, evaluación, monitoreo y promoción de carácter financiero y no financiero, reembolsable y no reembolsable, en coordinación con las entidades financieras y no financieras del Estado Plurinacional de Bolivia, para el desarrollo de procesos de gestión territorial, planes de manejo, e iniciativas orientadas a la producción, transformación y comercialización de productos del bosque y sistemas de vida de la Madre Tierra, con énfasis en la diversificación y en el fortalecimiento de las prácticas productivas locales.

5. Apoyo al desarrollo y fortalecimiento de instituciones locales en acciones orientadas al manejo integral y sustentable de los bosques y sistemas de vida de la Madre Tierra.

6. Apoyo a la fiscalización y control para el gobierno de los bosques y sistemas de vida de la Madre Tierra, a cargo de la Autoridad Nacional Competente.

7. Articulación y compatibilización de políticas relacionadas con los objetivos del Mecanismo y definición de las mejores alternativas de intervención con relación a políticas, normas, planes, programas y proyectos que promuevan la reducción de la deforestación y degradación forestal y el manejo integral y sustentable de los bosques y sistemas de vida de la Madre Tierra.

8. Apoyo al monitoreo de la deforestación y degradación forestal y seguimiento a los indicadores de manejo integral y sustentable de los bosques, a los indicadores conjuntos de mitigación y adaptación al cambio climático y al manejo integral y sustentable de bosques.

9. Generación y articulación de información relacionada con los procesos de mitigación y adaptación al cambio climático, manejo integral y sustentable de los bosques y sistemas de vida de la Madre Tierra, deforestación y degradación forestal.

10. Desarrollo de procesos de registro y adscripción de iniciativas, programas y proyectos nacionales públicos, privados, asociativos, comunitarios, y otros al Mecanismo relacionados con el manejo de los bosques y sistemas de vida de la Madre Tierra en base a reglamentación específica.

11. Desarrollo de acuerdos locales, basados en la complementariedad con la Madre Tierra orientados a promover procesos de conservación y restauración de las funciones ambientales de la Madre Tierra.

Artículo 55. (MECANISMO DE MITIGACIÓN PARA VIVIR BIEN). Se constituye el Mecanismo de Mitigación para Vivir Bien, operado por la Autoridad Plurinacional de la Madre Tierra, con las siguientes funciones principales:

1. Desarrollo de políticas, normas, planes, programas, proyectos y acciones de coordinación, administración, gestión y desarrollo de intervenciones con el Órgano Ejecutivo, entidades territoriales autónomas, entidades públicas y privadas, organizaciones sociales, actores empresariales y sociedad civil organizada para la definición de acciones y metas de mitigación al cambio climático dirigidas a la reducción de emisiones de gases de efecto invernadero (GEI), conservación energética, desarrollo de energía con baja emisión de carbono, y el desarrollo de economías sustentables en armonía con la Madre Tierra para Vivir Bien, con énfasis en los sectores económico-productivos.

2. Desarrollo de un marco regulatorio, operativo y metodológico para alcanzar un manejo energético eficiente en los actores productivos y acciones de responsabilidad climática y ambiental empresarial.

3. Acciones de apoyo financiero y no financiero, reembolsable y no reembolsable, innovación y tecnología y revalorización de los saberes ancestrales para la implementación de planes, programas, proyectos, acciones e iniciativas de mitigación al cambio climático.

4. El Estado Plurinacional de Bolivia desarrollará un sistema de apoyo financiero, no financiero, tributario y fiscal, según corresponda, para la participación del sector productivo en acciones de mitigación del cambio climático, en el marco de normativa específica.

5. Realización de procesos de monitoreo relacionados con la reducción de gases de efecto invernadero (GEI) y seguimiento al cumplimiento de las metas de mitigación al cambio climático.

6. Acciones de registro y adscripción de iniciativas, programas y proyectos del ámbito plurinacional públicos, privados, asociativos, comunitarios y otros al mecanismo en base a reglamentación específica.

Artículo 56. (MECANISMO DE ADAPTACIÓN PARA VIVIR BIEN). Se constituye el Mecanismo de Adaptación para Vivir Bien operado por la Autoridad Plurinacional de la Madre Tierra, con las siguientes funciones principales:

1. Coordinación, administración, gestión y desarrollo de intervenciones con el Órgano Ejecutivo, entidades territoriales autónomas, entidades públicas y privadas, organizaciones sociales y actores productivos, en el marco de la economía plural, enfocadas a procesos de adaptación al cambio climático para Vivir Bien.

2. Desarrollo de un marco operativo y metodológico para impulsar procesos de adaptación al cambio climático, promoviendo la construcción de acciones de resiliencia climática de los sistemas de vida en diferentes ámbitos, incluyendo procesos de soberanía con seguridad alimentaria, gestión integral del agua, y gestión para la prevención y reducción del riesgo a los impactos del cambio climático.

3. Apoyo y articulación de instrumentos de regulación, control, evaluación, monitoreo y promoción de carácter financiero y no financiero, reembolsable y no reembolsable, innovación, tecnología y de procesos de diálogo de saberes y

conocimientos tradicionales para la implementación de planes, programas, proyectos, acciones e iniciativas de adaptación al cambio climático.

4. Promover y desarrollar acciones de monitoreo y evaluación de las intervenciones relacionadas con los procesos y metas de adaptación al cambio climático.

5. Acciones de registro y adscripción de iniciativas, programas y proyectos del ámbito plurinacional públicos, privados, asociativos, comunitarios y otros al mecanismo en base a reglamentación específica.

Artículo 57. (FONDO PLURINACIONAL DE LA MADRE TIERRA).

I. Se constituye el Fondo Plurinacional de la Madre Tierra como el mecanismo financiero bajo dependencia de la Autoridad Plurinacional de la Madre Tierra, cuyo funcionamiento será establecido en Decreto Supremo de la Autoridad Plurinacional de la Madre Tierra.

II. El Fondo tiene como función principal canalizar, administrar y asignar de manera eficiente, transparente, oportuna y sostenible recursos financieros de apoyo a la realización de los planes, programas, proyectos, iniciativas, acciones y actividades de mitigación y adaptación al cambio climático de los Mecanismos de Mitigación y Adaptación de esta entidad.

III. El Fondo Plurinacional la Madre Tierra, tiene la capacidad de gestionar y administrar:

1. Recursos públicos vinculados a la cooperación multilateral y bilateral al cambio climático.

2. Recursos públicos de otros Fondos del Estado Plurinacional de Bolivia, asignados de forma consensuada a acciones de mitigación y adaptación al cambio climático.

3. Recursos públicos de entidades territoriales autónomas para su administración en programas y proyectos de mitigación y/o adaptación al cambio climático, asignados al Fondo de forma consensuada con dichas entidades, en el marco de la Ley No 031 Marco de Autonomías y Descentralización “Andrés Ibáñez”.

4. Recursos privados provenientes de donaciones en base a reglamentación específica.

5. Fondos del Tesoro General de la Nación.

6. Préstamos o donaciones de organismos nacionales.

7. Recursos propios generados por intereses bancarios.

8. Préstamos o contribuciones de organismos internacionales de financiamiento.

9. Recursos resultados de operaciones financieras innovadoras, de préstamos, así como de operaciones de intermediación financiera, tanto a nivel nacional como internacional.

10. Otros recursos complementarios que el Órgano Ejecutivo le asigne.

IV. Los recursos mencionados en el párrafo anterior, serán gestionados a través de un Fideicomiso denominado “Fondo Plurinacional de la Madre Tierra” abierto en el Banco Central de Bolivia. Las condiciones del Fideicomiso serán determinadas

entre la Autoridad Plurinacional de la Madre Tierra y el Banco Central de Bolivia. Estas entidades podrán implementar nuevas modalidades de gestión.

CAPITULO V FINANCIAMIENTO

Artículo 58. (RECURSOS DEL NIVEL CENTRAL Y DE LAS ENTIDADES AUTÓNOMAS).

I. El nivel central del Estado Plurinacional de Bolivia y las entidades territoriales autónomas en el marco de sus competencias, destinarán sus recursos para la planificación, gestión y ejecución del Vivir Bien a través del desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra, en el marco de la presente Ley.

II. Los recursos de cooperación interna e internacional en todas sus modalidades, deben estar orientados al cumplimiento de los alcances, objetivos y metas para Vivir Bien a través del desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra.

DISPOSICIONES ADICIONALES

PRIMERA. Los Mecanismos de Mitigación y Adaptación de la Autoridad Plurinacional de la Madre Tierra, realizarán la adscripción de los programas, proyectos e iniciativas relacionados con sus objetivos y áreas temáticas de intervención que son desarrollados en el país por entidades públicas, privadas, comunitarias y/o mixtas de acuerdo a reglamentación específica a ser formulada por la Entidad para cada Mecanismo, promoviendo el alineamiento, ajuste y la articulación de estas iniciativas a las políticas del ámbito plurinacional.

SEGUNDA. Los fundamentos de la concepción del Vivir Bien, a través del desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra, establecidos en la presente Ley, deben ser de aplicación e implementación gradual por el Estado Plurinacional de Bolivia y el pueblo boliviano. a través de leyes específicas, reglamentos, políticas, normas, planes, programas y proyectos.

DISPOSICIONES TRANSITORIAS

PRIMERA. Las entidades que trabajan con recursos de cooperación internacional, deberán articular sus intervenciones a los enfoques, principios, lineamientos, estrategias, planes, prioridades y objetivos del Vivir Bien, a través del desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra, en el plazo máximo de ciento ochenta (180) días calendario a partir de la publicación de la presente Ley y el Decreto Supremo Reglamentario.

SEGUNDA. Se dispone el cierre del Programa Nacional de Cambio Climático (PNCC) del Ministerio de Medio Ambiente y Agua, cuyos recursos humanos, activos adquiridos, bienes, patrimonio financiero, pasivos y presupuestos, así como los programas y proyectos en ejecución, aprobados y en proceso de negociación, se transfieren a la Autoridad Plurinacional de la Madre Tierra, en un plazo no mayor a los noventa (90) días. Los recursos humanos serán transferidos a sus nuevas dependencias, previa evaluación y análisis de su situación a cargo de la Máxima Autoridad Ejecutiva de la Autoridad Plurinacional de la Madre Tierra. El Ministerio de Medio Ambiente y Agua, ejecutará este proceso.

TERCERA. El Ministerio de Planificación del Desarrollo, deberá ajustar el Plan General de Desarrollo Económico y Social, así como los planes de las entidades territoriales autónomas, al enfoque del Vivir Bien, a través del desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra, en un plazo máximo de ciento ochenta (180) días a partir de la promulgación de la presente Ley.

CUARTA. El Órgano Ejecutivo reglamentará la presente Ley, en el plazo máximo de ciento veinte (120) días, computable a partir de su publicación oficial.

DISPOSICIÓN ABROGATORIA Y DEROGATORIA

ÚNICA. Se abrogan y derogan todas las disposiciones de igual o inferior jerarquía contrarias a la presente Ley.

DISPOSICIÓN FINAL

ÚNICA. La presente Ley entra en vigencia en el plazo de ciento veinte (120) días a partir de la publicación del Reglamento.

Remítase al Órgano Ejecutivo para fines constitucionales.

Es dada en la Sala de Sesiones de la Asamblea Legislativa Plurinacional, a los cinco días del mes de septiembre del año dos mil doce.

Fdo. Lilly Gabriela Montaña Viaña, Rebeca Elvira Delgado Burgoa, Mary Medina Zabaleta, David Sánchez Heredia, Wilson Changaray T., Angel David Cortez Villegas.

Por tanto, la promulgo para que se tenga y cumpla como Ley del Estado Plurinacional de Bolivia

Palacio de Gobierno de la ciudad de La Paz, a los quince días del mes de octubre del año dos mil doce.

FDO. EVO MORALES AYMA, Juan Ramón Quintana Taborga MINISTRO DE LA PRESIDENCIA E INTERINO DE RELACIONES EXTERIORES, Elba Viviana Caro Hinojosa, Ana Teresa Morales Olivera MINISTRA DE DESARROLLO PRODUCTIVO Y

ECONOMIA PLURAL E INTERINA DE ECONOMIA Y FINANZAS PUBLICAS, Juan José Hernando Sosa Soruco, Mario Virreira Iporre, Daniel Santalla Torrez, Juan Carlos Calvimontes Camargo, José Antonio Zamora Gutiérrez, Roberto Iván Aguilar Gómez, Nemesia Achacollo Tola, Claudia Stacy Peña Claros, Pablo Cesar Groux Canedo, Amanda Dávila Torres MINISTRA DE COMUNICACIÓN E INTERINA DE JUSTICIA.

SUSCRIPCION OBLIGATORIA

DECRETO SUPREMO Nº 690

03 DE NOVIEMBRE DE 2010 .- Dispone la suscripción obligatoria, sin excepción alguna, de todas las entidades del sector público que conforman la estructura organizativa del Organo Ejecutivo, así como de entidades y empresas públicas que se encuentran bajo su dependencia o tuición, a la Gaceta Oficial de Bolivia, dependiente del Ministerio de la Presidencia, para la obtención física de Leyes, Decretos y Resoluciones Supremas.

TEXTO DE CONSULTA

Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia

Derechos Reservados © 2014

www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo